Zygmunt Bauman
44 CARTAS DO MUNDO LÍQUIDO MODERNO
Messages
ZAHAR

Zygmunt Bauman

44 CARTAS DO MUNDO LÍQUIDO MODERNO

Tradução:
Vera Pereira

Obras de Zygmunt Bauman:

- 44 cartas do mundo líquido moderno
- Amor líquido
- Aprendendo a pensar com a sociologia
- A arte da vida
- Bauman sobre Bauman
- Capitalismo parasitário
- Comunidade
- Confiança e medo na cidade
- Em busca da política
- Europa
- Globalização: As consequências humanas
- Identidades
- Legisladores e intérpretes
- O mal-estar da pós-modernidade
- Medo líquido
- Modernidade e ambivalência
- Modernidade e Holocausto
- Modernidade líquida
- A sociedade individualizada
- Tempos líquidos
- Vida a crédito
- Vida em fragmentos
- Vida líquida
- Vida para consumo
- Vidas desperdiçadas

· Sumário ·

· 1 ·

Sobre escrever cartas…
de um mundo líquido moderno

Cartas de um mundo líquido moderno… Foi isso que os editores de *La Repubblica delle Donne*[a] me pediram para escrever e enviar aos seus leitores a cada quinze dias. É o que venho fazendo há quase dois anos.[b]

Cartas que vêm do mundo "líquido moderno", quer dizer, o mundo que eu, o autor das missivas, e vocês, possíveis, prováveis, esperados leitores, compartilhamos. O mundo que chamo de "líquido" porque, como todos os líquidos, ele jamais se imobiliza nem conserva sua forma por muito tempo. Tudo ou quase tudo em nosso mundo está sempre em mudança: as modas que seguimos e os objetos que despertam nossa atenção (uma atenção, aliás, em constante mudança de foco, que hoje se afasta das coisas e dos acontecimentos que nos atraíam ontem, que amanhã se distanciará das coisas e acontecimentos que nos instigam hoje); as coisas que sonhamos e que tememos, aquelas que desejamos e odiamos, as que nos enchem de esperanças e as que nos enchem de aflição.

As circunstâncias que nos cercam – com as quais ganhamos nosso sustento e tentamos planejar o futuro, aquelas pelas quais nos ligamos a algumas pessoas e nos desligamos (ou somos desligados) de outras – também estão sempre mudando. Oportunidades de alegria e ameaças de novos sofrimentos fluem ou flutuam no ar, vêm, voltam e mudam de lugar; na maioria das vezes, fazem isso com tamanha rapidez e agilidade que não conseguimos tomar uma providência sensata e eficaz para direcioná-las ou redirecioná-las, para conservá-las ou interceptá-las.

Para resumir a história: esse mundo, nosso mundo líquido moderno, sempre nos surpreende; o que hoje parece correto e apropriado amanhã pode muito bem se tornar fútil, fantasioso ou lamentavelmente equivocado. Suspeitamos que isso possa acontecer e pensamos que, tal como o mundo que é nosso lar, nós, seus moradores, planejadores, atores, usuários e vítimas, devemos estar sempre prontos a mudar: todos precisam ser, como diz a palavra da moda, “flexíveis”. Por isso, ansiamos por mais informações sobre o que ocorre e o que poderá ocorrer. Felizmente, dispomos hoje de algo que nossos pais nunca puderam imaginar: a internet e a web mundial, as “autoestradas de informação” que nos conectam de imediato, “em tempo real”, a todo e qualquer canto remoto do planeta, e tudo isso dentro de pequenos celulares ou iPods que carregamos conosco no bolso, dia e noite, para onde quer que nos desloquemos.

Felizmente? Bem, talvez nem tanto, pois o pesadelo da informação insuficiente que fez nossos pais sofrerem foi substituído pelo pesadelo ainda mais terrível da enxurrada de informações que ameaça nos afogar, nos impede de nadar ou mergulhar (coisas diferentes de flutuar ou surfar). Como filtrar as notícias que importam no meio de tanto lixo inútil e irrelevante? Como captar as

mensagens significativas entre o alarido sem nexo? Na balbúrdia de opiniões e sugestões contraditórias, parece que nos falta uma máquina de debulhar para separar o joio do trigo na montanha de mentiras, ilusões, refugo e lixo.

Proponho-me fazer nessas cartas o que essa máquina hipotética (desgraçadamente ausente, e talvez por muito tempo) poderia realizar por nós se a tivéssemos à mão: pelo menos começar a separar as coisas que importam das matérias não substanciais – que parecem ser cada vez mais importantes –, dos alarmes falsos e dos fogos de palha. Mas como nosso mundo líquido moderno está em constante movimento, somos perpetuamente arrastados na viagem, por bem ou por mal, conscientemente ou não, alegres ou infelizes, mesmo que tentemos ficar parados, sem sair do lugar. Essas cartas, portanto, só podem ser “relatos de viagem” – embora seu autor não tenha arredado o pé de Leeds, a cidade onde mora. As histórias que elas irão contar serão “conferências de viagem”: histórias de e sobre viagens.

Walter Benjamin, filósofo com um olhar especialmente arguto para qualquer indício de lógica e sistemática nas trepidações culturais em aparência mais difusas e aleatórias, costumava distinguir dois tipos de narrativa: as histórias de marinheiro e as histórias de camponês. As primeiras são narrativas de ações bizarras e inauditas que se passam em lugares distantes, nunca visitados (provavelmente jamais o serão), de monstros e mutantes, bruxas, feiticeiros, cavaleiros galantes e cruéis malfeitores – seres que não combinam com as pessoas que ouvem o relato de tantas proezas; eles fazem coisas que outros (sobretudo os ouvintes enfeitiçados pelas histórias do marinheiro) jamais imaginariam ver e menos ainda realizar.

As histórias de camponês, ao contrário, são narrativas de acontecimentos próximos, aparentemente familiares, como o eterno ciclo das estações do ano ou as tarefas cotidianas da casa, da terra e da lavoura. Eu disse *aparentemente* familiares porque também é ilusória a sensação de conhecermos esses acontecimentos muito bem e de confiarmos que nada de novo há a aprender com eles ou sobre eles – consequência de serem esses eventos próximos demais dos nossos olhos para podermos enxergá-los com nitidez. Nada escapa tanto e tão obstinadamente a nossa atenção quanto "as coisas que estão à mão", o que está "sempre aí" e "não muda nunca". É como se elas "se escondessem sob a claridade" – sob a luz enganosa e ilusória da familiaridade! Sua "normalidade" é uma espécie de cortina que impede qualquer inspeção.

Para tornar essas coisas objeto de interesse e de exame detalhado, é preciso, em primeiro lugar, recortá-las e separá-las do ciclo vicioso da rotina cotidiana que, apesar de confortadora, nos embota os sentidos. É preciso, em primeiro lugar, pô-las à parte e mantê-las a distância, antes que possamos conceber examiná-las de modo correto: quer dizer, sua alegada "normalidade", um blefe, deve ser desde logo denunciada. Só depois poderemos desnudar e explorar os mistérios abundantes e profundos que elas escondem, aqueles que nos parecem estranhos e intrigantes quando começamos a pensar neles.

A distinção estabelecida por Benjamin quase um século atrás não é mais tão clara hoje quanto naquela época: os marinheiros não têm mais o monopólio de visitar terras estranhas. Num mundo globalizado, onde lugar algum está de fato isolado e a salvo do impacto de qualquer outro lugar do planeta, deve ser difícil até

distinguir as histórias narradas por um camponês daquelas contadas por um marinheiro.

O que tentarei fazer em minhas cartas é escrever histórias de *marinheiros* como se fossem contadas por *camponeses*. Narrativas baseadas em vidas comuns e costumeiras como forma de revelar e expor o que elas têm de extraordinário e que nos passaria despercebido. Se quisermos tornar verdadeiramente *familiares* coisas que parecem familiares, é preciso antes de mais nada fazê-las *estranhas*.

A missão é bem difícil. O sucesso não é garantido, e o êxito completo, para dizer o mínimo, é bastante duvidoso. Mas representa a missão que nós, autor e leitores dessas 44 cartas, tentaremos cumprir em nossa aventura conjunta.

Mas por que exatamente 44 cartas? Será que a escolha desse número tem um significado especial, ou é fruto do acaso, de uma decisão arbitrária, de uma escolha aleatória? Desconfio que a maioria dos leitores (provavelmente todos, à exceção dos poloneses) se fará essa pergunta. Devo a eles uma explicação.

O maior poeta romântico polonês, Adam Mickiewicz, evocou uma figura misteriosa, mistura ou híbrido de embaixador da liberdade, seu porta-voz e procurador legal, de um lado, e governador ou vice-regente na Terra, de outro. “O nome dele é Quarenta e Quatro”. Assim a criatura obscura foi apresentada por um dos personagens do poema de Mickiewicz no momento do anúncio/premonição de sua iminente chegada. Mas por que esse nome? Muitos historiadores da literatura, bem mais capacitados para encontrar uma resposta que eu, tentaram em vão solucionar o mistério. Alguns sugeriram que o nome escolhido corresponde à soma dos valores numéricos das letras do nome do poeta escrito em hebraico – possível alusão à elevada posição dele na luta

pela libertação da Polônia e à origem judia de sua mãe. A interpretação em geral aceita é que Mickiewicz escolheu essa frase sonora e majestosa em polonês (*czterdziesci i cztery*) no auge da inspiração – mais motivado (ou talvez sem motivação alguma, como tende a ocorrer na maioria dos lampejos de inspiração) por uma preocupação com a harmonia poética do que pela intenção de transmitir uma mensagem cifrada.

As cartas reunidas neste livro foram redigidas ao longo de quase dois anos. Quantas delas deviam ser incluídas na obra? Quando e onde parar? O impulso para escrever cartas do mundo moderno líquido provavelmente nunca se esgotará – essa espécie de mundo que sempre saca da manga novas surpresas, que todo dia inventa novos desafios à compreensão humana, com certeza providenciará para que o ímpeto não cesse. Surpresas e desafios estão espalhados por todos os tipos de experiência humana – e por isso é inevitável que toda parada para relatá-los por escrito e além disso limitar seu escopo deve ser fruto de uma escolha arbitrária. Essas cartas não são exceções. Seu número foi escolhido arbitrariamente.

Mas por que este número, e não outro qualquer? Porque o número 44, graças a Adam Mickiewicz, representa o respeito e a esperança pela chegada da liberdade. Assim, ele assinala, ainda que de maneira oblíqua e somente para os iniciados, o motivo que inspira e orienta essas missivas. O espectro da liberdade está presente nas 44 cartas, cujos temas, todavia, são variados – mesmo que de maneira invisível, como é da natureza dos espectros dignos deste nome.

---

[a] Revista semanal dirigida ao público feminino, dedicada a temas relativos a política, economia e cultura contemporâneas. (N.T.)

[b] As cartas foram escritas em 2008 e 2009, e reunidas, editadas e ampliadas para este livro.

· 2 ·

Sozinhos no meio da multidão

O jornal *Chronicle of Higher Education* publicou recentemente em sua página da internet (http://chronicle.com) a história de uma adolescente que enviou três mil mensagens de texto num único mês. Isso significa que ela mandou uma média de cem mensagens por dia, ou cerca de uma mensagem a cada dez minutos do tempo em que esteve acordada – "manhã, tarde e noite, dias úteis e fins de semana, tempos de aula, horas de almoçar e fazer dever de casa, de escovar os dentes". Assim, a adolescente nunca ficou sozinha por mais de dez minutos; nunca ficou só *consigo mesma*, com seus pensamentos, seus sonhos, seus medos e esperanças. A essa altura, ela deve ter se esquecido de como uma pessoa vive, pensa, faz coisas, ri ou chora na companhia de si mesma, sem a presença de outros. Melhor dizendo, ela nunca teve a oportunidade de aprender essa arte. O fato é que somente em sua incapacidade de praticar essa arte é que ela não está sozinha.

Os aparelhinhos de bolso que enviam e recebem mensagens não são os únicos instrumentos de que essas e outras jovens necessitam para sobreviver sem dominar

a arte de estar consigo mesma. O professor Jonathan Zimmerman, da New York University, observou que três entre quatro adolescentes norte-americanos gastam todos os minutos de seu tempo útil em bate-papos no Facebook ou no MySpace. Eles são, por assim dizer, viciados em fazer e receber sons eletrônicos ou imagens, diz o professor. As páginas de bate-papo são novas drogas poderosas em que os adolescentes se viciaram. O leitor sem dúvida já ouviu falar nas crises de abstinência que acometem as pessoas, jovens ou não, viciadas em outros tipos de drogas, e por isso talvez seja capaz de mentalizar a angústia desses adolescentes quando um vírus (os pais, os professores) lhes bloqueia o acesso à internet ou desliga seus celulares.

Nesse nosso mundo sempre desconhecido, imprevisível, que constantemente nos surpreende, a perspectiva de ficar sozinho pode ser tenebrosa; é possível citar muitas razões para conceber a solidão como uma situação extremamente incômoda, ameaçadora e aterrorizante. É tolice, além de injusto, culpar apenas a eletrônica pelo que está acontecendo com as pessoas que nascem num mundo interligado por conexões a cabo, com fio ou sem fio. Os aparelhos eletrônicos respondem a uma necessidade que não criaram; o máximo que fizeram foi torná-la mais aguda e evidente, por colocarem ao alcance de todos, e de modo sedutor, os meios de satisfazê-la sem exigir qualquer esforço maior que apertar algumas teclas.

Os inventores e vendedores de walkmans, os primeiros aparelhos portáteis que nos permitiram “ouvir o mundo” onde quer que estivéssemos e sempre que desejássemos, prometiam aos clientes: “Você nunca mais estará só!” É óbvio que eles sabiam do que estavam falando e por que essa mensagem publicitária incentivaria a venda de aparelhos – o que de fato

aconteceu, aos milhões. Sabiam que havia milhares de pessoas nas ruas que se sentiam solitárias e odiavam essa solidão dolorosa e abominável; pessoas que não só estavam privadas de companhia, mas que sofriam com essa privação. Em lares cada vez mais vazios durante o dia, onde o coração e a mesa de jantar da família foram substituídos por aparelhos de TV presentes em todos os cômodos – “cada indivíduo preso em seu próprio casulo” –, um número sempre decrescente de pessoas podia contar com o calor revigorante e alentador da companhia humana; sem companhia, elas não sabiam como preencher as horas e os dias.

A dependência do ruído ininterrupto que vem do walkman aprofundou o vazio deixado pela companhia perdida. Quanto mais as pessoas permaneciam submersas no vazio, menos eram capazes de fazer uso dos meios disponíveis antes da era do high-tech, isto é, seus músculos e sua imaginação, para pular fora do vácuo. O advento da internet permitiu esquecer ou encobrir o vazio, e, portanto, reduzir seu efeito deletério; pelo menos a dor podia ser aliviada. Contudo, a companhia que tantas vezes faltava e cuja ausência era cada vez mais sentida parecia retornar nas telas eletrônicas, substituindo as portas de madeira, numa reencarnação analógica ou digital, embora sempre virtual: pessoas que tentavam escapar dos tormentos da solidão descobriram nessa nova forma um importante avanço com referência à versão cara a cara, face a face, que deixara de existir. Esquecidas ou jamais aprendidas as habilidades da interação face a face, tudo ou quase tudo que se poderia lamentar como insuficiências da conexão virtual on-line foi saudado como vantajoso. O que o Facebook, o MySpace e similares ofereciam foi recebido alegremente como o melhor dos mundos. Pelo menos foi o que pareceu àqueles que ansiavam

desesperadamente por companhia humana, mas se sentiam pouco à vontade, sem jeito e infelizes quando cercados de gente.

Para começo de conversa, nunca mais precisaremos estar sós. O dia inteiro, sete dias por semana, basta apertar um botão para fazer aparecer uma companhia do meio de uma coleção de solitários. Nesse mundo on-line, ninguém jamais fica fora ou distante; todos parecem constantemente ao alcance de um chamado – e mesmo que alguém, por acaso, esteja dormindo, há muitos outros a quem enviar mensagens, ou a quem alcançar de imediato pelo Twitter, para que a ausência temporária nem seja notada. Em segundo lugar, é possível fazer “contato” com outras pessoas sem necessariamente iniciar uma conversa perigosa e indesejável. O “contato” pode ser desfeito ao primeiro sinal de que o diálogo se encaminha na direção indesejada: sem riscos, sem necessidade de achar motivos, de pedir desculpas ou mentir; basta um toque leve, quase diáfano, numa tecla, um toque totalmente indolor e livre de riscos.

Também não há necessidade de sentir medo de estar sozinho, da ameaça de expor-se à exigência de outros, a um pedido de sacrifício ou de comprometimento, de ter de fazer alguma coisa que você não quer só porque outros querem que você faça. Essa certeza tranquilizadora pode ser mantida e usufruída mesmo quando você está sentado numa sala apinhada de gente, nos corredores de um centro comercial lotado, ou passeando na rua, no meio de um grande grupo de amigos ou de transeuntes; você sempre pode “se ausentar espiritualmente” e “ficar só”, ou pode comunicar aos que o rodeiam que deseja ficar fora de contato. Você pode escapar da multidão mantendo os dedos ocupados para digitar uma mensagem a ser enviada a alguém que está fisicamente ausente; por isso,

nesse momento, não lhe são feitas exigências, nada lhe ocupa a atenção, a não ser o “contato”, ou passar os olhos numa mensagem que acabaram de lhe enviar.

Com esses aparelhinhos na mão, você pode inclusive se afastar de uma situação de pânico, se quiser, instantaneamente – no momento exato em que a companhia se acerca demais de você e parece opressiva para seu gosto. Você não tem de jurar fidelidade até que a morte os separe; por outro lado, pode esperar que todo mundo esteja “acessível” quando você precisar, sem ter de suportar as consequências desagradáveis de estar sempre disponível para os outros.

Isso será o paraíso na Terra? Nosso sonho enfim realizado? Será esta a solução definitiva para a pungente ambivalência da interação humana, a um só tempo confortadora e estimulante, mas incômoda e cheia de ciladas? As opiniões se dividem a esse respeito. O que parece estar fora de dúvida é que pagamos um preço por tudo isso – um preço que pode se revelar alto demais. Se você está sempre “conectado”, pode ser que nunca esteja verdadeira e completamente só. Se você nunca está só, então (para citar o professor Zimmerman mais uma vez) “tem menos chance de ler um livro por prazer, de desenhar um retrato, de contemplar a paisagem pela janela e imaginar outros mundos diferentes do seu. É menos provável que você estabeleça comunicação com pessoas reais em seu meio imediato. Quem vai querer conversar com parentes quando os amigos estão a um clique do teclado?” (E esses amigos são incontáveis, de uma diversidade fascinante; há cerca de quinhentos ou mais “amigos” no Facebook.)

Fugindo da solidão, você deixa escapar a chance da *solitude*: dessa sublime condição na qual a pessoa pode “juntar pensamentos”, ponderar, refletir sobre eles, criar – e, assim, dar sentido e substância à comunicação. Mas

quem nunca saboreou o gosto da solitude talvez nunca venha a saber o que deixou escapar, jogou fora e perdeu.

· 3 ·

Conversas de pais e filhos

Falando sobre as origens de um dos seus mais belos contos, “A busca de Averróis”, o grande escritor argentino Jorge Luis Borges declarou que sua intenção era “narrar o processo do fracasso”, “da derrota” – como o teólogo à procura de uma prova final e irrefutável da existência de Deus; o alquimista em busca da pedra filosofal; o entusiasta da tecnologia à cata do moto-perpétuo; ou o matemático tentando descobrir a fórmula da quadratura do círculo. Mas depois Borges decidiu que “um caso mais poético” seria “o de um homem que estabelece para si um objetivo que não é proibido para os outros, mas só para ele”. Tomou então o caso de Averróis, o grande filósofo muçulmano que decidiu traduzir a *Poética* de Aristóteles, mas, “por estar encerrado no âmbito do islã, nunca pôde saber o significado das palavras *tragédia* e *comédia”*. O fato é que, “sem nunca ter suspeitado o que é teatro”, Averróis estava inescapavelmente fadado ao fracasso quando tentou “imaginar o que é uma peça de teatro”.

Como tema para uma história maravilhosa contada por um grande escritor, o caso escolhido por Borges se

revela “mais poético”. Mas, se o examinarmos pela ótica menos inspirada, mundana e um pouco tediosa da sociologia, o caso parecerá bem mais *prosaico*. Somente algumas almas intrépidas tentam construir um moto-perpétuo ou descobrir a pedra filosofal; mas buscar em vão compreender o que outros não têm dificuldade alguma para entender é uma experiência que todos nós conhecemos pessoalmente e que reaprendemos a cada dia – nós muito mais, hoje, em pleno século XXI, do que nossos ancestrais. Basta pensar num exemplo: a comunicação com nossos filhos, se os temos, ou com nossos pais, se ainda estiverem vivos.

Há uma longa história de incompreensão recíproca entre gerações, entre os “velhos” e os “jovens”, e de consequente desconfiança mútua. Sintomas desse descompasso já foram percebidos em épocas bastante remotas. Mas a desconfiança entre gerações tornou-se muito mais visível em nossa *era moderna*, marcada por profundas, contínuas e aceleradas mudanças nas condições de vida. A aceleração do ritmo das mudanças, característica dos tempos modernos e em contraste com os séculos anteriores de interminável reiteração e letárgica mudança, permitiu que as pessoas observassem e tivessem a experiência pessoal de que “as coisas mudam”, que “já não são como costumavam ser”, no decorrer de uma única existência humana. Essa percepção trouxe como consequência o estabelecimento de uma associação (ou mesmo um laço causal) entre as mudanças na condição humana, o afastamento das velhas gerações e a chegada dos mais novos.

Estabelecida essa implicação, tornou-se visível e até evidente que (pelo menos desde o início da modernidade e por toda sua duração) as classes de idade que chegavam ao mundo em diferentes etapas do processo de contínua transformação apresentavam uma tendência

a *diferir* profundamente no modo de avaliar as condições de vida que *compartilhavam*. As crianças em geral nascem num mundo muito diferente daquele da infância de seus pais, e que estes aprenderam e se acostumaram a ver como padrão de "normalidade"; os filhos jamais poderão visitar esse mundo que deixou de existir com a juventude dos pais.

O que certas "classes de idade" encaram como "natural" – "o modo pelo qual as coisas *são"*, "o modo como *as coisas são normalmente feitas"* e, portanto, como "*elas devem* ser feitas" – pode ser visto por outros como uma aberração, um estranho desvio da norma, talvez uma situação ilegítima e insensata – injusta, abominável, desprezível ou absurda, que exige completa revisão. O que para certas classes de idade parece uma situação agradável, que permite o uso de rotinas e habilidades aprendidas e dominadas à perfeição, pode ser esquisito e chocante para outras; pessoas de idades diferentes podem se sentir à vontade em situações que trazem desconforto para outras, que se veem confusas e desorientadas.

As diferenças de percepção já assumiram tantas facetas que, ao contrário do que se passava nos tempos pré-modernos, os jovens não são mais vistos pelas velhas gerações como "adultos em miniatura" ou "miniadultos", como "seres ainda não plenamente maduros, mas fadados a amadurecer" (entendendo-se por "maduro" ser "igual a nós"). Hoje, não se espera nem se pressupõe que os jovens "estão em vias de se tornar adultos *como* nós"; a tendência é vê-los como um *tipo diferente*, que permanecerá diferentes "de nós" por toda vida. As discrepâncias entre "nós" (os mais velhos) e "eles" (os mais novos) não nos parecem mais corresponder a uma fase passageira e irritante, que tenderá fatalmente a se dissipar e a desaparecer à medida que eles amadureçam

para as realidades da vida. Os jovens sem dúvida vão permanecer; eles são irrevogáveis.

A consequência disso é que jovens e velhos tendem a se perceber mutuamente com um misto de incompreensão e mal-entendido. Os mais velhos temem que os recém-chegados ao mundo acabem estragando e destruindo a “normalidade” que conhecem e lhes parece confortável e decente, mas que custaram tanto a construir e preservar com carinho; os mais jovens, ao contrário, têm uma enorme urgência de consertar o que os mais velhos estragaram. Nenhum dos grupos se sentirá satisfeito (pelo menos não completamente) com o atual estado de coisas e com o rumo que seus mundos parecem seguir – e culpa o outro por sua insatisfação.

Em dois números consecutivos de um respeitado semanário inglês, duas avaliações radicalmente distintas foram feitas: um colunista acusou “os jovens” de serem “inúteis, chatos, frouxos, focos de clamídia”; ao que um irado leitor respondeu que os jovens supostamente preguiçosos e negligentes tinham “alto desempenho acadêmico” e na verdade “estavam preocupados com a confusão que os adultos criaram”.[1] Como em outras incontáveis divergências, trata-se de uma diferença de *avaliação* e de *pontos de vista* subjetivos. Nesse tipo de situação, a controvérsia dificilmente pode ser resolvida de modo “objetivo”.

Convém não esquecer ainda que grande parte da geração jovem de hoje jamais passou por dificuldades de vida efetivas, como uma longa depressão econômica e o desemprego em massa. Essa juventude nasceu e cresceu num mundo no qual podia obter apoio de serviços comunitários socialmente produzidos, um guarda-chuva à prova de água e de vento que lhes parecia sempre ao alcance da mão, para protegê-los contra as inclemências do tempo, o frio das chuvas e os ventos gelados; um

mundo em que cada nova manhã parecia prometer um dia mais ensolarado que o anterior e mais regado de agradáveis aventuras.

Contudo, enquanto escrevo estas palavras, nuvens escuras vêm se acumulando sobre esse mundo, nuvens cada dia mais sombrias. O estado de felicidade, otimismo e confiança que o jovem pensava ser o estado "natural" do mundo pode não durar muito tempo. O sedimento da última depressão econômica – o prolongado desemprego que diminui as oportunidades de vida das pessoas e obscurece suas perspectivas de futuro – pode se recusar a desaparecer depressa, se é que um dia desaparecerá; e não há mais tanta certeza quanto a um retorno rápido aos dias ensolarados.

Assim, ainda é muito cedo para determinar se as atitudes e visões de mundo que impregnam os jovens de hoje acabarão se ajustando ao mundo que está por vir, nem como esse mundo se ajustará às suas expectativas mais profundas.

· 4 ·

On-line, off-line

Ann-Sophie, vinte anos, estudante da Copenhagen Business School, respondeu da seguinte maneira as perguntas formuladas por Flemming Wisler: “Não quero que minha vida me controle demais. … O mais importante é se sentir à vontade. … Ninguém quer ficar parado no mesmo emprego por muito tempo.”[1] Em outras palavras: mantenha abertas suas opções. Não jure fidelidade do tipo “até que a morte nos separe” a qualquer coisa ou a qualquer pessoa. O mundo está cheio de oportunidades maravilhosas, sedutoras e promissoras; é loucura perder qualquer delas tentando se amarrar de pés e mãos a compromissos irrevogáveis.

Não admira que o surfe ocupe um dos primeiros lugares de uma lista de habilidades básicas que motivam um jovem a procurar aprender, que ele anseia por dominar acima e além do desejo ultrapassado de “sondar” e “penetrar” o sentido das coisas. Mas, como observou Katie Baldo, orientadora pedagógica da Cooperstown Middle School, do Estado de Nova York, “os adolescentes perdem importantes dicas sociais porque estão fixados em seus Ipods, telefones celulares e

videogames. Vejo isso o tempo todo nos corredores do colégio, quando eles não conseguem dizer ‘oi’ nem fazer contato com os olhos”.[2]

Fazer contato com o olhar, reconhecendo a proximidade física de outro ser humano, parece perda de tempo: sinaliza a necessidade de gastar uma parcela do tempo precioso, mas horrivelmente escasso, em mergulhos profundos (coisa que a exploração de profundidades certamente exigiria); uma decisão que poderia interromper ou impedir o surfe por tantas outras superfícies não menos – e talvez muito mais – convidativas.

Numa vida de contínuas emergências, as relações *virtuais* derrotam facilmente a “vida *real”*. Embora os principais estímulos para que os jovens estejam sempre em movimento provenham do mundo off-line, esses estímulos seriam inúteis sem a capacidade dos equipamentos eletrônicos de multiplicar encontros entre indivíduos, tornando-os breves, superficiais e sobretudo descartáveis. As relações virtuais contam com teclas de “excluir” e “remover spams” que protegem contra as consequências inconvenientes (e principalmente consumidoras de tempo) da interação mais profunda.

Não posso deixar de recordar aqui Chance, o personagem interpretado por Peter Sellers no filme *Muito além do jardim* (1979), de Hal Hashby: recém-chegado a uma cidade movimentada, depois de passar a vida inteira num tête-à-tête exclusivo com “o mundo mostrado pela televisão”, Chance tenta em vão apagar um irritante e desagradável grupo de freiras de seu campo visual com a ajuda do controle remoto.

Para um jovem, o principal atrativo do mundo virtual é a ausência de contradições e objetivos conflitantes que rondam a vida off-line. O mundo on-line, por outro lado, cria uma multiplicação infinita de possibilidades de

contatos plausíveis e factíveis. Ele faz isso reduzindo a duração desses contatos e, por conseguinte, *enfraquecendo* os laços, muitas vezes impondo o tempo – em flagrante oposição à sua contrapartida off-line, que, como é sabido, se apoia no esforço continuado de *fortalecer* os vínculos, limitando severamente o número de contatos à medida que eles se ampliam e se aprofundam. Essa é uma grande vantagem para homens e mulheres que se atormentam com a ideia de que o passo que deram talvez seja equivocado (apenas talvez), e que talvez (apenas talvez) fosse tarde demais para minimizar as perdas. Daí se sentirem mal com tudo que evoque um compromisso "de longo prazo" – seja planejar a vida, seja envolver-se com outros seres vivos.

Fazendo um apelo óbvio aos valores da nova geração, um recente comercial anunciou a chegada ao mercado de uma nova marca de rímel, que "promete manter os cílios impecáveis por 24 horas", usando o seguinte argumento: "Falamos de uma relação séria. Uma só aplicação, e seus belos cílios resistirão a chuva, suor, umidade, lágrimas. E é facilmente removível – basta água morna." A duração de 24 horas já parece uma "relação séria", mas até um compromisso tão rápido se tornaria menos sedutor se suas consequências não fossem tão fáceis de remover.

Seja qual for a escolha, ela nos fará recordar o "manto leve" de Max Weber, um dos fundadores da sociologia moderna; ele podia ser removido dos ombros à vontade, num instante, sem muitos problemas – ao contrário da "rígida crosta de aço", que proporcionava uma proteção eficaz e duradoura contra as turbulências, mas era difícil de se despir, além de tolher os movimentos da pessoa que protegia e restringir o espaço para o exercício de seu livre-arbítrio.

O que mais importa para os jovens é preservar a capacidade de *remodelar* a “identidade” e a “rede” no momento em que surge uma necessidade (ou, na verdade, um capricho) de refazê-las, ou quando se suspeita que essa necessidade já tenha surgido. A preocupação dos antepassados com a própria *identificação*, exclusiva e única, tende a ser deslocada pela preocupação com uma *reidentificação* perpétua. As identidades devem ser *descartáveis*; uma identidade insatisfatória, ou não suficientemente satisfatória, ou uma identidade que denuncia a idade avançada, deve ser *facilmente abandonável*; a biodegradabilidade talvez seja o atributo ideal da identidade mais desejável nos nossos dias.

As capacidades interativas da internet são feitas sob medida para essa nova necessidade. Em sua versão eletrônica, é a *quantidade* de conexões, e não sua *qualidade*, que faz toda a diferença para as chances de sucesso ou de fracasso. É isso que possibilita manter-se *au courant* do que “todo mundo está falando” e das escolhas indispensáveis do momento: as músicas mais ouvidas, as camisetas da moda, as últimas aventuras das celebridades, as festas mais badaladas, os festivais e eventos mais comentados.

Ao mesmo tempo, estar em dia com tudo isso ajuda a atualizar os conteúdos e a redistribuir as ênfases na imagem da pessoa; ajuda ainda a apagar depressa os vestígios do passado, isto é, os conteúdos e as ênfases que agora estão vergonhosamente fora de moda. Tudo somado, a internet facilita demais, incentiva e inclusive impõe o exercício incessante da *reinvenção* – numa extensão inalcançável na vida off-line. Esta é, sem dúvida, uma das mais importantes explicações para o tempo que a “geração eletrônica” gasta no universo virtual: o tempo gradual e crescentemente utilizado no

mundo virtual em detrimento do tempo passado no mundo “real” (off-line).

Os referentes dos principais conceitos que emolduram e mapeiam o *Lebenswelt*, o mundo do dia a dia, o mundo do qual o jovem tem *experiência pessoal*, estão sendo gradual e continuamente transplantados do espaço off-line para o espaço on-line. Entre os mais importantes desses conceitos estão os de “contato”, “encontro”, “reunião”, “comunicado”, “comunidade” ou “amizade” – todos referidos a relações interpessoais e a laços sociais.

Um dos principais efeitos da nova localização dos referentes é a percepção dos laços e compromissos sociais vigentes como fotos instantâneas do processo de renegociação, e não de situações estáveis de duração indefinita. (Diga-se desde logo que “foto instantânea” não é uma metáfora muito feliz, porque ela ainda mantém implícita a ideia de uma durabilidade superior à dos laços e compromissos mediados via eletrônica. A expressão “foto instantânea” pertence ao vocabulário do papel fotográfico e das fotografias reveladas e impressas, que só aceitam uma imagem por toda a vida; ao passo que, no caso dos laços criados por via eletrônica, apagar, reescrever e escrever por cima, inconcebíveis nos negativos de filmes e nos papéis fotográficos, são as opções mais importantes e mais recorrentes; na verdade, são o único atributo indelével das relações mediadas pela eletrônica.)

· 5 ·

Como fazem os pássaros

"Twitter" (gorjear) é o que os pássaros fazem quando *tweet* (gorjeiam). Como nos dizem os especialistas em pássaros, o canto melodioso desempenha duas funções em aparência opostas, mas igualmente essenciais, na vida das aves: permite manter contato uns com os outros (isto é, não deixa que fiquem perdidos ou percam a pista dos parceiros no ninho ou do restante do grupo) e evita que outros pássaros, sobretudo os da mesma espécie, invadam o território que reservaram para eles. O gorjeio dos pássaros não transmite nenhuma outra mensagem, de modo que seus "conteúdos" (mesmo que houvesse algum, o que não é o caso) são irrelevantes; o que conta é que se produz o som melodioso e que ele seja (muito provavelmente *será*) ouvido.

Não sei dizer se Jack Dorsey, que criou o website chamado Twitter em 2006, quando ainda era estudante universitário, inspirou-se ou não no hábito milenar dos pássaros. Mas os 55 milhões de visitantes mensais desse site da internet parecem ter seguido esse hábito – sabedores disso ou não. Ao que parece, eles o consideram muito útil para suas necessidades e

objetivos. Segundo cálculos de Peder Zane, do *News and Observer*, em 15 de março de 2009, o número de usuários do Twitter cresceu 900% entre 2008 e 2009 (enquanto o número de usuários do Facebook cresceu "apenas" 228%, de acordo com a Wikipedia). Os administradores do Twitter convidam e encorajam novos usuários a se juntarem ao poderoso exército de 55 milhões de usuários atuais afirmando que o "Twitter é um serviço ideal para a comunicação e conexão entre amigos, parentes e colegas de trabalho pela troca rápida de respostas a uma única pergunta: 'O que você está fazendo?'" As respostas, como o leitor provavelmente sabe, devem ser rápidas e frequentes, mas também fáceis de digerir, e isso significa que devem ser muito, muito concisas e curtas (tal como a melodia do gorjeio de um pássaro) – nunca podem exceder os 140 caracteres.

Desse modo, o "fazer" sobre o qual se escrevem mensagens no Twitter talvez não signifique mais que dizer "estou comendo pizza aos quatro queijos", ou "estou olhando pela janela", ou "com sono e indo pra cama", ou "morto de tédio". Por cortesia da administração do Twitter, nossa notória mas envergonhada reticência e falta de jeito para relatar os motivos e objetivos de nossos atos – e os sentimentos que os acompanham – deixaram de ser uma desvantagem e subiram ao pódio das virtudes. O que nós e todos os nossos iguais somos levados a compreender é que a única coisa que importa é saber e contar aos demais o que estamos fazendo – neste momento ou em qualquer outro; o que importa é "ser visto". Não tem importância alguma saber por que fazemos tal coisa, o que estamos pensando, desejando, sonhando, o que nos alegra ou entristece quando a fazemos, ou mesmo outras razões que nos inspiraram a usar o Twitter, além de manifestar nossa presença.

O contato face a face é substituído pelo contato tela a tela dos monitores; as *superfícies* é que entram em contato. Por gentileza do Twitter, “surfar”, o meio de locomoção preferido em nossa vida agitada, cheia de oportunidades que nascem e logo se extinguem, afinal chegou à comunicação inter-humana. O que se perde é a intimidade, a profundidade e durabilidade da relação e dos laços humanos.

Os defensores e entusiastas dos “contatos” (mais exatamente, a reconfirmação de “estar conectado”) rápidos, fáceis e sem problemas tentam nos convencer de que os ganhos compensam em muito as perdas. Sob o título de “usos” do Twitter, o site da Wikepedia nos informa que, “durante os ataques de Mumbai, em 2008, testemunhas oculares enviaram cerca de oitenta mensagens por segundo relatando a tragédia. Os usuários que estavam no local ajudaram a compilar uma lista de mortos e feridos”; que, em “janeiro de 2009, o voo 1549 da companhia aérea US Airways sofreu múltiplos ataques de aves e teve de aterrissar em pleno rio Hudson após a decolagem do aeroporto de La Guardia, em Nova York. Janis Krums, passageiro de um dos barcos que prestou socorro, tirou uma foto do avião dentro do rio enquanto os passageiros ainda eram retirados da aeronave e enviou-a por Twitter antes que a mídia tradicional chegasse ao lugar”; ou que, “em fevereiro de 2009, a Country Fire Authority australiana usou o Twitter para divulgar alertas regulares e atualizações a respeito dos *incêndios florestais de 2009 na região de Victoria”*.

Mas noticiar esses casos é como tentar convencer futuros apostadores dos benefícios universais a comprar bilhetes de loteria publicando de tempos em tempos a sorte grande dos poucos vencedores – enquanto evitam mencionar os milhões de frustrados perdedores.

Sejamos realistas: os impactos das novas tecnologias de comunicação são como os feitos da economia liderada pelos bancos, em que os ganhos tendem a ser privatizados, e as perdas socializadas. Em ambos os casos, “os danos colaterais” tendem a ser desproporcionalmente maiores, mais profundos e insidiosos que os eventuais e raros benefícios.

Existe, no entanto, um benefício de outro tipo, muito mais generalizado, que parece ser o principal atrativo do Twitter. Já há algum tempo, a famosa “prova da existência” de Descartes, “Penso, logo existo”, tem sido substituída e rejeitada por uma versão atualizada para nossa era da comunicação de massas: “Sou visto, logo existo.” Quanto mais pessoas podem escolher me ver, mais convincente é a prova de que estou aqui.

O padrão é estabelecido pelas celebridades. Não se mede o peso e a importância da existência dos “famosos” pela relevância do que eles *fizeram*, isto é, pelo peso de seus *feitos* (de qualquer modo, não dá para avaliar corretamente essas qualidades e confiar o bastante nos resultados para sustentar uma opinião). Sem dúvida as “celebridades” só têm importância pela visibilidade de sua presença: elas têm de ser olhadas e vistas por uma multiplicidade de pessoas, nas bancas de jornais, nas primeiras páginas dos tabloides, nas capas de revistas de amenidades, nas telas dos aparelhos de televisão. Se muita gente as olha, vigia cada passo que dão, se muitos dão ouvidos às fofocas a respeito de suas últimas aventuras, maldades e travessuras, se muita gente fala delas, então deve haver “algo nelas” – afinal, tantos não poderiam estar tão errados ao mesmo tempo!

Daniel Boorstin sintetizou tudo isso de maneira admirável: “A celebridade é uma pessoa famosa por ser famosa.” Conclusão (não necessariamente verdadeira, mas de todo modo crível): quanto maior é a frequência

das minhas mensagens, quanto mais pessoas visitam meu Twitter, mais chances terei de ingressar nas fileiras dos famosos. Tal como as celebridades, o assunto das mensagens é completamente irrelevante. Afinal, o que lemos e ouvimos sobre as celebridades, no mais das vezes, trata do que elas comeram no café da manhã, de seus casos amorosos e incursões nos shoppings. Como o peso da presença de uma pessoa no mundo é medido por sua “fama”, minhas mensagens lançadas ao mundo também são um meio de incrementar minha importância espiritual (uma espécie de dieta às avessas – considerando que fazer dieta é um método de diminuir nosso peso corporal).

Pelo menos é o que parece. Tudo isso pode não passar de ilusão. Mas, para muitos de nossos contemporâneos, é uma ilusão bem-vinda. Bem-vinda para aqueles treinados e educados para crer que só *conta* ser *visto*, mas que não tiveram acesso às revistas de amenidades e aos jornais sensacionalistas, as verdadeiras fontes do poder de dividir as pessoas entre os “que são vistos” e os invisíveis, e de mantê-los do lado “visualizável” da divisão.

O Twitter é, para nós, pessoas *comuns*, o que as capas de revistas semanais e mensais representam para os poucos que são proclamados *extraordinários*. Nosso Twitter é uma espécie de réplica das butiques de alta-costura no comércio popular: o substituto da igualdade para os destituídos. Aos que estão condenados a comprar nas lojas populares, o Twitter atenua as crises da humilhação causada pela falta de acesso às lojas exclusivas.

· 6 ·

Sexo virtual

Emily Dubberley, autora de *Brief Encounters: The Women's Guide to Casual Sex*, escreveu que, em nossos dias, obter sexo "é como encomendar uma pizza. … Agora você pode conectar-se à internet e encomendar genitália". Não há mais necessidade de flertar ou fazer a corte, não é preciso empenhar todas as energias para obter a aprovação do parceiro(a), nem mover mundos e fundos para merecer e conquistar o consentimento do outro; é dispensável insinuar-se aos olhos dela ou dele e esperar um longo tempo, quiçá uma eternidade, para que todos esses esforços deem resultados.

Isso significa, porém, que acabaram todas aquelas coisas que costumavam fazer do encontro sexual um acontecimento tão estimulante, embora incerto, uma busca de aventura romântica, arriscada e cheia de armadilhas. Não há ganhos sem perdas. O sexo pela internet, entusiasticamente recebido por tanta gente, não é exceção a essa regra melancólica. Alguma coisa se perdeu – se bem que é comum ouvir muitos homens e quase igual número de mulheres dizerem que os ganhos valeram o sacrifício. Os ganhos são: *conveniência* –

redução do esforço a um mínimo; *velocidade* – encurtamento da distância entre o desejo e sua satisfação; e *garantia contra as consequências* – que, como é próprio das consequências, nem sempre seguem o roteiro estabelecido e desejado. Consequências raramente são antecipadas, cobiçadas e bem-recebidas. Elas tanto podem se revelar desagradáveis e problemáticas quanto alegres e auspiciosamente agradáveis.

A publicidade de um website que vende sexo rápido e seguro ("sexo sem compromisso"), e se vangloria de ter 2,5 milhões de assinantes, diz o seguinte: "Encontre parceiros sexuais de verdade *esta noite mesmo"* (grifos meus). Outro site, que conta com milhões de associados espalhados pelo mundo afora, especializado em satisfazer o espírito aventureiro de parte do público gay, escolheu um slogan diferente: "O que você quiser, *quando* quiser" (grifo meu).

Os dois slogans mal conseguem esconder a mesma mensagem: os produtos ambicionados estão prontos para o consumo instantâneo, imediato; o desejo e sua satisfação fazem parte do mesmo pacote; você é que manda, mensagem que soa doce e apaziguadora a ouvidos treinados por milhões de comerciais (cada um de nós é obrigado/manipulado a assistir a mais comerciais por ano que nossos avós durante a vida inteira). Hoje, ao contrário do que ocorria no tempo de nossos avós, esses anúncios prometem prazeres sexuais tão instantâneos quanto café ou sopa em pó ("basta adicionar água quente"). Eles degradam, condenam e ridicularizam os prazeres espacial ou temporalmente remotos, que só podem ser obtidos com paciência, abnegação e muita boa-vontade, longo e árduo aprendizado, esforços desajeitados, complicados e às vezes extremamente

difíceis – e que fazem pressentir tantos erros quanto as tentativas necessárias.

Algumas décadas atrás, esse tipo de "complexo de impaciência" foi sintetizado na famosa reclamação de Margareth Thatcher contra o Sistema Nacional de Saúde britânico e as razões que apontou para explicar por que era melhor deixar ao mercado a prestação de serviços médicos: "Quero um médico de minha escolha no momento que eu quiser." Pouco tempo depois, inventaram-se os meios – varinhas mágicas no formato de cartão de crédito; mesmo que não realizasse integralmente o sonho da sra. Thatcher, o cartão pelo menos contribuiu para torná-lo plausível e crível. Esses instrumentos puseram a filosofia consumista ao alcance de um número crescente de indivíduos que bancos e financeiras consideravam merecedores de atenção e benevolência.

A sabedoria popular antiga e atemporal adverte-nos que "não se deve contar com os ovos antes de serem postos". Acontece que agora os ovos da nova estratégia do prazer instantâneo já foram postos em profusão, toda uma geração deles, e temos todo o direito de começar a contar com eles. O psicoterapeuta Phillip Hodson já os contou, e suas conclusões mostram o resultado da fase eletrônica virtual da revolução sexual em curso como uma faca de dois gumes.

Hodson identificou o paradoxo do que qualifica como "cultura da gratificação instantânea, descartável" (que ainda não é universal, mas está em rápida expansão): pessoas que, numa só noite, podem namorar (eletronicamente) mais gente que seus pais – para não falar nos pais deles – teriam encontrado durante toda a vida, mais cedo ou mais tarde descobriam que, como acontece com todos os vícios, a satisfação obtida diminui a cada nova dose da droga. Tivessem elas a possibilidade

de examinar com atenção o que suas experiências propiciam, descobririam, para sua surpresa e frustração (embora tarde demais), que o romantismo, o lento e complicado processo de sedução que hoje só lhes é dado ler nos velhos livros, não significava *obstáculos* desnecessários, redundantes, cansativos e irritantes a bloquear o caminho para a "coisa em si" (como os fizeram crer); estes são *ingredientes* importantes e até cruciais da própria "coisa", aliás, de *todas* as coisas eróticas e "sensuais", partes de seu charme e atrativo.

Em suma, ganhou-se em *quantidade* o que se perdeu em *qualidade*. O "novo sexo melhorado" via internet na verdade não é a "coisa" que fascinara e encantara nossos ancestrais e os inspirara a escrever inúmeros volumes de poesia para louvar sua glória e esplendor, para confundir o êxtase conjugal com o céu. Hodson, a exemplo de muitos outros pesquisadores, também descobriu que, mais que ajudar a criar vínculos e diminuir a tragédia dos sonhos não realizados, o sexo pela internet ajuda a enfraquecer e tornar mais superficiais as relações laboriosamente construídas na vida real off-line; por isso mesmo, é menos satisfatório e cobiçado, menos "valioso" e valorizado.

Georg Simmel observou muito tempo atrás que a medida do valor das coisas é o sacrifício necessário para obtê-las. Um número maior de pessoas pode "fazer sexo" com maior frequência. Porém, paralelamente a isso, cresce o número dos que vivem sozinhos, se sentem solitários e sofrem de agudos sentimentos de abandono. Essas pessoas que buscam com desespero fugir à dor desses sentimentos são assediadas pelas promessas de mais "sexo on-line". E acabam compreendendo que, em vez de lhes saciar a fome de companhia humana, o sexo proporcionado pela internet só aumenta a sensação de

perda e o sentimento de humilhação, solidão e privação da experiência do calor humano.

Cabe lembrar outra questão que vem à tona quando se avalia o saldo de perdas e ganhos. Os sites de relacionamento pela internet (e mais, os sites que oferecem sexo instantâneo) tendem a apresentar parceiros para transas de uma só noite em catálogos nos quais os “produtos disponíveis” são classificados de acordo com marcas selecionadas – altura, tipo de corpo, origem étnica, pelos corporais etc. (os critérios variam de acordo com o público-alvo e com o que se considera “relevante”). Desse modo, os clientes podem ajustar o(a) parceiro(a) escolhido(a) a partir de pedaços ou partes que parecem determinar a qualidade do “conjunto” e os prazeres sexuais desejados. Nesse processo, de algum modo, o “ser humano” se desintegra e desaparece: não se vê mais a floresta para além das árvores.

Escolher seu parceiro sexual num catálogo de traços peculiares e usos desejáveis, como se faz com mercadorias selecionadas em catálogos on-line de empresas comerciais, perpetua o mito que o ato origina; e insinua por si mesmo que cada um de nós, seres humanos, somos menos pessoas ou personalidades cujas qualidades não repetíveis estão todas contidas em nossa singularidade ou peculiaridade, mas uma coleção desordenada de atributos vendáveis ou difíceis de vender.

· 7 ·

Estranhas aventuras da privacidade (1)

Alain Ehrenberg, sociólogo francês e estudioso singularmente perspicaz da conturbada trajetória do indivíduo na modernidade, tentou situar a data de nascimento da revolução cultural moderna (ou pelo menos de seu ramo francês) que nos introduziu na era que ainda vivemos. Ele procurou identificar uma revolução cultural equivalente ao tiro desferido por Gavrilo Princip no arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria, que também atingiu sua esposa, em Sarajevo, em 28 de junho de 1914, dando início à Primeira Guerra Mundial; ou ao primeiro disparo do cruzador *Aurora*, em 7 de novembro de 1918, que assinalou a tomada pelos bolcheviques do Palácio de Inverno.

Ehrenberg escolheu uma noite de quarta-feira de outono, na década de 1980, quando certa Vivienne declarou durante um programa muito popular de entrevistas, pela televisão, na frente de milhões de telespectadores, que a maldita ejaculação precoce de seu marido, Michel, lhe impedira de ter um só orgasmo durante toda sua vida conjugal.

O que houve de tão revolucionário assim na declaração de Vivienne? Dois fatos: primeiro, tornar público um tipo de informação que até então era considerado a quintessência da ordem do privado, até mesmo seu epônimo; segundo, usar a arena *pública* para expressar e discutir um assunto de interesse eminentemente *privado*.

O que significa "privado"? Algo que pertence ao domínio da "privacidade". Para o significado de "privacidade", vamos recorrer à Wikipedia (o conhecido site da internet que reflete rapidamente, de maneira meticulosa e com frequência breve, tudo que a opinião média considera verdadeiro sobre um assunto; e zela pela atualização a cada dois dias, procurando assim perseguir e captar depressa os alvos mais notórios que passam a frente até dos mais dedicados caçadores). Na versão inglesa da Wikipedia de 8 de março de 2009, pode-se ler:

> Privacidade é a capacidade de uma pessoa ou grupo de controlar a exposição e a disponibilidade de informações a seu respeito, e dessa forma revelar-se de maneira seletiva. Ela se relaciona às vezes com a capacidade de existir anonimamente na sociedade, com o desejo de não ser notado ou identificado na esfera pública. Quando algo pertence a uma pessoa de modo privado, isso em geral significa que há nela algo que se considera inerentemente especial ou pessoal. … A privacidade pode ser entendida como um aspecto da segurança – pelo qual se torna clara, em geral, a equivalência entre os interesses de um grupo e os de outro grupo.

O que significa "arena pública"? Um espaço de acesso livre a todos os que quiserem entrar. Por isso,

tudo que se ouve e vê na “arena pública” pode ser ouvido e visto, em princípio, por *qualquer pessoa*. Aqueles que enunciam as palavras ou tornam visíveis seus movimentos assumem ou aceitam (aberta ou tacitamente, por vontade própria ou por falta de opção) o risco de serem vigiados e ouvidos. Admitem as consequências e renunciam a seus direitos de objetar ou reivindicar compensações. Levando em conta (como afirma a Wikipedia) que “o grau de exposição da informação privada depende de como o público receberá tal informação, o que varia segundo lugares e épocas”, o esforço para manter um assunto privado e a decisão de torná-lo público são objetivos antagônicos. As definições de “privacidade” e “publicidade” se *opõem*.

“Privado” e “público” são conceitos antagônicos. Em geral, seus campos semânticos não estão separados por limites que permitam tráfego de mão dupla, mas por fronteiras demarcadas: linhas intransponíveis, de preferência fechadas com rigidez e pesadamente fortificadas de ambos os lados para impedir transgressões (invasores ou trânsfugas, sobretudo desertores). Mesmo que não haja uma guerra declarada, que não se desencadeiem ou projetem ações, que o território fronteiriço não demonstre ser uma área de tiro, em regra, as fronteiras só toleram *o tráfego* em áreas selecionadas.

“Demarcar uma fronteira” significa que as probabilidades de transitar entre as linhas estabelecidas são manipuladas e diferenciadas (alguns tipos de tráfego são mais ou menos intensos) em relação ao que poderiam ser caso não existissem limites. A liberação total do tráfego acabaria com a própria ideia de fronteira. O controle e o direito de decidir quem e o que terá permissão de passar e quem e o que deve permanecer de um lado (quais itens de informação têm prerrogativa

de permanecer privados e quais são autorizados a se revelar publicamente) – em geral tópicos fortemente contestados – constituem a razão para a delimitação de uma fronteira.

Durante a maior parte da era moderna, o ataque à fronteira, e, mais importante ainda, toda mudança arbitrária e revogação unilateral das regras vigentes no tráfego entre fronteiras, foi quase exclusivamente esperado e temido no lado "público": há uma suspeita geral sobre a tendência endêmica das instituições públicas a bisbilhotar e ouvir atrás das portas; um inextinguível impulso para invadir e conquistar a esfera do privado a fim de colocá-lo sob sua administração, recobrindo-o de uma densa rede de fortalezas, mecanismos de espionagem e escuta, e privando os indivíduos e grupos da proteção oferecida por um espaço privado intransponível; da mesma forma, sua segurança pessoal ou de grupo.

Suspeitava-se que as instituições públicas – de modo incoerente, mas não de todo infundado – erigiam barricadas para bloquear o acesso de muitas entidades privadas à ágora e outros sítios de comunicação, onde seria possível negociar a reformulação de problemas privados em questões públicas. Em outras palavras, uma conspiração para proibir que determinados tipos de problemas fossem obstruídos por qualquer pessoa que não as próprias vítimas.

É evidente que a experiência pavorosa do comunismo e do nazismo, os dois totalitarismos mais opressores e sangrentos do século XX, emprestou veracidade a essas desconfianças. Hoje, passado o momento de auge, as suspeitas ressurgiram; foram reanimadas pelas percepções ou premonições de instituições públicas que, de modo arbitrário, impõem novos limites legais a iniciativas que antes deviam

permanecer na órbita do privado; ao mesmo tempo, expulsam e armazenam/escondem/fecham, para seu próprio uso não controlado (e em potencial danoso), quantidades cada vez maiores de informações incontestavelmente íntimas, particulares, discricionárias – tudo em flagrante transgressão aos usos há muito estabelecidos pelo conceito de democracia, ainda que não explicados e codificados.

Seja qual for a suposta agressividade e a violência previstas das instituições públicas lideradas pelo Estado todo-poderoso, e não obstante a mudança da forma como se percebe o Estado, as advertências quanto à ameaça proveniente do lado oposto foram apenas esporádicas (se é que existiram e chegaram a ser ouvidas): a ameaça da iminente invasão e conquista da esfera pública pelo que era visto até então como da ordem exclusiva do privado. Mas poucas vezes essas advertências foram levadas a sério. A tarefa que inspirou boa parte de nossos ancestrais e as gerações mais velhas a vigiar e partir para o combate foi defender o domínio do privado em relação à intromissão indevida dos detentores do poder. As pessoas aceitavam de bom grado ou com relutância as instituições públicas como seus vigias noturnos e guarda-costas – não muito mais que isso. Sem dúvida jamais as admitiam na função suspeita de bisbilhoteiras a espionar através das cortinas os assuntos particulares dos outros.

Isso até recentemente, quer dizer…

(*Continua*)

· 8 ·

Estranhas aventuras da privacidade (2)

Peter Sellers, homem sério e talentoso, brilhante ator inglês que desempenhou dezenas de papéis diversificados e característicos em muitos filmes, confessou: “Se me pedissem para representar a mim mesmo, não saberia como fazer. Eu não sei quem ou o que sou.” E acrescentou, pensativo: “Antigamente havia uma máscara atrás de mim, mas mandei retirá-la cirurgicamente.” William Shakespeare, antecipando profética e intuitivamente a indagação de Sellers, foi mais longe e perguntou, nas palavras do rei Lear: “Quem pode me dizer quem sou eu?”

Excetuando o caso das “perguntas retóricas”, que tendem a antecipar a resposta e/ou supor que elas sejam conclusões prévias, o ato de perguntar em geral presume ou indica que o assunto é problemático. De fato, como cada um de nós aprendeu (ainda que de maneira menos trágica e dolorosa que o rei Lear), não cabe somente a mim dizer quem eu sou ou o que sou. Em meu desacordo e contínuo debate com os que me cercam sobre “quem ou o que sou”, ouvem-se muitas vozes, com frequência bastante dissonantes.

Nesse conflito, não é claro quem exerce a função de juiz e tem autoridade para decidir e impor uma resposta. Quanta liberdade de movimento os outros irão me oferecer a fim de pintar minha própria imagem para "consumo público", digamos assim (uma imagem que considero à minha semelhança e conformada à minha opinião, ainda que com a relutância de outros)? Essa é uma questão que jamais será estabelecida para sempre. Qualquer tentativa de determinação dificilmente será a última. É bem possível que cada qual permaneça aberto a reavaliações e renegociações – de modo permanente.

Comentando o sigilo (e, por extensão, privacidade, individualidade, autonomia, autodefinição e autoafirmação, pela simples razão de que o direito ao sigilo é um atributo fundamental, indispensável, de todas essas coisas), Georg Simmel, considerado o mais arguto dos fundadores da sociologia, disse que uma possibilidade realista de mudança exige que outros reconheçam o direito a manter segredos. Simmel diz que o sigilo, embora parte integrante da privacidade, também é uma *relação social*: é necessário observar a norma de que "aquilo que é intencional ou não intencionalmente *escondido* deve ser intencional ou não intencionalmente *respeitado"* (grifos meus).

Contudo, a relação entre essas duas condições (de privacidade e de reconhecimento/tolerância/proteção social da autonomia do indivíduo) tende a ser instável e tensa. Por esse motivo, "a intenção de esconder … é muito mais forte quando se choca com a intenção de revelar". Se essa "maior intensidade" não se manifesta, se não há o desejo de defender com unhas e dentes um tema sigiloso contra os bisbilhoteiros, intrusos e importunos, ou não é respeitada, a privacidade corre perigo.

Por definição, uma coisa secreta faz parte do que somos e que nos recusamos a compartilhar com outras pessoas. O sigilo é uma proteção contra a divulgação não autorizada de informações, que estabelece, demarca e fortalece as fronteiras da privacidade; este é o espaço que quero preservar como domínio meu, o território de minha única e indivisível soberania, dentro do qual detenho o poder absoluto para definir "quem e o que sou", o domínio a partir do qual posso desencadear a meu bel-prazer campanhas para que minhas decisões sejam reconhecidas e respeitadas.

Na carta anterior, escrevi, porém, que "defender o domínio do privado em relação à intromissão indevida dos detentores do poder" era a única tarefa que estimulara muitos de nossos ancestrais e as gerações mais velhas a pegar em armas – mas logo acrescentei: até muito recentemente...

Numa surpreendente inversão dos hábitos dos nossos ancestrais perdemos de certa forma boa parte da coragem, energia e vontade para persistir na defesa da "esfera do privado". Nos nossos dias, não é tanto a possibilidade de traição ou violação da privacidade que nos assusta, mas seu oposto: fechar todas as saídas do mundo privado, fazer dele uma prisão, uma cela solitária ou uma masmorra do tipo em que antigamente desapareciam as pessoas que perdiam as boas graças do soberano, abandonadas no vácuo da despreocupação e do esquecimento públicos – o dono desse "espaço privado" é condenado a sofrer para sempre as consequências de suas ações.

A falta de ouvintes ansiosos para arrancar à força nossos segredos – ou rasgá-los e surripiá-los de dentro das muralhas da privacidade, para exibi-los publicamente como propriedade de todos, e incentivar as pessoas a desejar compartilhá-los – talvez seja o maior pesadelo

para nossos contemporâneos. “Ser uma celebridade” (quer dizer, estar constantemente exposto aos olhos do público, sem ter necessidade nem direito ao sigilo privado) é hoje o modelo de sucesso mais difundido e mais popular.

É cada vez maior o número de semelhantes nossos que tendem a crer (embora não o digam com tantas palavras) que não há prazer algum em manter segredos – salvo aqueles preparados para serem exibidos com prazer na internet, na televisão, nas primeiras páginas dos jornais e nas capas das revistas populares. Dessa maneira, a esfera *pública* é que se encontra hoje inundada e sobrecarregada, invadida pelos exércitos da *privacidade*. Mas será que esses invasores correm para conquistar novos postos avançados e instalar novas sentinelas? Ou, ao contrário, estariam escapando do confinamento onde se sentem sufocados? Não estariam fugindo, em desespero e pânico, dos antigos abrigos não mais habitáveis? Seus ataques não seriam antes sintomas de um espírito de exploração e conquista recém-adquirido – ou testemunhas de expropriação, vitimização e ordens de expulsão? A tarefa que lhes foi ordenada – descobrir e/ou decidir “o que e quem eu sou” – não é hercúlea demais para ser enfrentada a sério nos confins do reduzido terreno da privacidade?

Essa tarefa (ao contrário do que Peter Sellers descobriu) pode ser realizada na cena pública, com meios recomendados e fornecidos publicamente, como tentativas de ensaio e erro de diferentes abordagens ou vestindo e despindo muitas roupagens diversas? Ou será o inverso: quanto mais zelosamente esses meios são usados, menos provável será a perspectiva de alcançar o resultado desejado – aquela certeza que estamos procurando e esperamos obter?

Essas são apenas algumas das perguntas que não têm respostas óbvias, simples, inquestionáveis, muito menos irrefutáveis. Todavia, existe outro conjunto de questões cruciais que também aguardam respostas convincentes, até agora em vão. O segredo, afinal, não é apenas uma ferramenta da privacidade, útil para recortar um espaço inteiramente nosso, um instrumento para nos isolar de companheiros intrusos, desagradáveis e por isso mesmo importunos; também é uma poderosa ferramenta de *união*, de construir o sentimento de integração, de criar os mais fortes *laços inter-humanos* conhecidos e concebíveis.

Confidenciando nossos segredos a um pequeno grupo de pessoas selecionadas, “especiais”, tecemos redes de amizade na internet, indicamos e conservamos nossos “melhores amigos”, ao mesmo tempo que bloqueamos a todos os demais o acesso a essas intimidades; criamos e mantemos vínculos incondicionais e permanentes; como num passe de mágica, agregados frouxos de indivíduos são transformados em grupos integrados e fortemente unidos. Em suma, recortam-se enclaves do mundo dentro dos quais o complicado e doloroso conflito entre a adesão e a autonomia é afastado de uma vez por todas; nesses enclaves, as escolhas entre o interesse privado e o bem-estar dos outros, entre altruísmo e egoísmo, entre autoestima e cuidado com o outro param de atormentar e deixam de fomentar e atiçar dores de consciência.

Contudo, como já observara Thomas Szasz em 1973 (*The Second Sin*), “o sexo é tradicionalmente uma atividade reservada, eminentemente privada. Nisso talvez resida sua poderosa capacidade de unir pessoas por laços muito fortes. À medida que fazemos do sexo uma atividade menos reservada, retiramos-lhe a força para manter homens e mulheres juntos”. Szasz estudou

a atividade sexual com minúcia porque até há pouco tempo o sexo era o exemplo mais radical, o verdadeiro epítome, de um segredo íntimo que somente partilhamos com a máxima discrição e apenas com pessoas cuidadosa e laboriosamente escolhidas. Em outras palavras, era visto como o tipo mais confiável de vínculo humano, o mais forte e mais difícil de quebrar.

Mas o que se aplica ao que até pouco tempo atrás era o mais importante objeto e o mais eficiente guardião da privacidade aplica-se hoje, com mais força ainda, aos seus substitutos inferiores e suas cópias mais anêmicas. Parece-me que a crise atual da privacidade está bastante ligada ao enfraquecimento, à desintegração e à decadência de todas as relações inter-humanas. Nesse processo, uma tendência é o ovo, a outra a galinha, e, como em todos os casos similares, é perda de tempo discutir o que nasceu primeiro e o que veio depois…

(*Continua*)

· 9 ·

Estranhas aventuras da privacidade (3)

É comum louvar ou acusar as inovações tecnológicas por estarem na origem das revoluções culturais; na verdade, as inovações conseguem no máximo desencadeá-las, oferecendo o elo que faltava numa cadeia completa de elementos necessários para deslocar a transformação nos costumes e estilos de vida existentes, da esfera das possibilidades para a esfera da realidade; transformação que já estava pronta há tempos e lutava para acontecer. Uma dessas inovações tecnológicas é o telefone celular.

O advento do celular tornou possível a situação de alguém estar sempre à inteira disposição do outro; na verdade, trata-se de uma expectativa e de um postulado realista, uma demanda difícil de recusar, porque se supôs que sua satisfação, por fortes razões objetivas, era impossível. Pelas mesmas razões, a entrada da telefonia móvel na vida social eliminou, para todos os fins práticos, a linha divisória entre tempo público e tempo privado; entre espaço público e espaço privado; casa e local de trabalho; tempo de trabalho e tempo de lazer; “aqui” e “lá”. O proprietário de um telefone celular está sempre e

em toda parte ao alcance dos outros, está sempre "aqui", sempre ao alcance da mão.

A telefonia móvel no mínimo estraçalhou todas as linhas divisórias da capacidade de parar e deter, tornando fácil e plausível a eliminação ou violação dessas fronteiras – pelo menos do ponto de vista técnico. "Estar ausente" não é, não pode e não deve mais ser equivalente a "estar fora do alcance". Claro que sempre se pode esquecer o celular em cima da mesa antes de sair, perdê-lo ou não achá-lo a tempo. Mas todas essas explicações para não atender ao chamado do telefone são agora vistas como sinais de negligência, insubordinação, indiferença condenável e ofensiva, afronta e outras falhas subjetivas, ou demonstrações de má vontade.

Os telefones celulares são o fundamento técnico da *suposição de constante acessibilidade e disponibilidade*. A suposição de que a condição humana em geral da modernidade líquida, a condição de "lobos solitários sempre em contato", já foi viabilizada e se converteu em "norma", tanto no segundo quanto no primeiro aspecto.

Aplicada de modo seletivo, "a disponibilidade constante" é amplamente usada hoje para organizar o espaço público: dividi-lo em áreas de "conectividade" e de "não conectividade". Agora todo mundo *pode* estar sempre à disposição para qualquer contato telefônico, mas ainda é preciso *se tornar disponível* – e fazemos isso somente para um *grupo selecionado* de pessoas. Tornar-se disponível é uma ferramenta da construção de redes: de unificação e separação, de "entrar em contato" e "ficar fora de contato". Integrar-se à rede pela troca de números telefônicos presume uma promessa recíproca de que alguém "sempre estará lá para você", uma obrigação de sempre recorrer a essa presença interessada e pronta a atender (embora, como acontece

em todos os padrões e estratagemas de reciprocidade, este também possa se opor, e com frequência o faz, a suposições explícitas, exploradas de modo unilateral, para desapontamento e irritação do parceiro suposto ou presumido).

Os telefones móveis são peças básicas da construção de pequenos postos avançados públicos, espaços em que é possível disputar e fazer experiências com uma miniversão do status de celebridade, ser conhecido e visto numa área realmente "pública".

Os números de telefones celulares (isto é, o endereço do "aqui" mediado pelo aparelho móvel, onde a pessoa pode ser sempre encontrada, está pronta a responder e a interagir) não constam de listas telefônicas, portanto, não são acessíveis a qualquer pessoa. Dar o número do celular é conceder ou solicitar esse privilégio: é um ato de aceitação e ao mesmo tempo de consentimento, e/ou um pedido para ser aceito. Atualmente, essa prática modela nossa imagem da "rede" – o sentimento de "estar junto" que substituiu o conceito de "grupo" e sobretudo o de "comunidade de pertença". Tornou-se, na prática, o arquétipo da versão atual da eterna questão do público *versus* privado.

Entre as imagens das formas de união que a prática da telefonia celular substituiu ou eliminou, o conceito de "rede" sobressai principalmente por sua flexibilidade e pela ilusória adaptabilidade ao rígido manejo e monitoramento, bem como pelo rápido e indolor ajuste e pela reformulação. Caracteriza-se ainda pela portabilidade: ao contrário de outros grupos de pessoas, as "redes" registradas nos aparelhos de seus donos os acompanham a todo momento, como a concha de um caracol, onde quer que eles vão ou parem. As redes lhes dão a ilusão de que "estão no controle" de modo permanente e contínuo.

Uma rede de comunicação, ainda que em forma miniaturizada, possui todos os elementos que marcam um espaço público; porém, seu tamanho e conteúdo são construídos de acordo com as preferências e predileções do proprietário individual, são fáceis de "limpar", bastando para isso pressionar o botão de "deletar", apagando assim as partes que não correspondem mais aos interesses ou expectativas do dono. Por isso, dão a impressão de ser docilmente submissas e responsivas às mudanças de humor e de desejos do proprietário. A fragilidade das conexões, a existência de meios instantâneos de desconexão, enfim, a combinação de facilidades para "conectar-se" com a possibilidade de interromper de modo indolor e igualmente instantâneo a situação de "estar conectado" no momento em que nos parecer inconveniente – tudo isso parece se adaptar de modo especial à dialética das relações tortuosas entre o público e o privado.

José Saramago escreveu sobre isso, em seu inimitável estilo agudo e ferino, em *O homem duplicado*:

> O que de todo não compreende … é que, ao se desenvolverem as tecnologias de comunicação em autêntica progressão geométrica, de melhoria em melhoria, a outra comunicação, aquela propriamente dita, a verdadeira, de mim para ti, de nós para eles, continue a ser essa confusão cruzada de becos sem saída, tão decepcionante com suas avenidas ilusórias, tão dissimulada no que expressa quanto no que dissimula.

A "perplexidade diante dos autênticos labirintos cretenses que são as relações humanas", conclui e sugere Saramago, é "incurável". A perplexidade veio para ficar, mesmo que as tecnologias da comunicação

continuem a se desenvolver em progressão geométrica ou exponencial.

A essas observações de Saramago acrescento que, na realidade, a perplexidade tende a aumentar. Afinal, a maior conquista das tecnologias de comunicação não foi simplificar a prática complexa da coabitação humana, mas comprimi-la numa cômoda camada fina e rasa – ao contrário do original, abrigado em múltiplas camadas grossas e densas –, graças à sua capacidade de ser manejada sem esforço e sem problemas. O efeito colateral da eliminação da “comunicação propriamente dita, a verdadeira” (como Saramago preferiu chamar a versão original, não comprimida) da pauta de tarefas urgentes, aquelas que não se deve deixar de lado, é outra das habilidades – que definham, esmaecem e desaparecem – que a “comunicação verdadeira” exige.

O resultado final de tudo isso é que os desafios da comunicação “de mim para ti, de nós para eles” parecem ainda mais desencorajadores e confusos; e a arte de lidar com eles parece ainda mais nebulosa e difícil de dominar do que na fase anterior, antes que começasse essa “grande revolução na conectividade humana” (como foram batizadas a invenção e as trincheiras dos telefones celulares).

· 10 ·

Pais e filhos

No filme de Robert Bresson, *O diabo, provavelmente* (1977), os heróis de uma era em que não havia nem sinal da tecnologia de PCs, celulares, iPods e outros meios maravilhosos de socializar/separar, contatar/isolar, conectar/desconectar, são jovens confusos que buscam desesperadamente encontrar um objetivo para suas vidas, para o lugar que lhes foi assinalado e para o significado desse lugar. Eles não recebiam ajuda alguma dos mais velhos. Na verdade, não se vê adulto algum durante os 95 minutos do filme, até seu trágico desfecho. Apenas uma vez, ao longo de toda a projeção, os jovens, completamente absortos no aflitivo e vão esforço de se comunicar uns com os outros, registram a existência de adultos: quando, extenuados de tantas proezas, a rapaziada cheia de fome se reúne ao redor de uma geladeira abarrotada de comida providenciada para tal eventualidade pelos pais, até então personagens ignorados e invisíveis.

As três décadas posteriores ao lançamento do filme serviram para demonstrar e confirmar o caráter profético da obra de Bresson. O cineasta percebeu as verdadeiras

consequências da “grande transformação” que ele e seus contemporâneos testemunhavam, embora poucos tivessem perspicácia suficiente para notá-las, sabedoria para examiná-las a fundo e paixão necessária para registrá-las no cinema: a passagem de uma sociedade de produtores – trabalhadores e soldados – para uma sociedade de consumidores – completamente individualizados e, tal como decretado por sua localização histórica, entusiastas de ideias, perspectivas e tarefas de curto prazo.

Na sociedade “sólida moderna”, de produtores e soldados, o papel dos pais consistia em incutir nos filhos, a todo custo, a autodisciplina permanente necessária para suportar a monótona rotina de uma fábrica ou de uma caserna; ao mesmo tempo, os pais tinham a função de representar para os jovens modelos exemplares desse comportamento “regulado por normas”. Michel Foucault analisou a sexualidade infantil e o “medo da masturbação” nos séculos XIX e XX como um exemplo do arsenal de armas disponíveis para a legitimação e o fomento do controle rígido e da vigilância em tempo integral que, naquele tempo, esperava-se dos pais.

> Mais que as velhas formas de interdição, essa forma de poder [do papel parental] exige, para se exercer, presenças constantes, atentas e também curiosas; ela implica proximidade; procede por exames e observações insistentes; requer um intercâmbio de discursos por meio de perguntas que extorquem confissões e confidências que superam a Inquisição. Ela envolve uma aproximação física e um jogo de sensações intensas.[1]

Foucault lembra que, na eterna campanha para fortalecer o papel parental e seu efeito disciplinador, o

“vício da criança” era menos um inimigo que um suporte: “Em todo canto onde houvesse o risco de se manifestar, instalaram-se dispositivos de vigilância, construíram-se armadilhas para forçar confissões, impuseram-se discursos inesgotáveis e corretivos.” Os banheiros e os quartos de dormir foram estigmatizados como locais de grande perigo, os terrenos mais férteis para o cultivo das inclinações sexuais mórbidas da criança – por isso mesmo, esses lugares impunham uma vigilância severa, íntima, incessante e, naturalmente, a presença e a intervenção invasiva e atenta dos pais.

Em nossa era de modernidade líquida, a masturbação foi absolvida de seus supostos pecados, e o medo da masturbação substituído pelo medo da agressão sexual ou do “abuso sexual”. A ameaça velada, causa do novo medo, não se localizou na sexualidade das crianças, mas na dos pais. Banheiros e quartos de dormir continuam a ser vistos como antros de vício repugnante, mas hoje os acusados da agressão são os pais (e os adultos em geral, todos suspeitos de serem potenciais molestadores de crianças). Quer de maneira aberta e manifesta, quer de modo latente ou tácito, o fim da guerra declarada aos novos e perseguidos vilões é um abrandamento do controle parental; a renúncia à presença ubíqua e invasiva nas vidas dos filhos; o estabelecimento e manutenção de uma distância entre o “velho” e o “novo”, tanto no âmbito da família quanto nos círculos dos amigos.

Quanto ao pânico atual, o último relatório do Institut National de la Démographie mostra que, entre 2000 e 2006, o número de mulheres e homens entrevistados que se recordavam de situações de abuso sexual quase triplicou (de 2,7% para 7,3% – 16% de mulheres e 5% e homens –, com uma tendência à aceleração).[2] Os autores do relatório sublinham que “o aumento verificado não

prova um crescimento da incidência da agressão, mas uma crescente inclinação a relatar casos de estupro em pesquisas científicas, o que reflete um rebaixamento do limite de tolerância à violência”. Mas eu não resisto a acrescentar que isso também é um reflexo, provavelmente mais forte ainda, das deficiências lógicas e dos problemas das supostas ou reais experiências de assédio e molestamento sexual na infância, e dos complexos de Édipo e de Electra.

Convém deixar claro que a questão não é quantos pais, com ou sem a cumplicidade de outros adultos, realmente tratam os filhos como objetos sexuais e até que ponto eles extrapolam seu poder para tirar proveito da fragilidade das crianças, assim como antigamente o problema não era quantas dessas crianças cediam aos impulsos masturbatórios. O que *de fato* importa, o que é grave e relevante, é que todos eles foram pública e ruidosamente advertidos de que estreitar a distância que são instruídos a manter entre si e outros adultos e seus filhos pode vir a ser (deve ser e será) interpretado como propício à liberação – aberta, sub-reptícia ou subconsciente – de impulsos pedófilos endêmicos.

A primeira vítima do medo da masturbação foi a *autonomia do jovem*. Desde a primeira infância, os futuros adultos tinham de ser protegidos contra os próprios instintos e impulsos mórbidos e potencialmente desastrosos (caso não controlados). As principais baixas do pânico do abuso sexual são, ao contrário, *os vínculos e a intimidade entre as gerações*. Se o medo da masturbação destacou o adulto como melhor amigo, anjo da guarda, guia confiável e sobretudo como guardião dos jovens, o medo do abuso sexual definiu os adultos como “suspeitos habituais”, culpados *a priori* de crimes que ele ou ela devem ter tido a intenção de cometer, ou pelo

menos foram levados a praticar pelo instinto, com ou sem intenção maldosa.

O primeiro pânico teve como consequência um grande fortalecimento do poder parental; mas, por outro lado, induziu os adultos a reconhecerem sua responsabilidade com e para os jovens, a cumprirem com zelo os deveres correspondentes. O novo pânico do abuso sexual, para variar, libera os adultos de seus deveres – ao apresentá-los *a priori* como agentes responsáveis por um real ou potencial abuso de poder.

Esse novo pânico acrescenta um lustro legitimador a um já adiantado processo de *comercialização da relação entre pais e filhos* – que por força situa essa relação como se fosse mediada pelo mercado de consumo. Os mercados se propõem a reprimir qualquer remanescente de escrúpulo moral que resista após o recuo dos pais em relação à sua presença atenta e cuidadosa na família; fazem isso pela transformação de cada comemoração familiar, de cada feriado religioso e nacional em ocasião para distribuir presentes caros e luxuosos, com isso ajudando e incentivando, dia após dia, a demonstração de superioridade dos filhos, por meio da violenta competição de sinais adquiridos no comércio da distinção social.

Recorrer à ajuda de uma sedutora indústria de bens de consumo pode ser, no entanto, uma forma de "comprar uma solução para a preocupação" que acaba mais criando do que resolvendo os problemas. Comentando a "desqualificação" dos adultos em sua tarefa de exercer uma autoridade adulta, o professor Frank Furedi indaga: "Se não se confia nos adultos para acompanhar seus filhos de perto, não surpreende que alguns cheguem à conclusão de que, na realidade, não se espera que eles assumam a responsabilidade pelo bem-estar das crianças em sua comunidade?"[3]

· 11 ·

Os gastos dos adolescentes

O Office for National Statistics da Grã-Bretanha publicou, em sua última “pesquisa sobre despesas das famílias”, dados a respeito da estrutura do orçamento de uma família inglesa média: quais as finalidades do dinheiro gasto por pessoas que vivem sob um mesmo teto, com o que se gasta e quem gasta. O relatório mostra que um “adolescente mediano” gasta mais de £1.000 (cerca de R$2.500,00) por ano com telefones celulares, leitores de MP3 e downloads de programas, £240 (cerca de R$550,00) com corte de cabelo e £300 (cerca de R$750,00) com sapatos esportivos ou tênis.

Não são estes os únicos itens regulares de despesa: para estimar o orçamento total de um adolescente é preciso incluir dinheiro para o cinema, saídas noturnas e roupas. É necessário acrescentar toda sorte de equipamentos que eles consideram absolutamente indispensáveis para levar uma vida decente, “normal”, e ser aceito e respeitado pelos colegas ou pela “galera”: coisas como celulares devidamente atualizados na versão mais “nova e aperfeiçoada”, regularmente alimentados com os sucessos do momento em toques

sonoros, ou *ringtones*; um laptop, um aparelho de TV com DVD privativos no quarto de dormir; alguns instrumentos musicais e aulas de música.

Tudo somado, o estilo de vida de um adolescente médio na Grã-Bretanha, de acordo com a pesquisa citada, não sai por menos de £9.000 (cerca de R$23.500,00) por ano. Corrigido pela inflação, esse custo chega a mais de doze vezes o que um adolescente normal costumava gastar trinta anos atrás.

Há dois outros aspectos a considerar antes de analisar esses números e tirar nossas conclusões. Primeiro, esse padrão de gastos dos jovens começa hoje a manifestar-se muito mais cedo do que no tempo em que foram feitos os primeiros cálculos estatísticos – e o ponto de referência continua a mover-se para baixo na escala etária. Por exemplo, uma entidade educacional beneficente descobriu em estudo recente que a garotada de sete anos não só quer ter seus aparelhos celulares privativos como também os últimos sucessos em toques sonoros e os joguinhos eletrônicos da última moda para acompanhá-los.

Segundo aspecto: na década de 1970, os adolescentes foram tão atraídos, seduzidos e bajulados pelas maravilhas de videogames, rádios portáteis ou sessões de cinema quanto os de hoje; mas esses objetos de desejo (com a possível exceção das entradas de cinema) eram (relativamente) mais caros naquela época e muito menos acessíveis que as versões mais sofisticadas da atualidade. Quarenta anos atrás, esses objetos de desejo eram vistos como supérfluos, coisas de sonho, mais que necessidades. Possuir um objeto desses era encarado como sorte grande, sopros de ventos particularmente generosos e benevolentes, e não como expectativas legítimas – e sem dúvida não como uma questão de direito ou obrigação.

Agora que esses objetos de desejo estão mais baratos, seus preços caem para níveis tentadores e eles são sedutoramente acessíveis, adquiri-los passou a fazer parte da existência “normal” de “quem quer ser alguém na vida”; não é mais um acontecimento único, extraordinário, a ser comemorado e lembrado para sempre, para se agradecer a Deus ou à boa sorte, algo para correr e contar aos amigos.

A consequência inesperada e inescapável disso é o desaparecimento dos laços afetivos com os objetos adquiridos: o que conta de fato é o *momento da aquisição* – não a *amizade duradoura*. Metade de todos os telefones celulares de posse dos adolescentes acaba se perdendo ou é colocada no lugar errado; os tênis que ninguém mais cobiça acabam na lixeira logo depois de comprados. Os objetos saem de moda com tanta rapidez quanto se popularizam.

Na torrente de bens que se adquirem depressa, se abandonam e jogam fora mais rápido ainda, dificilmente alguma coisa sobressai como “um bem caro ao coração” – e se o faz, não é por muito tempo. Importante é sempre guardar o *estilo*, não a *parafernália* de acessórios que o compõem; e esse estilo exige que os acessórios se sucedam uns aos outros em velocidade cada vez mais acelerada.

Foi Giacomo Segantini, um dos meus leitores italianos, que, numa carta cheia de reflexões sensatas, instigou-me a revisitar o mundo dos adolescentes: “A realidade em que vivo é completamente diferente. Eu consumo o mínimo possível, não tenho grana para agir de outra forma. Essa circunstância real, em vez de me deixar frustrado, me acostumou a ignorar as mensagens de marketing.” Não tenho motivos para duvidar da sinceridade do meu leitor. Só posso admirar sua força de

vontade, ainda que ela tenha se nutrido da pressão da necessidade.

Giacomo Segantini escolheu ou foi obrigado a remar contra a maré – e as ondas são poderosas. Há muitos outros rapazes e moças que simplesmente “não têm grana” para gastar no estilo de vida que creem ser uma questão de vida ou morte (social). Muitos são vistos como consumidores “insuficientes” ou “inadequados”, falhos ou fracassados – mas essa condição não os deixa felizes; não a teriam escolhido se pudessem optar.

As “mensagens de marketing” estão por toda parte, insistentes e insidiosas, embora sua força mais avassaladora derive do fato de que a maior parte de seu público-alvo (“os adolescentes médios”) as ouça com admiração reverencial e tente seguir da melhor maneira possível (às vezes mais do que podem) suas instruções e comandos. Assim, as pessoas não têm de se acostumar a “ignorar” apenas as pressões dos comerciais; é preciso ignorar – acima de tudo – as pressões menos notórias e possivelmente mais eficazes daqueles que as rodeiam, os padrões com que buscam se comparar e que esperam que todos os seus amigos sigam. E para ignorar, passar ao largo, superar a pressão social, é preciso coragem, muita coragem. Nervos de aço e um caráter forte, muito forte, difícil de educar, cultivar, resguardar haja o que houver.

Há três décadas havia lugar para pessoas especiais, selecionadas, determinadas e excepcionalmente corajosas, capazes de poupar dinheiro com paciência para comprar um computador pessoal ou para ter o privilégio de assistir aos filmes de seus diretores favoritos ou protagonizados pelos atores que mais amavam. Nos últimos tempos, é preciso haver pessoas especiais, muito determinadas e abençoadas com o dom de uma excepcional capacidade de resistência para

recusar-se a fazer dívidas a fim de comprar o último tipo de MP3 e baixar os últimos sucessos musicais.

Giacomo Segantini talvez faça parte dessa pequena estirpe de pessoas especiais, e não deve ter sido nada fácil tornar-se uma delas; deve ter sido doloroso e em certas ocasiões humilhante. Render-se ao fluxo da maré tem um custo monetário; nadar contra ela também tem seu preço, nem sempre monetário, mas provavelmente mais doloroso e difícil de pagar. Numa das minhas cartas escrevi que o destino determina as opções, mas o caráter faz as escolhas. A julgar pelas escolhas de Segantini, tenho todos os motivos para admirar e respeitar seu caráter.

Fiquei também bastante impressionado com a insistência de Giacomo em repetir que é impossível "não pensar no futuro". Considerando a data da carta dele (poucos meses depois do recente colapso do crédito e da consequente debacle dos mercados de trabalho), é bem provável que, desta vez, Giacomo esteja voltando ao padrão de vida da maioria dos jovens de sua geração. Ao que parece, a sucessão vertiginosa, estonteante e arrebatadora de novos produtos e prazeres que dominava o estilo de vida dos jovens, e que eles esperavam estender para sempre, cessou – ou, no melhor dos casos, vem se desacelerando e provavelmente se reduzirá ainda por um bom tempo.

Como Giacomo Sagantini acertadamente escreveu: "Não são dezenas, mas centenas de milhares" de jovens recém-chegados ao mundo dos adultos e que, com ele, passaram a encarar um tipo de desafio que desconheciam seis meses antes – e que sem dúvida não tinham condição alguma de enfrentar. Eles haviam sido treinados para lidar com um *excesso* de opções e oportunidades; mas hoje precisam aprender, e depressa, a viver num mundo assolado pela escassez. Haverá

emprego para eles? Em caso afirmativo, que tipo de emprego? O que devem fazer para ser admitidos? Alguns tipos de emprego podem ser citados, mas ninguém tem condições de garantir que ainda estarão e continuarão a estar vagos durante o tempo necessário para que as pessoas aprendam as habilidades exigidas.

Muito me alegraria se Giacomo conseguisse ingressar nas fileiras dos "jovens sociólogos", como ele mesmo diz, embora eu não possa deixar de adverti-lo (e a qualquer outro que esteja pensando em fazer igual escolha) que essa decisão não irá lhe facilitar a vida. Considerando seus traços de caráter, essa opção, ao contrário, poderá trazer-lhe problemas e reduzir ainda mais o que sobrou de sua tranquilidade espiritual. Como sociólogo, ele vai descobrir inúmeras vezes, ao longo de sua vida profissional, que "os homens só aprendem o que seria útil aos seus avós". Só aos mortos sabemos ensinar as verdadeiras regras de viver – observou certa vez Fernando Pessoa, considerado "um dos escritores que definem o mundo moderno".

· 12 ·

No rastro da “geração Y”

Nenhum ser humano é exatamente igual a outro – e isso se aplica tanto aos jovens quanto aos velhos. Contudo, é possível notar que, em determinadas categorias de seres humanos, algumas características ou atributos tendem a aparecer com maior frequência que em outras. É essa “condensação relativa” de traços característicos que nos permite falar, em primeiro lugar, em “categorias”, sejam elas nações, classes, gêneros ou gerações. Ao fazê-lo, ignoramos temporariamente a multiplicidade de características que faz de cada um de seus integrantes uma entidade única e irrepetível, diferente de todas as outras, um ser que se destaca de todos os demais membros da “mesma categoria”.

Nós nos concentramos nos aspectos comuns a todos ou à maioria de seus integrantes em comparação com sua ausência ou relativa raridade entre os que fazem parte das outras “categorias”. É com essa condição sempre na cabeça que nos permitimos dizer que todos os nossos contemporâneos, salvo os muito mais velhos, “pertencem” a três gerações sucessivas.

A primeira geração é a dos chamados *baby boomers*, pessoas que nasceram entre 1946 e 1964, durante a explosão dos índices de natalidade no pós-guerra, quando os soldados que voltaram dos campos de batalha e dos campos de prisioneiros consideraram que era chegada a hora de fazer planos para o futuro, casar e ter filhos. Esses homens ainda traziam na cabeça a lembrança dos anos de desemprego, escassez e austeridade do pré-guerra, de uma vida precária sob as permanentes ameaças de privação.

Não admira que, regressando da guerra, aceitassem com alegria as ofertas de emprego que de repente surgiam com fartura; e, embora, calejados pelas amargas experiências do passado recente, vissem nessas ofertas uma dádiva da sorte que lhes podia ser retirada a qualquer momento. Por esse motivo, dedicaram-se arduamente ao trabalho, economizando centavos para se prevenir contra um tempo de vacas magras e oferecer aos filhos a vida despreocupada que nunca puderam levar.

Seus filhos, a chamada “geração X”, que hoje tem entre 28 e 45 anos, nasceram num mundo diferente, o mundo que foi construído com a ajuda de dedicação ao trabalho, longas jornadas, prudência, parcimônia e espírito de sacrifício de seus pais. Embora em geral seguissem a estratégia e a filosofia de vida dos pais, fizeram isso com relutância – e maior impaciência, à medida que o mundo crescia em riqueza e promessas de uma vida mais segura, para ver e desfrutar as recompensas oferecidas pela existência de temperança, moderação e abnegação de seus pais e sobretudo deles próprios. A nova “geração X” preocupou-se menos que seus pais com o futuro, concentrando-se no “aqui e agora”: uma vida de prazeres ao alcance de suas mãos e de consumo imediato. Por isso foi apelidada, de forma

um tanto mordaz, mas pungente, de *me generation* ou “geração do eu”, uma geração autocentrada.

Em seguida veio a “geração Y”– a que hoje tem entre 11 e 28 anos. Estudiosos e pesquisadores concordam em dizer que suas atitudes os diferenciam bastante das gerações dos pais e avós. Os jovens da “geração Y” nasceram num mundo que seus pais não conheceram na juventude, que lhes era difícil ou até impossível imaginar quando tinham a idade que os filhos têm hoje, e que, depois, receberam com um misto de perplexidade e desconfiança: um mundo de emprego abundante, oportunidades aparentemente infinitas de prazer, cada um mais atraente que o outro – e capaz de multiplicar esses prazeres cada vez mais sedutores, relegando as antigas satisfações a uma aposentadoria precoce e ao esquecimento final.

Tudo o que nos é fácil, constante e fartamente acessível tende a ser óbvio demais para ser notado, quanto mais para nos fazer pensar. Sem ar para respirar, não sobrevivemos mais que um ou dois minutos. Mas se nos pedissem para fazer uma lista das coisas que consideramos “essenciais à vida”, dificilmente nos lembraríamos de mencionar o ar. Na hipótese improvável de incluí-lo, ele aparecerá no fim da lista. Simplesmente presumimos, sem pensar, que o ar está presente a qualquer hora, em qualquer lugar; tudo o que temos de fazer é inspirá-lo na quantidade que nossos pulmões permitem.

Até cerca de um ano atrás, o trabalho (pelo menos em nossa parte do mundo) era como o ar para nós: sempre disponível toda vez que precisávamos dele; se por acaso nos faltasse por um instante (como o ar fresco numa sala apinhada de gente), bastava um pequeno esforço (como abrir uma janela) para que as coisas “voltassem ao normal”. Por incrível que pudesse parecer

aos membros da geração dos *baby boomers* ou mesmo aos da "geração X", não admira que, segundo inúmeros pesquisadores, o "trabalho" apareça nos últimos lugares da lista "de itens indispensáveis ao bem viver" dos membros da "geração Y". Se lhes pedirmos para justificar a razão dessa negligência, eles tendem a responder: "Trabalho? Sem dúvida é indispensável (como o ar) para nos manter vivos. Mas por si só não torna a vida boa de ser vivida. Ao contrário, pode torná-la um fardo tedioso, monótono, desinteressante, vazio – em que nada acontece, nada que desperte a imaginação, que estimule os sentidos. Se um trabalho nos dá pouco prazer, não se transforma em obstáculo para as coisas que realmente importam? A maior parte do tempo livre fora do escritório, da loja ou da fábrica, os dias de folga, quando algo mais interessante aflora em outro lugar qualquer, viajar, estar nos lugares e entre os amigos que a gente escolhe – tudo isso tem um aspecto em comum: tende a ocorrer fora do local de trabalho. A vida está em outro lugar!"

Fossem quais fossem os projetos de vida que os integrantes da "geração Y" cultivassem e se empenhassem em realizar, eles dificilmente envolviam um emprego – menos ainda um trabalho regular que os comprometesse para todo o sempre. A última coisa de que gostariam é de um emprego com estabilidade eterna.

Pesquisas revelam que as mais conceituadas agências de recrutamento e seleção de jovens talentos para o mercado de trabalho estavam perfeitamente informadas sobre as prioridades e fobias da "geração Y". Suas campanhas de alistamento de candidatos empenhavam-se em acentuar as promessas de liberdade do emprego oferecido: jornadas de trabalho flexíveis, trabalho em casa, períodos sabáticos de afastamento,

licenças de longa duração sem perda de vínculo empregatício e oportunidades de diversão e lazer durante o expediente e no próprio local de trabalho. As agências de emprego compreenderam que, se o trabalho parecesse desinteressante, os recém-chegados ao mercado simplesmente largavam o emprego e iam procurar outra coisa. Como a expectativa de desemprego – esse cruel, desumano e eficiente patrulheiro da estabilidade da mão de obra – já não assustava ninguém, não restava muito para prendê-los.

Se esse é de fato o tipo de estratégia e filosofia de vida que costumava distinguir a "geração Y" das que a precederam, a juventude de hoje está fadada a despertar para uma triste realidade. Os países mais prósperos da Europa já dão como certo o ressurgimento de um longo período de desemprego em massa que até então parecia esquecido e relegado ao exílio permanente. Se as premonições mais tenebrosas se concretizarem, estão prestes a desaparecer as infinitas escolhas, a liberdade de movimento e de mudança que os jovens contemporâneos se acostumaram a visualizar (ou melhor, que nasceram para ver) como parte da natureza; e, com elas, o crédito aparentemente ilimitado com o qual esperavam se sustentar em situações de (breve e temporária) adversidade, e que resolveria qualquer (breve e temporária) falta de solução imediata e satisfatória para seus problemas.

Para os membros da "geração Y", essa situação pode parecer chocante. Pois, ao contrário do que se passara com a "geração dos *baby boomers*", eles não têm memórias antigas, habilidades recém-esquecidas e truques há muito não usados a que recorrer. Um mundo de realidades duras e inegociáveis, de escassez e austeridade imposta, de tempos difíceis, nos quais "largar o emprego" não é a solução, significa, para

grande número dos jovens, um lugar estranho, um país que nunca visitaram; ou, se visitaram, um país que nunca levaram a sério como local para se estabelecer; um país tão misterioso que, para nele arranjar um lugar, seria preciso um aprendizado longo, árduo, nem um pouco agradável.

Resta ver de que forma a “geração Y” se sairá nesse teste. E que filosofia de vida a “geração Z”, que a sucederá, vai elaborar, adotar e aplicar na remodelagem do mundo que herdará de seus pais.

· 13 ·

O falso alvorecer da liberdade

Não faz muito tempo, Siobhan Healey, uma jovem que hoje tem 23 anos, obteve seu primeiro cartão de crédito. Ela o saudou como o amanhecer de sua liberdade, a ser comemorado e festejado todos os anos, como o dia de sua alforria. Daí em diante, ela se tornava dona de si mesmo, livre para administrar suas finanças pessoais, livre para escolher suas prioridades e compatibilizar seus desejos com as possibilidades reais.

Não muito depois desse dia, Siobhan obteve um segundo cartão de crédito para pagar a dívida contraída no primeiro. Não se passou muito tempo para ela compreender o preço que tinha de pagar pela tão festejada "liberdade financeira" – assim que se deu conta de que o segundo cartão não era suficiente para cobrir os juros da dívida acumulado no primeiro. Siobhan então recorreu a um empréstimo bancário para liquidar suas dívidas nos dois cartões, que já alcançavam a soma de 26 mil dólares australianos (cerca de R$40.000). Mas, seguindo o exemplo de seus amigos, ela pediu um crédito adicional para financiar uma viagem ao exterior – um *must* para qualquer pessoa de sua idade.

Por fim, logo depois ela acordou para o fato de que seria impossível livrar-se das dívidas sozinha, de que tomar novos empréstimos não era a saída para pagar as dívidas. Afinal, com um atraso de cerca de dois anos, ela disse: “Vou ter de mudar completamente meu modo de pensar e aprender a poupar para comprar.” Contratou os serviços de um consultor financeiro pessoal e de um especialista em negociação de dívidas a fim de ajudá-la a encontrar uma saída para o sufoco em que se metera. Mas será que esses consultores a ajudariam a “mudar completamente” seu “modo de pensar”? Isso ainda não se sabe, mas é bem provável que a luta de Siobhan seja longa e árdua.

Ben Paris, porta-voz do Debt Mediators Australia (firma especializada em consolidação e negociação de dívidas) não se mostrou surpreso ou impressionado com as tentativas e atribulações de Siobhan. Comparou a história da moça a “trocar seis por meia dúzia”, mas acrescentou que os jovens costumam “tomar empréstimos acima de suas posses”. Paris declarou ainda que o caso de Siobhan Healey está longe de ser exceção: “Estamos falando de 25 mil jovens por ano com dificuldades financeiras – e esta é apenas a ponta do iceberg.”

Será que Siobhan Healey e os milhares de jovens que passam por momentos de apuro semelhantes devem ser realmente condenados e desprezados por sua conduta impulsiva e imprevidente? Há muitíssimas razões para culpá-la. Mas, antes de nos precipitarmos na denúncia de sua negligência, é preciso não esquecer que pessoas muito mais velhas, mais experientes e cuidadosas têm no mínimo uma parcela de culpa.

As empresas de crédito vivem dos lucros gerados pelos tomadores de empréstimo; aqueles que resistem a viver de crédito e se recusam a pedir dinheiro

emprestado não têm para elas qualquer utilidade. Já as pessoas que se endividam pesadamente e contraem empréstimos “acima de suas posses” são recebidas com efusão – afinal, são essas as fontes constantes de lucro das empresas de crédito, porque as pessoas se mantêm como eternas pagadoras de juros.

Não admira, portanto, que administradoras de cartões de crédito, bancos e financeiras prometam tudo o que for preciso a fim de atrair as pessoas para a ciranda dos empréstimos, na expectativa de que, uma vez lá dentro, os clientes não encontrem solução mais fácil do que continuar a fazer dívidas.

Qual seria a etapa de vida mais propícia a transformar uma pessoa que pensa em “poupar para comprar” num devedor eterno? Justamente a fase em que ela está mais vulnerável, o momento de transição da infância para a idade adulta, quando os hábitos infantis ainda sobrevivem, embora estejam se tornando cada vez mais incompatíveis com as novas atrações, as demandas e os desafios da maturidade. É natural que uma criança esteja acostumada a receber as coisas de presente, sem incorrer em compromissos. O dinheiro que lhe dão não é para ser reembolsado com juros, mas fruto do amor e do cuidado dos pais – é uma prova de amor, não de avareza.

Ninguém pergunta à criança “se ela tem condições de reembolsar” o dinheiro que ganhou, ninguém lhe pede garantias de pagamento, nem se fixam datas para um possível reembolso. Se a criança pede ao pai ou à mãe algum dinheiro além da mesada, eles dirão, “Para que você quer esse dinheiro?”, e nunca “Você tem recursos suficientes para oferecer uma garantia?”. Os pais podem lhe dar ou recusar outro presente, de acordo com a urgência das necessidades ou da intensidade do desejo dos filhos – não por uma avaliação de sua capacidade de reembolsá-los. A maioria dos pais

presume de imediato que seus filhos compensarão seus generosos presentes com os presentes que eles mesmos darão, no devido tempo, aos futuros netos. É assim que são as coisas, não?

Eventual e inevitavelmente, chegará um momento, porém, em que os jovens que não são mais crianças e ainda não são adultos desejarão ser independentes, cuidar de sua vida, decidir sozinhos para onde ir, o que fazer e quais suas prioridades. Também chegará um tempo em que os pais, até os mais amorosos e cuidadosos (não por egoísmo, mas por amor e cuidado), vão querer que seus filhos e filhas "sejam alguém na vida" – que arrumem um emprego e se sustentem por conta própria. E haverá um tempo em que filhos e filhas (não por ressentimento, mas por gratidão e amor aos pais) vão querer provar que são capazes de corresponder às expectativas de seus pais.

Para as empresas de crédito, este é um excelente momento para a investida certeira. O lugar dos pais no mapa-múndi introjetado na cabeça de adultos jovens de repente ficou vago, e isso indica aos agiotas uma ocasião excepcional para se insinuarem *in loco parentis* – tal como o lobo na história de Chapeuzinho Vermelho, tentando se fazer passar pela doce vovozinha, mas apostando que, dessa vez, Chapeuzinho seja menos esperta e engenhosa, e não o desmascare a tempo; ou que ela não perceba o logro, pois hoje seus descendentes não andam mais sozinhos pelos bosques, mas em grandes grupos. E, dentro do grupo, todo mundo tende irrefletidamente a se comportar como todo mundo, em vez de aceitar os riscos e o cansativo trabalho de pensar por si mesmos.

O que torna os jovens ainda mais vulneráveis é o fato de que, em muitos países, as empresas de crédito contam com o apoio dos governos para que se ofereçam

cursos – em princípio de enfoque teórico, mas com aulas práticas – sobre "a arte de viver de empréstimos" nos currículos obrigatórios de todas as faculdades e universidades, seja qual for a carreira escolhida. Por outro lado, e também com a adesão crescente dos governos, foram elaborados esquemas de empréstimo para estudantes universitários com facilidades sedutoras, mas ilusórias, de acesso e reembolso. O resultado disso é que a média dos estudantes termina o curso superior com uma dívida que muitos, cedo ou tarde, acabam descobrindo ser impossível de pagar; uma dívida que quase sempre exige fazer novos empréstimos para saldar a primeira.

Uma vez que o jovem se inicia nessa roda-viva de "viver de empréstimos", o hábito de pedir novos financiamentos para pagar o anterior lhe parece perfeitamente normal. Na realidade, ele entrou num círculo vicioso. E esses círculos não podem ser desfeitos, somente cortados.

Esta carta começou como uma história de marinheiro e logo adquiriu a feição de uma história de camponês (se é que o leitor ainda se recorda da diferença que expliquei na primeira carta). Quantas Siobhan Healey há em seu bairro? Quem sabe em sua casa? Em sua cama? Dentro do seu pijama?

· 14 ·

O surgimento das meninas-mulheres

Em sua coluna no dailymail.co.uk, a escritora e jornalista Diana Appleyard nos revela que Georgie Swann lê duas revistas de moda por semana e “passa horas no quarto experimentando suas roupas favoritas, e sua enorme coleção de sapatos e bolsas”. Ela adora maquiagem e possui mais de vinte batons. Na época em que Diana escreveu sua matéria, Georgie estava economizando dinheiro para fazer um implante de silicone nos seios, mal podia esperar para colocar a cirurgia e sonhava em ficar mais parecida com seu ídolo, a modelo inglesa Jordan. Bem, o leitor poderá pensar que há muitas mulheres iguaizinhas a Georgie, que não vê novidade alguma nessa notícia – não fosse o fato de que Georgie tem apenas dez anos.

Diana Appleyard afirma que Georgie é apenas o exemplo de uma categoria cada vez mais numerosa do que ela denomina de “meninas-mulheres”. No artigo, a autora cita uma pesquisa de corte longitudinal, realizada com crianças da Grã-Bretanha, coordenada por Bob Reitemeier, diretor da Children’s Society. A pesquisa mostra que menos de 20% das crianças costuma brincar

ao ar livre, enquanto a maioria das meninas de dez anos “é obcecada por maquiagem, moda e estilo de cabelo”; 26% são obcecadas com o peso corporal e se sentem mais gordas do que gostariam. Reitmeier assustou-se com os crescentes níveis de ansiedade entre meninas que acham “não estar magras o bastante, não serem bonitas o bastante e se comparam com as imagens retocadas e irrealizáveis de seus ídolos publicadas nas revistas de moda”.

Os pais de Georgie apreciavam e aprovavam os hábitos da filha de dez anos, considerando-os “brincadeiras inofensivas”. Mas o artigo de Diana Appleyard instigou comentários de 271 leitores, a maioria, surpresa e escandalizada, condenando o “amadurecimento precoce” de Georgie e responsabilizando os pais pelos defeitos da menina: primeiro, acusavam-nos de desatentos, lenientes e indulgentes; segundo, censuravam-nos por “serem materialistas demais e apegados ao dinheiro”, e por isso “ocupados demais em ganhar dinheiro, deixando os filhos fazerem o que querem”; terceiro, condenavam-nos por tentarem aliviar suas consciências pesadas dando dinheiro para os filhos gastarem em compras, em vez de lhes dedicar mais tempo e atenção.

Não há dúvida de que os autores dos comentários irados e reprovadores têm certa razão. No entanto, há motivos ainda mais fortes para explicar por que o número de meninas que se comportam como Georgie vem aumentando. Neal Lawson ressalta em seu acurado e sensível estudo, *All Consumming*,[1] que “a comercialização da infância já se tornou um fator determinante em nosso universo movido pelo consumo”; destaca também que o mundo das crianças é apenas um dos muitos territórios invadidos, conquistados e

colonizados pelo hiperconsumismo que avança em várias frentes ao mesmo tempo.

Todos nós, ou, em todo caso, muitos e muitos de nós, "estamos sendo convencidos de que, se não estivermos antenados às novas tendências, seremos completos fracassos". O autor acrescenta: "Compramos coisas como sinais do que queremos ser e de como queremos que os outros pensem que somos." Resumindo: "O que compramos misturou-se profundamente à nossa identidade. Agora somos o que compramos."

Em outras palavras, pode-se dizer que a marca de nosso tempo é uma progressiva diluição da linha divisória entre atos de consumo e o resto de nossas vidas. Não vamos mais às compras para obter um ingrediente que falta na sopa que queremos fazer, nem para substituir o par de sapatos desgastado que não tem mais conserto; hoje temos outras razões bem menos triviais e mais sublimes para não deixarmos de frequentar as lojas por muito tempo. Todos os caminhos levam às lojas – pelo menos é o que ouvimos dizer, dia sim e outro também, a todo momento.

Você está preocupado em estreitar e conservar intactas suas relações pessoais? "Sem os outros a vida não é *nada"*, afirma o comercial da última versão de telefones celulares, apresentando a nova linha de aparelhos portáteis como um meio útil à transmissão de informações, mas também como um dispositivo capaz de *melhorar* sua vida. "Seu relógio diz muito mais sobre quem você é", trombeteia outro comercial dirigido a todos nós, que buscamos febrilmente um modo de fazer as pessoas entenderem como gostaríamos que nos vissem e como desejamos ser "consumidos" por elas.

O anúncio de um novo projeto de automóvel resume bem todas essas sugestões e promessas, declarando sem rodeios: "Você compra [não um carro, mas...] uma

amostra de si mesmo." O que a afirmação sugere, claro, não é uma amostra, um pedaço menor, insignificante, de cada um de nós, mas nossa face pública, nossa imagem perante o olhar de outros, nossa interface com o mundo!

Nesse mundo que se move com rapidez, essas "amostras" preciosas devem ser constantemente atualizadas; esta é, aliás, uma das principais razões da impressionante popularidade das redes sociais da internet, como o MySpace ou o Facebook, que permitem a retificação e atualização instantânea, contínua e quase sem esforço de perfis pessoais.

Felicia Wu Song revelou em sua pesquisa de doutorado para a Universidade da Virgínia que "muitos estudantes universitários admitem ser 'viciados' no Facebook e deixam a página permanentemente aberta em seus computadores. A primeira coisa que fazem ao levantar de manhã é checar o site; acessam-no enquanto estão estudando e até durante as aulas, nos *campi* que mantêm acesso à internet sem fio". Acrescentamos que fazem isso não só para satisfazer uma curiosidade fútil, mas para tirar conclusões práticas e definir seu programa de atividades do dia (embora não necessariamente para o dia seguinte ou a próxima semana). Na conclusão de seu estudo, Wu Song afirma: "Os jovens norte-americanos se sentem bem em contatar suas relações pessoais segundo o modo do *consumidor*." E, eu gostaria de acrescentar, segundo o modo do *objeto de consumo*.

Richard, de Grand Rapids, Michigan, Estados Unidos, um dos leitores atentos e preocupados com o que Diana Appleyard afirmou, escreveu:

> Minhas duas filhas, de nove e treze anos, não usam maquiagem, batom, nem são obcecadas por roupas, comida, carros. Elas são saudáveis, fisicamente ativas e bem-proporcionadas. São autoconfiantes

> sem ser narcisistas, e é uma alegria conhecê-las. Muito disso eu atribuo ao fato de que passo muito tempo com as crianças, preparando refeições, fazendo exercícios, ajudando-as no dever de casa, arrumando a casa etc. Isso tudo, além do fato de que não vemos televisão.

Richard parece orgulhoso de suas opções e do que conseguiu ao manter obstinadamente sua decisão. Ele tem todo direito de sentir-se orgulhoso: resistir a pressões, opor-se às modas, nadar contra as correntes, ignorar perigos e adversidades, tudo isso exige coragem e determinação, bem como uma vacina eficaz contra as tentações da situação confortável de ser "mais um na multidão".

Como Diana Appleyard nos lembra, "é impossível impedir que meninas de dez anos conversem com seus amigos na internet, leiam determinadas revistas e sejam obcecadas com a aparência". Há um razão adicional para Richard se sentir orgulhoso: pode ser que ele tenha privado suas filhas do arrebatamento e da empolgação decorrentes de acompanhar passo a passo um rebanho – mas, por outro lado, poupou-as de se "afogarem na inundação de imagens para as quais não têm maturidade emocional", e que pode levá-las à depressão (como nos alertou Bob Reitemeier, da Children's Society).

Bom, em último caso, tudo isso é uma questão de escolha. Escolha é uma indicação de liberdade. Liberdade implica correr riscos. O risco em que Richard incorre é que suas filhas de nove e treze anos podem, mais cedo ou mais tarde, virar a mesa; elas podem entender e proclamar sua liberdade de seguir a multidão e a inundação de imagens – a condição que seu pai afetuosamente lhes proporcionou/impôs – como outro

exemplo de reagir diante da odiosa e repugnante tirania paterna.

· 15 ·

Agora é a vez dos cílios

Você sabe o que significa o termo "hipertricose ciliar"? Até muito recentemente, a maioria das mulheres vivia bem feliz na total ignorância de como responder essa pergunta, sem perceber essa ignorância e sem um pingo de inquietação com relação a isso. Mas a despreocupação não durou muito tempo.

Não é novidade o fato de que o corpo humano, na maioria dos casos, está longe da perfeição. Por isso, é preciso consertar e retocar o corpo para aperfeiçoá-lo ou forçá-lo a se adequar aos padrões desejados. A cosmética é uma das artes mais antigas do mundo, e a oferta de substâncias, instrumentos e conhecimentos exigidos ou úteis à prática dessa arte também é uma das atividades mais remotas.

Por uma curiosa coincidência, porém, o embelezamento do corpo foi uma das preocupações dos seres humanos na qual a produção de um remédio precedeu, em geral, o conhecimento da deficiência que pedia uma solução. Primeiro veio a novidade, "Nós temos o remédio"; em seguida, o imperativo, "Você tem de aplicá-lo". Como efeito do recado imperativo surgem

ameaças de consequências terríveis (a pena do estigma e da vergonha!) para aqueles que ousarem ignorá-lo.

A consciência de que, aplicando o remédio oferecido, a pessoa se livrará de um defeito abominável começava de repente a baixar sobre ela assim que iniciava a luta para cumprir a ordem indiscutível; a consciência vem com o medo de que deixar de lutar com bravura suficiente e infatigável a cobrirá de vergonha – por revelar às pessoas que a cercam sua imperdoável incompetência, incapacidade, seu desmazelo e preguiça.

O assunto da hipotricose ciliar é apenas outro capítulo de um drama antigo, mas constantemente reencenado. As mulheres não gostam de ter cílios muito curtos, pouco densos (aliás, a maioria delas costuma achar que tem cílios curtos e muito escassos; por mais longos e densos que os tenham, sempre pensam que eles podiam ser um tanto mais compridos e espessos – ficariam muito mais bonitos, não?).

Normalmente, são poucas as mulheres que fazem dessa deficiência uma tragédia. Menor ainda é o número daquelas que a consideram uma doença, uma aflição a exigir terapia radical, como o câncer de mama ou a infertilidade. Dá para tolerar viver com poucos cílios, incômodo que sem dúvida pode ser mitigado ou disfarçado facilmente, quando necessário, com algumas camadas de rímel.

Nada disso é preciso, porém, desde que a poderosa empresa farmacêutica Allergan (a mesma que agraciou as mulheres preocupadas com rugas de expressão com o cosmético para preenchimento facial Botox) anunciou um diagnóstico: a rarefação dos cílios está relacionada a uma doença que exige *intervenção médica*. Felizmente, contudo, havia sido descoberta uma *cura eficaz* para o mal na forma de uma loção chamada Latisse. A loção é capaz de fazer crescer cílios até então ausentes,

alongando-os e espessando-os, para lhes conferir um aspecto mais marcante; mas isso desde que a loção seja usada todos os dias – até à eternidade. Como a eficácia depende do uso contínuo do produto, se a terapia for interrompida, os cílios logo voltam à abominável condição anterior. A partir do momento em que a mulher sabe como fazer para evitar esse revés, mas não adota a solução, seu comportamento se torna vergonhoso e imperdoável! Não se trata apenas de vaidade e estética, mas de perda da estima social.

Catherine Bennett, do jornal britânico *The Guardian*, chamou a atenção para o fato de que muitos médicos acham que "as mulheres cujo corpo não passou por qualquer alteração estética oferecem oportunidades de sobra para aprimoramentos (e, peço licença para acrescentar: não menos oportunidades de incrementar a renda de médicos e donos de farmacêuticos).

Na verdade, a cirurgia estética é uma das atividades médicas que cresceram mais depressa nos últimos anos. A cirurgia *plástica*, muitas vezes confundida com sua prima-irmã, a cirurgia "estética", é uma especialidade da medicina dedicada à reparação cirúrgica de *defeitos* na forma ou na função do organismo humano. Já a cirurgia *estética* tem por finalidade melhorar ou aprimorar a *aparência* do corpo, e não a do corpo em si; sobretudo, ela nada tem a ver com a saúde ou o condicionamento físico da pessoa.

Em 2006, foram realizadas onze milhões de cirurgias estéticas somente nos Estados Unidos. Basta navegar por alguns poucos sites da internet para descobrir as inúmeras tentações com que a propaganda típica das clínicas de estética – hoje um imenso e muito lucrativo segmento do setor de serviços – procura seduzir mulheres ansiosas com a aparência física (e,

indiretamente, com o status social e seu valor de mercado como socialites):

> Se você acha que seus seios são pequenos demais e necessitam de um aumento, se você deseja reaver o corpo que tinha antes de ter filhos, por meio de uma lipoaspiração ou de uma plástica de abdômen, nós podemos ajudá-la a descobrir o procedimento adequado para o seu caso. Os efeitos do envelhecimento podem ser revertidos, e os sinais da idade que a têm incomodado durante anos podem ser modificados para que você adquira uma nova forma física, difícil de obter apenas com exercícios e dieta saudável.

As tentações são muitas e variadas, sempre há um recado para cada tipo de problema e um problema para cada tipo de mulher, de tal modo que quase todas elas encontram pelo menos um apelo que parece se dirigir pessoalmente ao seu orgulho e autoconfiança; que lhe aponte um dedo acusador e a censure pela maneira tímida de lidar com o dever que tem para consigo mesma.

As clínicas de estética sugerem, para falar só no caso de imperfeições do rosto: cirurgia de rejuvenescimento facial (*facelift*), implante de silicone nas bochechas, rinoplastia ou cirurgia do nariz, correção das orelhas, remoção de bolsas nas pálpebras e implante de prótese de silicone no queixo. Se o rosto parece estar bom, alguma correção pode ser feita nos seios – aumentá-los, diminuí-los, levantá-los (*uplift*), correção de mamilos. Ou então retoques em outras partes do corpo: lipoaspiração, plástica de abdômen total, implante de prótese de silicone nas nádegas, nos tornozelos, reparação de flacidez dos braços, das coxas, estreitamento vaginal, ou

“ginecomastia”. A resposta maciça a essa publicidade (e a pressão moral que ela provoca) é quase garantida. Poucos meses antes da recente “crise de crédito”, em abril de 2008, William Saletan, da NBC, comentou a respeito de uma tendência para

> tornar os procedimentos estéticos tão seguros e lucrativos que muita gente que antes pensara em consagrar sua carreira à medicina voltou-se para o trabalho com a estética. Dependendo de como se façam os cálculos, o segmento da cirurgia estética – subsetor dos “serviços de saúde de luxo” e parente do “mercado de estética facial” – mobiliza entre US$12 bilhões e US$20 bilhões por ano. Duas semanas atrás, o *New York Times* declarou que, no ano passado, entre dezoito especialidades médicas, as três áreas que mais atraíram os graduados das escolas de medicina que haviam alcançado as maiores notas nos exames de certificação médica se relacionavam ao campo da estética.

E assim a história se repete: descobriram que o corpo feminino “não retocado” é uma “terra virgem”, inexplorada (isto é, que não gera lucros porque não deseja ser “retocado”), um solo não aproveitado; por isso mesmo, mais fértil que outros terrenos já exauridos, e que promete valiosos rendimentos – um terreno a clamar por uma empresa agrícola esperta, habilidosa e imaginativa à qual garantirá, pelo menos nos primeiros anos de exploração, lucros fáceis e generosos (ainda que, de acordo com a lei econômica dos lucros decrescentes, estes tendam a encolher à medida em que os investimentos incham). Nenhuma polegada do corpo de uma mulher deve ser considerada para além do aprimoramento.

Viver é inseguro, e a vida da mulher não é menos, senão mais, insegura que a do homem. Essa insegurança é um capital potencial que não deve ser deixado placidamente ocioso por empresários dignos do nome. Como se sabe que nenhuma quantidade de Latisse ou Botox, por mais regularmente aplicada, poderá espantar essa insegurança, as empresas similares à Allergan podem contar com a perspectiva de lucros constantes e crescentes. E as mulheres podem estar certas de que haverá uma longa e interminável série de descobertas a revelar que os desconfortos que acreditavam ter importância menor constituem, na verdade, fatos ameaçadores contra os quais terão de lutar dia e noite com unhas e dentes (e com o auxílio da loção ou da cirurgia adequadas, claro).

· 16 ·

A moda, ou o moto-contínuo

Perpetuum mobile, moto-perpétuo ou contínuo – mecanismo independente e autossuficiente que contém tudo necessário para permanecer em movimento ininterrupto, eterno, sem qualquer impulso exterior que mantenha o funcionamento, sem estímulo, ímpeto ou tração, nem sequer uma interferência de força externa ou acréscimo de energia.

Desde os tempos de Galileu e Newton, pelo menos, o motoperpétuo era um sonho de sábios e místicos, de *bricoleurs* e trapaceiros, objeto de febril experimentação e causa de intermináveis frustrações. De quando em quando se anunciava a milagrosa descoberta ou invenção de um moto-perpétuo que sempre falhava na hora da prova, e era rejeitado como mera ilusão nascida do amadorismo ignorante ou da pura vigarice de alguém movido pela ambição e ajudado por uma plateia de crédulos; tudo isso reduzido, afinal, a mais uma nota de rodapé na longa e ainda inconclusa história da insensatez humana.

Recentemente, a ideia do moto-perpétuo foi enterrada na lata de lixo das concepções populares

equivocadas, não tanto em decorrência da longa sucessão de desapontamentos, mas por causa do veredicto de inexequibilidade e da pena capital imposta pela física moderna.

Não é o caso de discutir as declarações dos físicos. Quando se trata da "realidade física" e das condições de movimento dos corpos móveis, de mudar a velocidade ou direção do movimento, ou fazê-lo cessar, a última palavra cabe sem dúvida a eles, e devemos aceitá-la com toda humildade. Mas, no nível da realidade, no plano "social" – em que os corpos, embora ainda submetidos às leis da física, são indiferentes aos propósitos e motivos, e, ademais, estão sob a regra da mudança intencional –, acontecem coisas com as quais (como diria Shakespeare) os físicos jamais teriam sonhado.

Nesse outro mundo, de súbito, um moto-perpétuo – uma mudança autoinduzida, autopropelida e autossustentável, um movimento que sobressai não tanto por sua incapacidade de prosseguir sozinho quanto por sua incapacidade de cessar ou mesmo de se desacelerar – torna-se, mais que uma possibilidade, uma realidade. A moda é o exemplo supremo dessa contingência.

"Sobre a moda", afirmou certa vez Georg Simmel, "não se pode dizer que ela 'é', pois está sempre 'se fazendo'".[1] No caso da moda, ao contrário dos processos físicos, e em estreita conformidade ao conceito e ao tipo ideal do moto-perpétuo, não é inconcebível a eventualidade de se estar em eterna mudança (sem parar de atuar); impensável é uma interrupção da cadeia de alterações autoinduzidas já iniciadas. O aspecto mais impressionante dessa extraordinária qualidade é que o processo de mudança não perde força enquanto seu impacto no mundo em que opera continua a se realizar.

“Tornar-se” moda é inesgotável e irrefreável, mas esse ímpeto e essa capacidade sempre tendem a crescer e a acelerar à medida que aumentam o volume de seu impacto material tangível e o número de objetos que ela afeta.

Se a moda fosse apenas um processo físico comum, ela constituiria uma anomalia monstruosa a transgredir as leis da natureza. Só que a moda não é um fenômeno da física: ela é um fenômeno *social*. E a vida social como um todo é um mecanismo espantoso, que consegue sustar a segunda lei da termodinâmica ao construir um enclave protegido contra a maldição da entropia, a “grandeza termodinâmica” que representa (segundo o site www.princeton.edu) “a quantidade de energia num sistema que não pode mais se transformar em trabalho”; e que “aumenta conforme a matéria e energia do Universo se degradam até um estado final de uniformidade inerte”.

No caso da moda, a “uniformidade inerte” não é o “estado final”; na verdade, esta é uma perspectiva cada vez mais distante. É como se a moda possuísse válvulas de escape que se abrem muito antes de alcançar o objetivo final da “uniformidade” – como se sabe, uma das motivações humanas essenciais para ativar o movimento perpétuo do processo da moda –, e, com isso, ameaçassem solapar ou anular o poder de atração e sedução que ela exerce.

Considerando-se a entropia um fenômeno de “contradiferenciação”, a moda – cujo impulso deriva da tendência humana a sentir aversão pela diferença e a almejar a equalização – consegue reproduzir em quantidades sempre crescentes as mesmas divisões, desigualdades, discriminações e privações que prometeu mitigar, nivelar ou até eliminar de todo.

Embora seja uma impossibilidade no universo da física, o moto-perpétuo se insere na esfera da realidade no mundo social, onde se converte em norma. Como isso é possível? Simmel explica: reunindo dois anseios ou impulsos humanos igualmente poderosos e incontroláveis – parceiros inseparáveis, embora sempre em conflito, que impelem ou arrastam as ações humanas em direções opostas. Recorrendo mais uma vez ao vocabulário da física para construir nossas metáforas, podemos dizer que, no caso da moda, a "energia cinética" do movimento é gradual, embora totalmente transformada em energia potencial apta a se converter em energia cinética para ativar o contramovimento. O pêndulo continua a oscilar e, a princípio, pode continuar a fazê-lo por tempo indeterminado a partir do momento linear.

Os dois impulsos ou anseios em questão são: fazer parte de um todo maior e individualizar-se ou distinguir-se; um sonho de pertencimento e um sonho de autoafirmação; um desejo de apoio social e a obsessão de autonomia; ao mesmo tempo, o ímpeto de imitar e a tendência a separar. Enfim, a necessidade de contar com a *segurança* de dar as mãos a alguém e a *liberdade* para soltar-se delas. Ou, examinando por outro ângulo esse dilema emocional: o medo de destacar-se e o pavor da dissolução do ego.

Como tantos casais legalmente formados (talvez até a maioria), segurança e liberdade não podem viver uma sem a outra, mas logo se descobre que a convivência dos dois valores é tarefa muito difícil. Segurança sem liberdade é um atestado de escravidão, mas liberdade sem segurança é condenar-se a uma permanente crise de nervos e a uma irremediável incerteza.

Privados da compensação ou da restrição de sua parceira (melhor dizendo, de seu alter ego), tanto a

segurança quanto a liberdade perdem os valores desejados e se transformam em pesadelos aterradores. Segurança e liberdade ao mesmo tempo necessitam uma da outra e não se suportam; ao mesmo tempo se desejam e lutam, embora a proporção dos dois sentimentos contraditórios mude a cada um dos frequentes afastamentos (frequentes demais, quase uma rotina) do “caminho do meio”, que significa um compromisso temporário.

Em geral, as tentativas de compensar e conciliar os dois sentimentos acabam se mostrando incompletas, muito aquém da plena satisfação e sobretudo frágeis demais e instáveis para adotar um ar de inexorabilidade. Sempre há problemas menores a ser resolvidos. Mas toda vez que se tenta ajustá-los eles ameaçam romper o delicado tecido da relação social. É por esse motivo que as tentativas de conciliação jamais alcançam seu objetivo explícito ou implícito, manifesto ou latente, embora ele nunca seja ou possa ser efetivamente abandonado.

Por isso, a convivência entre segurança e liberdade está fadada a se tornar uma rotina de som e fúria. A endêmica e insolúvel ambivalência desses sentimentos faz com que eles sejam uma fonte inesgotável de energia criativa e de mudança obsessiva. Pela mesma razão, a convivência está predestinada a ser um moto-perpétuo.

“A moda”, escreveu Simmel, “é uma forma peculiar de vida por meio da qual se procura estabelecer uma solução de compromisso entre a tendência à igualdade social e a tendência à distinção individual.” Vale lembrar que o compromisso jamais pode constituir uma situação de “equilíbrio permanente”; ele não pode ser definido de uma vez por todas: a cláusula “até segunda ordem” (que, aliás, é abominavelmente concisa) está gravada de modo indelével em sua própria forma de existir.

Essa solução de compromisso, como a moda, está sempre "se fazendo". Ela não pode ficar no mesmo lugar, deve ser perpetuamente renegociada. Mobilizada pelo impulso competitivo (ver a Introdução do meu livro *Arte da vida*),[2] a busca do que está na moda induz depressa a que se construam símbolos banais e comuns de distinção, de modo que o mais breve momento de desatenção logo gera o efeito contrário: a perda da individualidade. É preciso arranjar logo novos símbolos; os de ontem devem ser imediata e ostensivamente descartados.

O preceito do "que não é mais aceitável" tem de ser tão meticulosamente observado e com diligência obedecido quanto o preceito do que "é novo e (hoje) em ascensão". Uma situação de status indicada, comunicada e reconhecida pela posse e exibição de símbolos da moda (de curtíssima duração e irritante volatilidade) tanto pode ser definida pela exposição visível de certos símbolos quanto por sua ausência também visível. No resumo sucinto mas incisivo publicado no jornal *The Guardian*, de 9 de setembro de 2009, Hadley Freeman escreve que "a indústria da moda não está interessada em fazer as mulheres se sentirem bem consigo mesmas. A moda tem a ver com fazer as pessoas desejarem algo que provavelmente não têm, … e qualquer satisfação que obtenham é efêmera e ligeiramente decepcionante."

O moto-perpétuo da moda é o destruidor especializado, treinado e testado de toda e qualquer paralisação do movimento. A moda projeta estilos de vida sob a forma de permanente e infindável revolução. Dado que o fenômeno da moda está íntima e inseparavelmente vinculado a dois atributos "eternos" e "universais" do modo humano de estar no mundo, com sua também irreparável incompatibilidade interna, a presença ubíqua desse fenômeno não se limita a uma ou

mais formas selecionadas de vida. Em qualquer momento da história humana e em qualquer território habitado por seres humanos, o fenômeno da moda realiza a função crucial de introduzir mudanças constantes na norma de nosso estar no mundo. Contudo, a maneira de realizar essa função e as instituições que a sustentam e ajudam variam de acordo com diferentes formas de vida.

A variedade atual do fenômeno da moda é determinada pela colonização e exploração desses aspectos eternos da condição humana por parte dos *mercados de consumo*.

· 17 ·

Consumismo é mais que consumo

Todos nós somos consumidores, é óbvio... Enquanto vivermos. Não pode ser de outro modo, porque, se paramos de consumir morremos. A única dúvida é quantos dias vai durar o desfecho fatal. O consumo – cuja ação é definida pelos dicionários como sinônimo de “usar”, “comer”, “ingerir (líquido ou comida)” e, por extensão, “gastar”, “dilapidar”, “exaurir” – é uma necessidade. Mas o “consumismo”, a tendência a situar a preocupação com o consumo no centro de todos os demais focos de interesse e quase sempre como aquilo que distingue o foco último desses interesses, não é.

O consumismo é um produto *social*, e não o veredicto inegociável da evolução *biológica*. Não basta consumir para continuar vivo se você quer viver e agir de acordo com as regras do consumismo. Ele é mais, muito mais que o mero consumo. Serve a muitos propósitos; é um fenômeno polivalente e multifuncional, uma espécie de chave mestra que abre todas as fechaduras, um dispositivo verdadeiramente universal. Acima de tudo, o consumismo tem o significado de transformar seres humanos em consumidores e rebaixar todos os outros

aspectos a um plano inferior, secundário, derivado. Ele também promove a reutilização da necessidade biológica como capital comercial. Às vezes, inclusive, como capital político.

Vou explicar o que quero dizer. Para começo de conversa, a primeira mensagem do presidente George W. Bush aos americanos chocados e estupefatos diante da visão do desmoronamento das Torres Gêmeas emblemáticas da supremacia mundial dos Estados Unidos, atravessadas por aviões pilotados por terroristas, foi para que todos "voltassem às compras". A intenção da mensagem era conclamar os americanos a retomar a vida *normal*.

Bem antes do ataque inimigo, os americanos já deviam estar convencidos de que ir às compras era a maneira, talvez a única e com certeza a principal, de curar todas as aflições, repelir e espantar todas as ameaças, reparar todas as falhas. Portanto, escolher o apelo ao consumo como resposta adequada a um desafio estranho e desconhecido, do qual nunca se ouvira falar, e por isso mesmo excepcionalmente aterrador, assombroso e desnorteante, foi a maneira mais simples e segura de reduzir um acontecimento terrível ao plano de um aborrecimento corriqueiro: quebrar o encanto e nos familiarizar com o fato, tornando-o, por assim dizer, algo doméstico e controlável, tirando-lhe o caráter maligno.

"Vamos às compras" queria dizer: voltemos à normalidade, à nossa rotina do dia a dia. Como em outros casos menos dramáticos, embora não menos importantes (como, por exemplo, a queda periódica do produto nacional bruto – isto é, a quantidade de riqueza que troca de mãos, medida oficial do nível de prosperidade econômica do país; ou o pânico de uma iminente recessão), esperava-se que a salvação resultasse das decisões dos consumidores de retomar o

cumprimento zeloso de sua obrigação de comprar e gastar o dinheiro que tinham ganhado ou contavam ganhar – após um intervalo, que esperavam fosse breve, de cintos apertados.

A crença de que caberia aos consumidores “salvar o país da depressão” ou “liberar o país no resgate da depressão” tornou-se um dogma que quase ninguém questionou, um dos pilares da sabedoria popular e do senso comum. Assim como o significado do conceito de “cidadania” caminha gradualmente para se ajustar a um modelo de consumidor zeloso, o sentido da palavra “patriotismo” segue a mesma via, passando a representar uma diligente dedicação ao consumo.

Não é esta, porém, a única utilidade pela qual se introduziu a monótona e rotineira necessidade de consumir numa sociedade consumista como a nossa. Ela é apenas o exemplo de uma ampla categoria de problemas que nos confrontam, que sabemos que em breve teremos de enfrentar ou que já enfrentamos, problemas cuja rota mais comum de solução foi desviada para seguir, de modo inabalável e compulsório, o destino das lojas. O arquétipo dessa extensiva e incessante categoria de soluções de problemas que passam pelo incentivo ao consumo é a enfermidade física para a qual buscamos remédios na farmácia. Pode-se dizer que, numa sociedade consumista, todo comércio de produtos e serviços constitui, antes de mais nada, *farmácias* – quaisquer que sejam as mercadorias, além de medicamentos, que exponham em suas prateleiras e balcões para vender a fregueses atuais ou futuros.

Sejam quais forem os demais usos das mercadorias à venda, a maior parte delas (ou pelo menos é o que se sugere e imagina que sejam) é de *remédios*. Presume-se e espera-se que a aquisição e o consumo dessas mercadorias consigam aplacar desconfortos ou dores que

de outra forma continuariam a inflamar e a infeccionar; melhor ainda, espera-se que esses atos evitem reações desagradáveis que sem dúvida se abaterão sobre o comprador preguiçoso e indolente. Desconfortos de toda sorte, não só a necessidade de abastecer a geladeira ou incrementar o guarda-roupa, para atender às nossas rotinas diárias de consumo ou à renovação cíclica de estoques de objetos usados ou gastos; inclusive o medo de perder nosso "valor de mercado" e de sermos alijados do "circuito social", perder a estima social, a popularidade, a companhia de amigos – tudo porque você está por fora dos assuntos do momento e das jogadas mais cobiçadas, e por isso ignorou e perdeu as coisas de que todo mundo está falando e está louco para fazer.

Em síntese, os graves desconfortos causados pelo desconhecimento do fato de que outras pessoas depararam com novas invenções ou descobertas capazes de proporcionar sensações e satisfações das quais você – que dormiu no ponto – estaria lamentavelmente privado. Ou a incerteza que não para de fermentar em você sobre a atualidade dos conhecimentos e das habilidades que adquiriu no passado e que continua a usar no presente, de forma imprudente; uma torturante suspeita de que esses conhecimentos e habilidades, como é típico desse nosso mundo moderno em que tudo se move em alta velocidade, talvez necessitem de urgente atualização e revisão.

É preciso diariamente renovar e confirmar a confiança de que você tem acompanhado o ritmo frenético das mudanças, e por isso está certo. Um passeio normal pelos corredores de um centro comercial pode ser a resposta adequada para todas essas aflições, porque lhe permite reassegurar-se de que encontra-se na trilha certa e está bem informado. A pior sensação de

malestar, uma espécie de metadesconforto que está na base de todas as inquietações específicas e que nos leva a repetir sem parar as visitas às farmácias consumistas, é a incerteza de estarmos no caminho certo, a insegurança de não saber se nossas preferências são corretas do ponto de vista das avaliações em curso, se estamos fazendo as coisas direito e nos comportando da maneira adequada.

As farmácias ortodoxas, aquelas antigas e fora de moda, prometiam mitigar a dor e aliviar outras aflições físicas. Recorríamos ao farmacêutico a fim de obter um remédio para dor de garganta, coriza, dor nas costas ou azia: ninguém tinha dúvidas sobre a dor que nos levava a correr ao farmacêutico em busca de conselho e ajuda. Mas, se as farmácias consumistas de hoje tivessem a insensatez de contar somente com as vítimas de sofrimentos dos quais têm absoluta certeza, as fileiras de seus fregueses seriam dizimadas. Felizmente elas não cometem esse tipo de loucura.

As farmácias cuidam para que o “pé inaudível e sutil do Tempo”, de que fala Shakespeare, não seja silencioso e muito menos inaudível. O pé do Tempo agora berra na telinha da tevê e nos fones de ouvido, em cada página das revistas de amenidades – e nas conversas de seus militantes, voluntários ou involuntários, não pagos (e ironicamente pagantes!), mas bravos, assim como de seus agentes não pagos, embora dedicados e zelosos. A despeito de Shakespeare, o “pé do Tempo” não deve mais ser inaudível. Os sons emitidos por sua labuta ou prosápia são sinais de alarme: jamais esqueçam que o tempo tem pés ágeis, vivos e velozes, e (como Lewis Carroll nos advertiu profeticamente) é preciso correr o mais rápido possível para permanecer onde se está.

Numa sociedade consumista, o ruído dos pés do Tempo correndo e fugindo apressados repetem sem parar

uma mensagem: não são apenas as coisas das quais você não tem certeza que exigem sua atenção imediata, mas são também as coisas das quais você ainda não sabe que não tem certeza. Essa mensagem soa como um dobre de finados derradeiro, irrevogável e inconfundível a toda e qualquer certeza. Sabendo-se que todas as certezas são putativas e, no melhor dos casos, apenas até segunda ordem, que toda autoconfiança é fruto de atenção insuficiente ou da pura ignorância, a variedade de incerteza mais traiçoeira é aquela que nos assusta menos ou não nos assusta de todo, a incerteza da qual, perigosamente, ainda não temos consciência.

Felizmente, para todos nós, prisioneiros voluntários ou involuntários do consumismo, as farmácias consumistas em geral se distribuem de maneira compacta ao longo das avenidas centrais das cidades e suas numerosas extensões. São cada vez mais sofisticadas e ubíquas, proporcionando os cintos de segurança e os salva-vidas de que precisamos para nos libertar da incerteza que conhecemos e para nos abrir os olhos às incertezas que ainda desconhecemos.

· 18 ·

O que aconteceu com a elite cultural?

Pierre Bourdieu, o grande sociólogo francês, escreveu trinta anos atrás em seu importante livro intitulado *La distinction* que a "elite cultural" – pessoas consideradas altas autoridades na diferenciação entre o *comme il faut* e o *comme il faut pas* (o certo e o errado) em todos os temas "culturais" – distanciou-se do resto de nós pelo gosto artístico seletivo e por critérios estritamente definidos – em clara oposição ao nosso gosto sem discernimento e caracterizado por flagrante frouxidão de critérios. Foi essa oposição que sustentou a divisão entre "alta cultura" (aprovada e praticada pela elite cultural) e "baixa cultura" (popular ou de massas).

De acordo com um relatório escrito por Andy McSmith e publicado na edição eletrônica do jornal inglês *The Independent*, professores respeitáveis de uma universidade muito considerada, Oxford, proclamaram que a "elite cultural não existe" no antigo significado adotado por Bourdieu.[1] Tak Wing Chan e John Goldthorpe, sociólogos da Universidade de Oxford, e um grupo de treze pesquisadores concluíram, a partir de dados coletados na Grã-Bretanha, Chile, França, Hungria, Israel,

Holanda e Estados Unidos, que não é mais possível encontrar a "elite cultural" do tipo descrito por Bourdieu – isto é, gente de elevada posição social que se diferencia de seus inferiores por ir à opera e apreciar tudo que é visto como "alta arte", e torcer o nariz e tratar com evidente desprezo "coisas vulgares como a música popular e a televisão comercial".

Na verdade, o fim da *velha guarda* da elite (mas não da "elite cultural" como tal) não é novidade. Já em 1992, a fim de expressar a natureza do gosto (ou melhor, da falta de gosto) típico dos "líderes culturais" da época, Richard A. Petersen, da Universidade Vanderbilt, usou a metáfora da "onivoridade":[2] ópera *e* música popular, "alta arte" *e* televisão comercial; um pouco daqui, um pouco de lá, ora isso, ora aquilo. Há pouco tempo Petersen reafirmou sua descoberta original: "Constatamos uma reorientação da atitude política da elite como grupo de status, daqueles intelectuais esnobes que desprezam toda cultura popular, vulgar ou de massas, ... para os eruditos que consomem com igual onivoridade um amplo espectro de formas de arte popular e erudita".[3]

Em outras palavras, *Nihil* "cultural" *a me alienum puto*, isto é, não há nada "cultural" que eu rejeite previamente sem fruí-lo, embora também não haja nada "cultural" com que eu me identifique de modo inabalável e definitivo a ponto de excluir outros prazeres. Estou *em casa em qualquer lugar*, embora (ou porque) o lugar que chamo *de minha casa não esteja em lugar algum*. Em suma, não se trata mais de um gosto (requintado) que se opõe a um gosto (vulgar), mas de onivoridade contra onivoridade, uma disponibilidade a consumir tudo e desfrutar de tudo sem nada discriminar, sem uma seletividade a priori da apreciação, da aversão ou da incompreensão.

A elite está viva e forte, mais viva e ativa que nunca, embora voltada demais a buscar e consumir cultura para ter tempo de se ocupar da missão de fazer proselitismo e converter as pessoas. Além da atitude de “parem de exigências, sejam menos seletivos” e “consumam mais”, essa mais recente encarnação da elite não tem uma mensagem a comunicar às multidões de onívoros das camadas inferiores da hierarquia cultural. Para todos os fins práticos, a elite abandonou qualquer pretensão a converter e catequizar, esclarecer e enobrecer, “elevar” o “povo” (rebatizado de “massas”, ou, mais objetivamente, de “consumidores culturais”).

De fato, nos lugares onde se elaboram, proclamam e debatem as defesas da cultura, as artes perderam (ou estão perdendo depressa) suas funções de linha auxiliar de uma hierarquia social que luta para se reproduzir, tal como, algum tempo antes, a cultura como um todo perdeu sua função original de linha auxiliar de nações emergentes, Estados e hierarquias de classe. Agora as artes estão livres para servir às preocupações *do indivíduo* com sua identidade e autoafirmação.

Pode-se dizer que, em sua fase líquido-moderna, a cultura (sobretudo em seus ramos artístico) é feita à medida da liberdade *individual* de escolha (voluntária ou obrigatória). A intenção é que a cultura esteja a serviço dessa liberdade e assegure que a escolha seja *inevitável*: uma necessidade de vida e um dever. Essa responsabilidade, companheira inalienável da liberdade de escolha, permanece onde a condição da modernidade líquida a colocou à força: nos ombros do *indivíduo*, agora indicado como único gestor da “política da vida” conduzida individualmente.

Como convém a uma sociedade de consumidores como a nossa, a cultura hoje é constituída de *ofertas*, e não de *normas*. Assim como afirmou Bourdieu, a cultura

vive de sedução, não de regulação normativa; de relações públicas, não de policiamento; da criação de novas necessidades, desejos, carências e caprichos, não de coerção. Esta é uma sociedade de consumidores, e, tal como o resto do mundo, vemos e experimentamos o mundo como consumidores.

A cultura se torna um armazém de produtos para consumo – cada um competindo pela variação, mudança e deslocamento da atenção dos potenciais consumidores, na expectativa de atraí-la e mantê-la um pouco além de um átimo. Abandonar padrões rígidos, sucumbir à indiscriminação, adequar-se a todos os gostos sem privilegiar nenhum, encorajar a irregularidade e a “flexibilidade” (o termo popular politicamente correto para “fraqueza de caráter”), tudo isso se combina para construir a estratégia adequada a seguir – ou seria melhor dizer a única estratégia razoável, a única factível? Rabugice e expressões de desagrado não são recomendáveis.

Um influente crítico de televisão elogiou o espetáculo do Ano-Novo de 2007-2008 de uma emissora por prometer “um programa musical de entretenimento voltado para satisfazer o apetite de todos”. O “bom” dessa programação, explicou o crítico, “é que seu apelo universal significa que cada espectador pode aceitar ou evitar o programa de acordo com suas preferências”.[4] Qualidade assaz louvável numa sociedade em que as redes substituem as estruturas, enquanto o jogo de adesão/exclusão e um interminável processo de conexões e desconexões substituem o “determinar” e o “fixar”.

Hoje, a cultura está virando uma espécie de seção da loja de departamentos, que tem “tudo que você precisa e deseja”, na qual se transformou o mundo habitado por consumidores. Como em outros departamentos desse

tipo de loja, as prateleiras estão abarrotadas de mercadorias sempre repostas, e os balcões são decorados com anúncios das mais recentes ofertas – eles mesmos destinados a desaparecer com as atrações que promovem. Mercadorias e publicidade são calculadas especificamente para despertar desejos e cobiça pelas novas ofertas, e ao mesmo tempo reprimir qualquer resquício de desejo ou cobiça das antigas promoções (George Steiner tem uma frase famosa sobre isso: tudo é calculado para obter "impacto máximo e obsolescência instantânea"). Comerciantes e redatores de publicidade esperam aliar o poder de sedução das ofertas ao desejo imperioso dos seus potenciais consumidores de ser melhor que o vizinho e de "tirar vantagem"; ou, pelo menos, de não ficar para trás no "pacote de estilos".

A cultura em nosso mundo moderno líquido não tem "povo" para "cultivar", tem clientes para seduzir. E, ao contrário da cultura sólida moderna que a precedeu, não quer mais se esforçar para cumprir seu papel – quanto mais cedo possível. Sua tarefa agora é cuidar de sobreviver de modo permanente, tornando provisórios todos os aspectos da vida de seus antigos guardiões e potenciais convertidos, que hoje renascem na condição de clientes.

· 19 ·

Remédios e doenças

A ideia de doença é conhecida em todas as culturas e idiomas; desde tempos imemoriais, sempre houve uma palavra de sentido equivalente em cada língua que remete a uma "ausência de bem-estar", como o substantivo "doença",[a] ou seja, dor, desconforto, moléstia, enfermidade, padecimento físico ou psíquico. Com o uso da palavra "doença", diz-se que o estado de saúde da pessoa à qual o termo é aplicado não é como deveria ser ou como *normalmente* se esperaria que fosse. Doença indica uma anormalidade no estado de saúde da pessoa doente.

Em seu uso contemporâneo, no entanto, a palavra "doença" (enfermidade, moléstia) tende a ser adotado em alternância com o conceito de "condição médica, ou condição clínica". Este último pretende ser apenas um equivalente do primeiro, mas agrega um significado furtivo e crucial que muda toda a questão da "ausência de bem-estar" para um novo registro: de uma *condição* a uma *ação* que tal condição suposta ou declaradamente impõe. De fato, o novo conceito atribui à ação realizada ou prestes a se realizar o poder de definir a condição que

se deve combater: hoje, quando os médicos entram em cena, é que o drama passa a representar uma doença.

Desse modo, o conceito de “condição médica ou clínica” antecipa o problema que, não fosse por isso, estaria sujeito a debate e talvez a controvérsias: o problema de decidir se a *condição* em exame está desenvolvida e é tratável por intervenção *médica*. Presume-se que já se decidiu (“é evidente”) que se deve chamar ou consultar um médico; que é preciso fazer exames clínicos; que se devem prescrever, comprar e consumir medicamentos: e que é preciso seguir um tratamento. Confirma-se ainda, por circunlóquios, que as profissões de médicos e farmacêuticos devem deter o controle do corpo e do espírito da pessoa doente.

Quando identificamos a doença à “condição médica ou clínica” (e assim, indireta mas forçosamente, uma projeção do ato de intervenção médica), o fato de estar doente é definido pela circunstância de a pessoa estar sujeita a, ser qualificada para e necessitar de ação médica. “Estar doente” agora significar pedir ajuda de um médico; e um médico que proporciona ajuda determina que a condição é de doença. O que nasceu primeiro, o ovo ou a galinha? Sobretudo, qual dos fatos é a galinha e qual é o ovo?

Numa análise que se desenvolveu em três grandes estudos na *New York Review of Books* (15 jan 2009), Marcia Angell afirmou que, “nos últimos anos, as empresas farmacêuticas aperfeiçoaram um novo e eficiente método de ampliar seus mercados. Em vez de promover medicamentos para tratar doenças, começaram a promover doenças para seus medicamentos”. A nova estratégia “é convencer os americanos de que só há dois tipos de pessoa: as que sofrem de condições clínicas e exigem tratamento medicamentoso e aquelas que ainda não sabem disso”.

Gostaria de salientar, porém, que não foram necessariamente as empresas farmacêuticas que inventaram e desenvolveram essa nova estratégia. É mais provável que elas tenham se orientado por uma tendência universal do marketing. Hoje, a oferta de novas mercadorias não segue a demanda existente: é *preciso criar demanda para mercadorias que já foram lançadas no mercado e, portanto, seguir a lógica de uma empresa comercial em busca de lucros, e não a lógica das necessidades humanas em busca de satisfação*. Essa nova tendência só se realiza plenamente se nossa cabeça tiver sido impregnada da ideia de que não há e não pode haver limites ao nosso nível de tentativas de autoaperfeiçoamento e satisfação proporcionadas por incrementos desses níveis. Por mais excelente que seja sua condição física atual, sempre é possível torná-la ainda melhor.

Se o estado de *saúde* não tem apenas um nível inferior, mas também um nível superior – o que nos permitiria relaxar quando ele fosse atingido –, a qualidade do bom *condicionamento físico*, que passou a substituí-lo ou deslocá-lo para uma posição secundária em nossas preocupações atuais, não tem limites: ao contrário dos cuidados com a saúde em seu sentido tradicional e ortodoxo, a luta pelo condicionamento físico jamais acaba. Nunca deixarão que relaxemos nossos esforços. Por mais condicionado que você esteja, sempre poderá melhorar; seu grau de satisfação sexual sempre poderá será melhor do que hoje, os prazeres, mais prazerosos, os deleites, mais deleitosos.

A inventividade das empresas farmacêuticas reduz-se *ao controle e direcionamento da autoridade e da força persuasória da preocupação com a saúde no sentido de uma busca cada vez mais intensa de aptidão física e de autoconfiança* – luta que nós, consumidores numa

sociedade de consumidores, fomos impelidos, persuadidos e treinados a travar. Já se tornou parte de nossa filosofia de vida – ou melhor, de nosso senso comum – que acatar a via para melhorar a aptidão física e ter mais autoconfiança passa pelo estudo atento das novas peças publicitárias e termina nas lojas. Integrando nosso senso comum, isto é, fazendo parte da lista de coisas que “todo mundo sabe”, “todo mundo aceita” e “todo mundo faz”, esses truísmos se converteram no mais importante e inesgotável recurso das empresas em sua luta por lucros cada vez maiores.

Não importa muito se a moléstia contra a qual os novos medicamentos prometem agir é séria ou não, se suas consequências são graves, ameaçadoras e causam profundo desconforto para suas vítimas. O que interessa é se a condição médica é comum, e, portanto, se o número de potenciais consumidores da droga é grande e garante boa expectativa de lucros para a empresa. De acordo com esse princípio, as afecções com que a maioria de nós está acostumada a lidar cotidianamente (seja azia, tensão pré-menstrual ou até aquele comuníssimo déficit de autoconfiança que ressurge volta e meia como timidez) nos últimos tempos foram caracterizadas como doenças. Receberam designações eruditas, quase sempre estranhas e incompreensíveis; por isso, soam aos nossos ouvidos como palavrões funestos (a azia, por exemplo, tende a ser designada pelo médico ou farmacêutico como “doença de refluxo gastroesofágico”), a reclamar urgente atenção médica.

Christopher Lane descreveu a espetacular trajetória médica e farmacêutica recente de um dos aspectos mais comuns da vida humana: a experiência da timidez prolongada ou momentânea (quem de nós, em sã consciência, pode jurar que nunca se sentiu tímido, cauteloso ou inseguro?). Pois essa sensação

desagradável, tão comum e frequente, foi rebatizada na prática médica com o pomposo nome de “transtorno de ansiedade social”. Em 1980, essa perturbação foi citada no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* – ainda sob a denominação de “fobia social”, agora abandonada – como doença “rara”. Em1994, foi reclassificada como “extremamente comum”. Em 1999, a GlaxoSmithKline, empresa gigante do setor farmacêutico, lançou uma campanha publicitária de milhões de dólares para promover sua marca de antidepressivo Paxil, que prometia aliviar e inclusive acabar com aquela “grave condição médica”, como hoje anuncia a propaganda do remédio. Lane cita Barry Brand, diretor de produção do Paxil, que declarou: “O sonho de todo profissional de marketing é descobrir um mercado não identificado ou desconhecido e desenvolvê-lo. Foi o que logramos fazer com o transtorno de ansiedade social.”

Claro que, nesses casos, estamos pagando pela promessa de libertação de um medo ou ansiedade *específicos*, mas raramente o medicamento que compramos nos torna, *em geral*, menos temerosos e menos propensos à ansiedade. Uma vez aceito que, para toda afecção e desconforto causados pelos problemas e atribulações normais da vida cotidiana, existe (deve haver, haverá) um remédio comprável na farmácia mais próxima, a possibilidade de frustração com os medicamentos “que melhoram a qualidade da vida” permanece como fonte de infinito desapontamento para seus consumidores e fonte de infinitos lucros para vendedores, distribuidores e publicitários.

Cada nova droga introduzida para substituir a anterior, já desacreditada, tende a ser vendida por um preço mais alto (segundo o padrão dos brinquedos na distopia de Aldous Huxley, *O admirável mundo novo*), aumento que não é justificado pela maior eficácia.

[a] A origem da palavra “doença”, em português, é o termo latino dolentia, “dolência”. (N.T.)

· 20 ·

A “gripe suína” e outras causas de pânico

Não tenho como saber se, ao ler essas palavras, o leitor ainda está assustado com o fantasma do vírus da “gripe suína” que cruzou o Atlântico vindo do México e chegou às nossas portas. Também não posso saber se o leitor se sente tão assustado com tal perspectiva quanto as pessoas que me cercam (ou se sentem pressionadas a estar) no momento em que escrevo esta carta. Não tenho ao menos certeza se você ainda se lembra do motivo de todo aquele pânico. Afinal, uma importante tarefa das manchetes dos jornais diários é apagar da memória as manchetes da semana passada, abrindo espaço na atenção do público para os títulos das primeiras páginas da próxima semana.

No que se refere ao pânico, quanto mais intensos e terríveis forem, mais depressa exaurem nossas reservas emocionais e sua própria capacidade de nos aterrorizar e enervar. De modo que é preciso descobrir novas manchetes suculentas e assustadoras a fim de conter o decréscimo de circulação dos jornais e a queda dos índices de audiência da televisão. Por esses e outros

motivos, não posso saber com certeza que fatos provocam pânico no leitor no momento em que lê esta carta. Desconfio que você, leitor, talvez ache que minhas palavras contam uma história antiga, uma situação encerrada faz tempo (se é que alguma vez começou), nada com que valha a pena perder tempo, prestar atenção. É possível que você tenha agora outros motivos para estar assustado, e por isso não disponha de tempo ou espaço na cabeça para medos antigos.

Sem dúvida, no instante em que escrevo estas palavras, as primeiras páginas dos jornais já estão coalhadas de manchetes que alertam para outras razões de pânico. As notícias sobre o avanço da gripe suína mudaram para páginas menos importantes, reaparecendo apenas esporadicamente impressas em tipos de menor tamanho e espessura. Quando publicadas, as notícias tendem a ser acompanhadas (ao contrário do que acontecia poucos dias antes) de um misto de espanto, ceticismo e ironia.

Por exemplo, Bart Laws, médico sanitarista do Tufts Medical Centre de Boston, observa com tristeza que as autoridades públicas que emitiram um alerta de pandemia “fizeram exatamente o que se esperava. É possível, mas pouco provável, que esse vírus venha a causar uma quantidade incomum de problemas”. Mas logo acrescenta que “é muito mais provável que [o pânico] se dissipe em algumas semanas, porque a estação propícia aos casos de gripe está chegando ao fim, e não há indícios da existência de algo fora do comum no comportamento do vírus”. Uma síntese dos últimos acontecimentos publicada por Simon Jenkins, no jornal *The Guardian*, revela-se ainda mais cética e sarcástica, e vai ao cerne do problema: “A mutação do [vírus] mostrava realmente aspectos preocupantes. Mas

nada justifica a barafunda criada pelas autoridades públicas e pela mídia britânica.”

Agora já se sabe que o número de mortes ocorridas no México por causa da nova cepa mutante do vírus da influenza não foi maior que o número médio anual de óbitos em decorrência da gripe comum; e que foi muitas vezes menor que o número de pessoas que morrem todos os anos em acidentes de trânsito nas estradas (cerca de doze mil pessoas morrem todos os anos no mundo, vitimadas pela gripe; nos Estados Unidos, mais de 150 crianças morrem de gripe anualmente, em comparação com as 7.677 crianças vitimadas por acidentes de carro, somente em 2003, enquanto 3.001 foram assassinadas). Um número maior de pessoas que visitaram o México na época, nas quais se identificou a mutação do vírus e que foram objeto de suspeita e horror, depois de voltarem para casa, por serem possíveis portadores da pandemia planetária, na verdade, foi vítima de envenenamento alimentar.

Mas também sabe-se que o governo britânico encomendou 32 milhões de máscaras (que ficaram estocadas, e depois descobriu-se serem inúteis; em breve serão retiradas dos depósitos para abrir espaço a suprimentos para uma “emergência adversa”), ciente de que o ditado “seguro morreu de velho” é condição indispensável a todo governo que deseja sobreviver às próximas eleições; e que, nas atuais circunstâncias, é uma condição absolutamente necessária à sobrevivência de qualquer governo mostrar-se diante de milhares de câmeras de televisão, em milhões de telas de TV, intensamente envolvido na ação e lutando de forma valente contra as ameaças.

Outros milhões de libras foram gastos para formar estoques nos hospitais e clínicas médicas da substância oseltamivir, droga produzida e comercializada pela

empresa-gigante do setor farmacêutico Hoffman-La Roche com o nome de Tamiflu. Em 6 de setembro de 2009, Robin McKie, editor de ciência do jornal *The Guardian*, informou que o projeto "de estocar bilhões de doses de medicamentos essenciais para combater a epidemia de gripe suína" custou dez milhões de libras pagos às empresas produtoras, garantindo estoques de penicilina, morfina, diazepam e insulina caso um grande surto de influenza ameaçasse fechar a indústria farmacêutica nacional e as redes de distribuição. A decisão de estocar medicamentos foi tomada a despeito do anúncio, por parte das autoridades médicas, de que a segunda onda esperada da gripe não seria tão grande assim.

Gastou-se dinheiro público, dinheiro coletado por meio de impostos, sob ameaça de sanções punitivas, tanto dos que se sentiam apavorados quanto dos que resistiram ao alarmismo. Haveria um conflito entre políticos e empresários? Talvez, embora não necessariamente por vontade dos políticos. Afinal, os governos precisam demonstrar a seus eleitores que se ocupam com a proteção de seu bem-estar e de suas vidas contra desastres inenarráveis, numa longa lista de várias ameaças e formas de perdição.

Por isso, sir Liam Donaldson, principal autoridade da área de saúde pública da Grã-Bretanha, advertiu a nação de que o otimismo era prematuro e que a gripe suína "poderia voltar" no próximo inverno; também por essa razão, autoridades sanitárias de muitos estados norte-americanos declararam "situação de emergência" na saúde pública do país. Ainda pelo mesmo motivo, o vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, fez um apelo à nação para evitar o uso do metrô ou de aviões, pintando um quadro de iminente desastre com as tintas mais sombrias e assustadoras.

De um modo ou de outro, o alarmismo é hoje, na opinião de Jenkins, “fonte de grande satisfação para os florescentes impérios do contraterrorismo, da ‘saúde e segurança’. Lançar alarmes falsos sobre moléstias globalizadas é agora uma parte tão importante do complexo industrial-médico que nenhuma pessoa lúcida consegue distinguir o que é verdadeiro do que é moeda de troca política”. Na verdade, são eles que nos fazem ficar amedrontados. Contra o coro dos tonitruantes profetas da morte, quem teria sido ousado, insolente, tolo ou distraído o bastante para botar a boca no trombone, tirar-lhes as máscaras e declarar que o risco foi inventado, grosseiramente exagerado ou ampliado em proporções absurdas – e que poderia ser ignorado?

No que diz respeito a calar a oposição e as vozes da razão, o vírus tem a grande vantagem de ser invisível. Por isso, os óculos mais possantes não nos podem assegurar que o ar que respiramos está livre dele. Nós, os destinatários dos alertas, as pessoas conclamadas e incitadas (e suscetíveis) ao pânico, não temos direito de entrar nos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de onde partem as notícias da mutação viral. Que escolha nos resta: confiar nos especialistas, nas pessoas que estão por dentro do assunto, ou… o quê?

Simon Jenkins conclui seu resumo expressando a certeza de que, “quando a atual onda de medo acabar e nos apresentarem a conta, o fiasco será investigado”. Ele não acredita, porém, que uma investigação previna o surgimento de outros motivos de pânico também caríssimos, e sugere ouvirmos de vez em quando o conselho de Voltaire, de matar um virologista de tempos em tempos para desencorajar os outros. À parte a absurda desumanidade do conselho, tenho dúvidas sobre a sabedoria de segui-lo. Afinal, os pobres virologistas estão fazendo seu trabalho. É obra de outras pessoas,

arrogantes e poderosas, nos assustar com suas descobertas. Ou com o que elas dizem que descobriram. E tudo para obter ganhos políticos ou comerciais nesse processo. Marcar preciosos pontos na opinião pública e obter muitos lucros...

· 21 ·

Saúde e desigualdade

Palm Beach é uma estreita ilha da Flórida de aproximadamente treze milhas de comprimento e pouco mais de dez mil habitantes. Liga-se ao continente por três pontes, mas seus moradores sentem e agem como se o lugar fosse um grande “condomínio fechado”.

Este é, sem dúvida, um grande condomínio fechado, mas sem muros e cercas de arame farpado. O preço das casas basta para manter a exclusividade. As poucas residências que estão à venda no momento têm valor médio estimado entre US$700 mil e US$72,5 milhões. Palm Beach é, por mútuo acordo, o local de maior densidade de riqueza dos Estados Unidos, já que ali se concentram mais milhões de dólares por quilômetro quadrado que em qualquer outro lugar do país. Corre uma piada de que chamar um residente de Palm Beach de “milionário” é um insulto. Nas boutiques que se espalham pela Worth Avenue, a rua em que os moradores da ilha compram suas roupas, um suéter custa mil dólares e um par de calças compridas sai pelo dobro disso. Para ser sócio do clube de campo local, o

candidato terá de desembolsar trezentos mil dólares só de taxa de adesão.

David Segal, do *The New York Times*, estimou que, em sintonia com o status privilegiado de Palm Beach, as perdas sofridas por seus moradores durante a recente crise da bolsa de valores não teve paralelo em todo o país. O patrimônio líquido do morador médio da ilha, afirma Segal, “despencou, recentemente, … mais que o patrimônio líquido de qualquer outra cidade do país”. Esse dado, provavelmente mais que outras estatísticas, ilustra a posição privilegiada que Palm Beach ocupa no topo da “liga dos ricos” americanos (e, quem sabe, de todo o planeta).

Em Palm Beach não há um único cemitério, casa funerária ou hospital. Morte e doença são assuntos que os moradores da cidade afugentaram do espírito (embora não da vida, claro, apesar de não economizarem em seu devotado e sério empenho de fazê-lo), muito embora vários deles já passem dos oitenta anos.

Na Inglaterra, pesquisadores do Birmingham Hospital Trust, coordenados por Domenico Pagano, analisaram o destino de cerca de 45 mil pacientes com idade média de 65 anos que haviam passado por cirurgias cardíacas. Descobriram que o número de óbitos após a cirurgia dependia fortemente da fortuna dos pacientes, e subia depressa com a diminuição da renda. As “causas comuns” de morte, como fumo, obesidade e diabetes – que reconhecidamente afetam mais os pobres que os ricos – foram avaliadas como primeiras explicações, mas sem sucesso. Descontando-se o provável impacto desses fatores nas estatísticas de mortalidade, a nítida diferença no índice de sobrevivência após a cirurgia permaneceu. A única conclusão possível foi que, se os pacientes pobres tinham menos chance de sobreviver à cirurgia que os mais ricos, isso era por “cortesia” da pobreza.

Até pouco tempo atrás, a ideia de que a prosperidade da elite social acabaria beneficiando o conjunto da sociedade graças a um “efeito de capilaridade” fazia parte do senso comum cultivado com entusiasmo por lideranças de todas ou quase todas as correntes políticas. Mas essa teoria não está mais em uso em lugar algum, se é que um dia esteve; o elo entre uma elite cada vez mais rica e o aumento da segurança e da saúde do conjunto da comunidade não passa de um produto da imaginação – e, para não comer gato por lebre, um item de propaganda política.

De volta ao nosso argumento principal, Richard Wilkinson e Kate Pickett divulgaram extensa documentação para comprovar, no livro *The Spirit Level*,[1] que a *riqueza média de uma nação*, medida pelo produto interno bruto, tem pouco impacto sobre uma longa lista de males sociais, enquanto a forma como essa riqueza é distribuída, em outras palavras, o nível de *desigualdade social*, influi profundamente na dispersão e intensidade dos males.

Por exemplo, Japão e Suécia são países administrados de maneira muito diferente; a Suécia é um grande Estado de bem-estar social, enquanto o Japão oferece pouquíssimos programas de previdência social. O que os une, todavia, é uma distribuição relativamente equitativa da renda, e, portanto, uma defasagem pequena entre o padrão de vida dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres da população. Mais importante ainda é que nesses países há menos “problemas sociais” que em outras sociedades altamente industrializadas, com uma divisão menos igualitária da renda e da riqueza social. Outro exemplo nos é oferecido por dois países vizinhos, Espanha e Portugal, este com índices de desigualdade social duas vezes maiores que o primeiro:

em números e intensidade de “problemas sociais”, Portugal ganha de lavada da Espanha!

Na maioria das sociedades desiguais do planeta, como os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha, a incidência de doenças mentais é três vezes maior que nos países menos desiguais; suas populações carcerárias são muito mais numerosas, assim como os problemas de obesidade, gravidez de adolescentes e (apesar de toda a riqueza nacional!) os índices de mortalidade de *todas* as classes sociais, inclusive os mais ricos. Se o nível geral de saúde é mais elevado nos países mais prósperos, naqueles de distribuição mais igualitária da riqueza, as taxas de mortalidade caem proporcionalmente ao aumento da igualdade social.

Descoberta notável e preocupante é que o acréscimo dos níveis de investimento na área de *saúde* quase não tem impacto na expectativa de vida média, mas o crescimento do *nível de desigualdade* tem forte impacto, e extremamente negativo.

Quais as razões disso, perguntam os pesquisadores. E sugerem que, numa sociedade não igualitária, o medo de perder posição social, de ser rebaixado, socialmente excluído, de lhe negarem dignidade e de ser humilhado é mais forte – e acima de tudo muito mais angustiante e aterrador, dada a altura da queda prevista. Esses medos geram grande ansiedade e tornam as pessoas mais vulneráveis a distúrbios psicológicos, inclusive a depressões, fator que, ademais, tem consequências negativas sobre a expectativa de vida, em especial nas classes médias reconhecidamente inseguras quanto à estabilidade de suas conquistas e à solidez de seus privilégios.

A lista de “males sociais” que atormenta as “sociedades desenvolvidas” é longa e, apesar de todos os esforços genuínos ou hipotéticos, vem crescendo.

Além das aflições já mencionadas, a lista inclui homicídio, mortalidade infantil e falta de confiança mútua, sem a qual a coesão social e a cooperação são inconcebíveis. Em cada um desses casos, os índices se tornam mais favoráveis à medida que passamos das sociedades menos igualitárias para as mais igualitárias, e as diferenças às vezes são muito espantosas.

Os Estados Unidos estão no alto da lista da desigualdade social, o Japão, no ponto mais baixo. No primeiro país, quase quinhentas pessoas em cem mil estão presas, enquanto no Japão esse número é de menos de cinquenta em cem mil. Nos Estados Unidos, um terço da população sofre de obesidade; no Japão, menos de 10%. Nos Estados Unidos, de cada mil mulheres entre quinze a dezessete anos, mais de cinquenta estão grávidas; no Japão, a proporção é de somente três. Nos Estados Unidos, mais de um quarto da população sofre de doenças mentais; no Japão, Espanha, Itália e Alemanha, sociedades com distribuição da riqueza relativamente mais igualitária, apenas uma em cada dez pessoas informa ter problema mental, comparado com uma em cinco em países mais desiguais, como Grã-Bretanha, Austrália, Nova Zelândia ou Canadá.

Trata-se de dados estatísticos, contagens, médias e suas correlações. Dizem pouco sobre as conexões causais que estão por trás dessas correlações. Mas os números estimulam a imaginação e fazem soar um alerta (no pior dos casos, nos deixam alarmados, e isso é bom). Eles apelam para a consciência e também para nosso instinto de sobrevivência. Lançam um desafio (e minam) à nossa indiferença moral e ao nosso letárgico senso ético, mas revelam, sem deixar qualquer margem de dúvida, que a ideia de buscar a felicidade e uma vida confortável tomando como referência unicamente o próprio indivíduo é um equívoco e uma ilusão; que a

esperança de “chegar lá sozinho” é um erro fatal que vai de encontro aos próprios interesses da pessoa – como ilustra o feito do Barão de Münchausen, de tentar sair do pântano puxando-se pela peruca.

É impossível nos aproximarmos desse objetivo afastando-nos dos infortúnios dos outros. Somente juntos poderemos travar essa luta contra os “males sociais” – ou a perderemos.

· 22 ·

Não digam que não foram avisados!

Quando a crise chega e o novo desastre bate à porta, nem você nem eu temos o direito de pedir desculpas por não termos sido avisados. Somente uma pessoa como Simão o Eremita, que passou a vida encarapitado no alto de uma coluna, bem acima da multidão enlouquecida e fora do alcance da tagarelice (se pudéssemos imaginar façanha semelhante num planeta atravessado por autoestradas de informação; se houvesse seguidores contemporâneos de Simão o Eremita, eles não iam tirar o iPhone do bolso antes de subir à coluna), poderia alegar ignorância. Não nós, que seguramos na palma da mão aparelhos inteligentes capazes de nos proporcionar de imediato todo conhecimento disponível.

Temos plena ciência, por exemplo, de que estamos sentados sobre uma bomba-relógio ecológica (ainda que raramente se vejam sinais desse conhecimento em nossa maneira cotidiana de agir). Estamos fartos de ouvir que nos sentamos sobre uma bomba-relógio demográfica ("há gente demais, especialmente 'eles', quem quer que 'eles' sejam"). Ou uma bomba-relógio consumista ("Por quanto tempo nosso pobre planeta poderá alimentar

esses milhões que batem a nossas portas mendigando à espera de serem admitidos em nossa festa?”). E alguns outros tipos de bomba, cujo número parece aumentar em vez de diminuir. Dessa forma, o leitor não vai se chocar ao ser advertido de que, entre todas essas bombas, há uma cujo tique-taque ressoa de modo tão funesto quanto as que mencionei, embora tenha ainda menos nossa atenção que as outras.

Poucas semanas atrás podíamos ter ouvido essa advertência (mas quantos de nós a ouvimos de fato?): a da *bomba-relógio da desigualdade*, pronta a explodir em futuro não muito distante. Um relatório da ONU sobre desenvolvimento urbano baseado num estudo sobre as 120 maiores cidades do mundo alertou que “altos níveis de desigualdade podem trazer consequências sociais, econômicas e políticas negativas, acarretando um efeito desestabilizador para as sociedades”; eles “geram fraturas sociais e políticas que podem se transformar em intranquilidade social e insegurança”.

As divisões entre ricos e pobres são muitas, profundas e dão fortes demonstrações de que serão duradouras, como a famosa “teoria da capilaridade”, que ajuda os ricos a continuarem ricos e a se tornarem ainda mais ricos, embora seja patente que ela não beneficia os pobres. Até hoje, os efeitos do crescimento econômico acelerado na maioria dos países têm associado de modo inextricável o rápido aumento da riqueza “média” e total com uma rápida multiplicação de privações intoleráveis entre as massas de desempregados e trabalhadores ocasionais e informais.

Embora sejam confortavelmente atenuadas pela distância, essas notícias podem parecer assustadoras para muitos de nós à medida que se aproximam chegadas de terras muito longínquas. Mas, repito, não digam que não foram avisados! Não estamos falando

aqui apenas dos camponeses de ontem, amontoados em vergonhosas conurbações dispersas, desordenadas, carentes de recursos, de políticas de gestão e de serviços públicos da África subsaariana ou da América Latina. As Nações Unidas declararam que Nova York é a nona cidade mais desigual do mundo, enquanto grandes e prósperos centros urbanos dos Estados Unidos, como Atlanta, Nova Orleans, Washington e Miami, têm um nível de desigualdade quase idêntico ao de Nairóbi ou Abidjan. Alguns poucos países, sobretudo Dinamarca, Finlândia, Holanda e Eslovênia, parecem por enquanto escapar da tendência universal.

Na visão de senso comum, a questão é a desigualdade de acesso à educação, a carreiras profissionais e a contatos sociais – e, em decorrência disso, uma desigualdade de posses materiais e de oportunidades de fruição da vida. Mas Göran Therborn nos faz lembrar que este não é o fim da história, nem mesmo de seu capítulo mais notável. Além da desigualdade "material" ou "de recursos", há o que ele denomina de "desigualdade vital"[1] – o fato de a expectativa de vida e a chance de morrer bem antes de alcançar a idade adulta divergirem profundamente segundo as diferentes classes sociais e diferentes países.

De acordo com Therborn, "um inglês aposentado, ex-bancário ou funcionário de companhia de seguros pode contar com sete ou oito anos a mais de vida pós-aposentadoria que um funcionário da Whitbread ou da Tesco".[a] As pessoas classificadas nos níveis inferiores de renda em estatísticas oficiais do governo britânico têm quatro vezes menos chances de atingir a idade de aposentadoria que os situados nos níveis mais altos. A expectativa de vida nas áreas mais pobres de Glasglow (Calton) é 28 anos menor que na área privilegiada da mesma cidade (Lenzie) e também na próspera região de

Kensington ou Chelsea, em Londres. “As hierarquias de status social são literalmente letais”, conclui Therborn.

Há um terceiro caso ou aspecto da desigualdade, acrescenta o sociólogo sueco: A desigualdade “existencial”, que “o afeta como pessoa”, “que limita a liberdade de ação de certas categorias de pessoas” (por exemplo, o impedimento que recaía sobre as mulheres de entrar em espaços públicos na Inglaterra vitoriana e em muitos países hoje; ou o confinamento de londrinos no East End, cem anos atrás, substituído na atualidade pelos *banlieues* franceses, as favelas latino-americanas ou os guetos urbanos dos Estados Unidos). São vítimas da desigualdade existencial as categorias sociais humilhadas, desrespeitadas e inferiorizadas por terem arrancada de si uma parcela fundamental de sua humanidade – como os negros americanos ou os ameríndios (as “nações nativas”, como a hipocrisia do politicamente correto exige chamá-los) nos Estados Unidos; os imigrantes pobres, as “castas inferiores” e os grupos étnicos em vários lugares do mundo.

Recentemente, o governo italiano transformou em lei a desigualdade existencial e sancionou como crime qualquer tentativa de suavizá-la; a lei exige que os cidadãos italianos espionem e denunciem os imigrantes ilegais, ameaçando-os de pena de prisão por ajudar e abrigar esses imigrantes.

Therborn e numerosos observadores têm poucas dúvidas quanto às causas e consequências mórbidas do aumento explosivo da desigualdade humana:

> A transformação do capital financeiro num imenso cassino global criou a presente crise econômica que desempregou centenas de milhares de pessoas e criou a necessidade de se dispor de bilhões de libras do dinheiro dos contribuintes. No sul, a crise mundial

> está gerando mais pobreza, fome e morte. … A ampliação da distância social entre os pobres e os ricos diminui a coesão social, e isso, por sua vez, significa novas questões coletivas, como o crime e a violência, e a redução dos recursos para solucionar todos os nossos problemas comunais, da identidade nacional à mudança climática.

Mas este também não é o fim da história. Inquietações sociais, agitações urbanas, crime, violência, terrorismo, estas são possibilidades ameaçadoras que prenunciam desgraças para nossa segurança e a de nossos filhos. Contudo, são, por assim dizer, sintomas externos, explosões espetaculares e intensamente dramatizadas de males sociais inflamados pelo acréscimo de novas humilhações às já existentes, são acontecimentos que aprofundam as desigualdades. No rastro de seu crescimento, a desigualdade lega à sociedade outro tipo de estrago: a devastação moral, a cegueira ética e a insensibilidade, a habituação à visão do sofrimento humano e ao dano que os homens causam a outros homens todos os dias – a gradual mas implacável, paulatina e subterrânea erosão dos valores que dão sentido à vida, tornam viável a coexistência humana e plausível o prazer de viver. O saudoso Richard Rorty conhecia bem os perigos em questão quando dirigiu aos seus contemporâneos o seguinte apelo:

> Devemos educar nossos filhos para achar intolerável o fato de que nos sentemos às nossas mesas e, com nossos teclados, recebamos dez vezes mais que aqueles que sujam as mãos limpando nossas latrinas; e cem vezes mais que aqueles que fabricam nossos teclados no Terceiro Mundo. Devemos ter certeza de que eles se preocupam porque os países que se

> industrializaram primeiro têm centenas de vezes mais riqueza que os ainda não industrializados. Nossos filhos devem aprender desde cedo a considerar que as desigualdades entre sua fortuna e a de outras crianças não decorrem da vontade de Deus nem constitui um preço necessário a pagar pela eficiência econômica, mas é uma tragédia evitável. Eles devem começar a pensar o mais cedo possível que se pode mudar o mundo para assegurar que ninguém passe fome enquanto outros se fartam.[2]

Já está mais que na hora de parar de dizer que não fomos avisados. Ou de parar de perguntar por quem os sinos dobram cada dia mais fortemente.

---

[a] Whitbread é uma rede de hotéis e restaurantes; Tesco é uma cadeia de supermercados, ambas inglesas. (N.T.)

· 23 ·

O mundo é inóspito à educação? (1)

A "crise da educação" que tanto se discute em nossos dias não é absolutamente nova. A história da educação sempre esteve repleta de períodos cruciais nos quais se tornou evidente que pressupostos e estratégias experimentadas e em aparência confiáveis estavam perdendo contato com a realidade e precisavam ser revistos ou reformados. Parece, no entanto, que a crise atual é diferente das anteriores.

Os desafios do nosso tempo impõem um duro golpe à própria essência da ideia de educação formada ainda nos albores da longa história da civilização. Eles põem em xeque os "invariantes" da ideia pedagógica: suas características constitutivas, que resistiram incólumes a todas as crises do passado, seus pressupostos nunca antes criticados ou examinados, muito menos condenados por terem seguido seu curso e precisarem de substituição.

No mundo líquido moderno, a solidez das coisas, assim como a solidez das relações humanas, vem sendo interpretada como ameaça: qualquer juramento de fidelidade, qualquer compromisso de longo prazo (para

não falar nos compromissos intemporais), prenuncia um futuro sobrecarregado de obrigações que limitam a liberdade de movimento e a capacidade de agarrar no voo as novas e ainda desconhecidas oportunidades que venham a surgir. A perspectiva de assumir pelo resto da vida algo ou uma relação difícil de controlar é pura e simplesmente repugnante e assustadora. Não admira que mesmo as coisas mais desejadas envelheçam depressa, percam seu brilho num piscar de olhos e se transformem, de distintivos de honra, em estigmas de vergonha.

Os editores das revistas de amenidades são craques em sentir o pulso do tempo: informam regularmente os leitores sobre as novas coisas "que você tem de fazer", sobre "o que você deve possuir", e lhes oferecem regularmente conselhos sobre o que é out e, portanto, descartável. O nosso mundo lembra cada vez mais a "cidade invisível" de Leônia, descrita por Ítalo Calvino: "Mais que as coisas que a cada dia são fabricadas, vendidas e compradas, a opulência de Leônia se mede pelas coisas que a cada dia são jogadas fora para dar lugar às novas."[1] A alegria de livrar-se de objetos, de dar-lhes fim, descartá-los e jogar fora é a verdadeira paixão de nosso mundo líquido.

Falar sobre a capacidade de durar por muito tempo não é mais um elogio aos objetos nem aos vínculos humanos. Presume-se que uns e outros sejam úteis apenas por um tempo fixo e depois se desintegrem, sejam rasgados ou jogados fora quando ultrapassam seu tempo de validade – o que ocorrerá mais cedo ou mais tarde. Assim, devemos evitar a posse de bens de longa duração, sobretudo aqueles que nos custam mais descartar. O consumismo de hoje não visa ao acúmulo de coisas, mas à sua fruição instantânea e imediata.

Se assim é, por que razão “o pacote de conhecimentos” obtido durante uma passagem pela escola ou universidade deveria ser excluído dessa regra universal? No turbilhão de mudanças, o conhecimento parece muito mais atraente quando apto ao uso instantâneo e único, aquele tipo de conhecimento oferecido pelos programas de software que entram e saem das prateleiras das lojas cada vez mais depressa.

Por isso a ideia de que a educação possa ser um “produto” destinado à apropriação e conservado para sempre é desanimadora e sem dúvida não beneficia a institucionalização da escola. Para convencer seus filhos sobre a importância do estudo, os pais e mães de antigamente costumavam dizer que “o que vocês aprenderam nunca mais ninguém vai lhes tirar”. Essa promessa podia parecer encorajadora para as crianças de então, mas os jovens de hoje ficariam horrorizados se seus pais ainda usassem esse tipo de argumento. No mundo contemporâneo, os compromissos tendem a ser evitados, a menos que venham acompanhados de uma cláusula de “até segunda ordem”.

Em um número crescente de cidades norte-americanas, as autorizações de construção somente são concedidas com a autorização de demolição, e os generais americanos resistem com veemência (embora em vão) a empenhar seus soldados no campo de batalha sem a adoção prévia de um “plano de saída” convincente.

O segundo desafio aos pressupostos básicos da educação deriva da natureza errática e essencialmente imprevisível das mudanças contemporâneas, o que reforça o primeiro desafio. O conhecimento sempre foi valorizado por sua fiel representação do mundo; mas, e se o mundo se transformar de maneira tal que desafie continuamente a verdade do conhecimento existente até

então e pegue de surpresa mesmo as pessoas “mais bem informadas”?

Werner Jaeger, autor de estudos clássicos sobre as origens remotas dos conceitos de ensino e aprendizagem, acreditava que a ideia de educação (*Bildung*) baseava-se originalmente em duas premissas gêmeas: a existência de uma ordem imutável do mundo subjacente a toda diversidade superficial da experiência humana; a vigência de leis eternas que regem a natureza humana. A primeira justificou a necessidade e os benefícios da transmissão do conhecimento dos professores para os alunos. A segunda incutiu nos professores a autoconfiança necessária para insistir na validade atemporal do modelo que desejavam ver seguido e imitado por seus alunos.

No entanto, o mundo que habitamos parece muito mais uma máquina de esquecer que um ambiente favorável e propício ao estudo. As separações podem ser impermeáveis e impenetráveis, como no labirinto do antigo laboratório dos behavioristas – só que elas se sustentam sobre rodas e se movem constantemente, inutilizando durante os movimentos os caminhos testados e explorados na véspera. Ai daqueles que guardam tudo na memória: as trilhas confiáveis de ontem poderão dar amanhã em becos sem saída ou em areia movediça, e os padrões habituais de comportamento, antes à prova de erros, podem levar ao desastre, e não ao sucesso.

Num mundo assim, o aprendizado necessariamente vai à caça de objetos elusivos. Para piorar as coisas, os objetos começam a evaporar no instante em que são pegos; como as recompensas pela ação correta tendem a se mover para diferentes lugares todos os dias, os reforços tanto induzem ao erro quanto reconfortam: são armadilhas a evitar e temer, pois instilam hábitos e

impulsos que com o tempo se mostrarão inúteis, quando não francamente prejudiciais.

Ralph Waldo Emerson observou que, quando patinamos sobre gelo fino, o que nos salva é a velocidade. Seria bom aconselhar aos que buscam se salvar a se mover bem depressa a fim de evitar o perigo de forçar demais a resistência em determinado ponto. No mundo volátil da modernidade líquida, onde as coisas raramente mantêm sua forma por tempo suficiente para garantir segurança e confiabilidade a longo prazo (além do mais, não se pode dizer quando e se esses valores se cristalizarão, e é pouco provável que o façam), caminhar é melhor que sentar, correr é melhor que caminhar, surfar é melhor que correr. A prática do surfe tira vantagem da rapidez e da vivacidade dos surfistas, ajuda se eles não forem muito exigentes quanto às ondas que se formam e se estiverem sempre dispostos a deixar de lado suas antigas preferências.

Tudo isso vai de encontro ao que a educação e a pedagogia defenderam na maior parte de sua história. Afinal, essas premissas foram criadas para corresponder a um mundo no qual as coisas eram duráveis, na esperança de que perdurassem e na intenção de que durassem ainda mais do que até então. Num mundo desse tipo, a memória era um patrimônio. Quanto mais longe alcançasse e mais tempo permanecesse, mais valiosa se tornava. Hoje esse tipo de memória firmemente entrincheirada parece ter um potencial incapacitante, em muitos casos; em outros, parece induzir a erros; na maioria das vezes inútil.

Não sabemos em que extensão a rápida e espetacular carreira dos servidores e redes eletrônicos pode ser atribuída a problemas de armazenamento, eliminação e reciclagem que os servidores prometiam resolver. O trabalho de memorização resultou mais em

lixo que em produtos usáveis; não há um processo confiável para determinar de antemão quais produtos aparentemente úteis sairão de moda e quais os aparentemente inúteis podem ter um súbito aumento de demanda; assim, a possibilidade de armazenar todas as informações dentro de contêineres à devida distância dos cérebros (onde as informações armazenadas assumiriam o controle do comportamento) parece uma proposta providencial e tentadora.

(*Continua*)

· 24 ·

O mundo é inóspito à educação? (2)

Em nosso mundo volátil, de mudanças instantâneas e erráticas, os objetivos últimos da educação ortodoxa, com hábitos estabelecidos, estruturas cognitivas sólidas e preferências valorativas estáveis, se tornam desvantagens. Pelo menos é assim que foram definidos pelo mercado de conhecimento, no qual – como em todos os mercados de todos os produtos – lealdade, compromissos de longo prazo e vínculos indestrutíveis são anátema, obstáculos a tirar do caminho e como tal tratados. Saímos do labirinto imutável e congelado dos behavioristas, das rotinas uniformes e monótonas elaboradas por Pavlov, para o mercado livre e aberto, onde tudo pode acontecer a qualquer hora e nada pode ser feito em definitivo; onde dar passos bem-sucedidos é uma questão de sorte, e nada garante que o sucesso se repetirá. A questão a lembrar e a considerar em todas as suas consequências é que, em nossa época, o mercado e o *mappa mundi et vitae* se superpõem.

Dany-Robert Dufour escreveu que o capitalismo sonha não apenas em empurrar para os limites do globo terrestre o território em cuja superfície qualquer objeto é

uma mercadoria (pensem nos direitos sobre a água, nos direitos sobre o genoma, sobre as espécies vivas, os bebês e os órgãos humanos); sonha também em expandi-los para baixo, a fim de desencavar e tornar disponível para fins comerciais (lucrativos) o que antes era assunto da vida privada, pertencia à decisão individual (pensem na subjetividade, na sexualidade), de modo a reaproveitá-lo como objeto de compra e venda.

Com isso, todos nós, na maior parte do tempo e quaisquer que sejam nossas preocupações momentâneas, compartilhamos da sorte dos peixes da espécie esgana-gata do laboratório de Konrad Lorenz, expostos a sinais contraditórios e desconcertantes. O estranho comportamento dos machos dessa espécie, inseguros quanto às fronteiras que separam padrões contraditórios de comportamento, logo se converte no procedimento mais comum de machos e fêmeas humanos. As respostas tendem a ser tão confusas quanto os sinais.

O problema é que apenas reformar as estratégias educacionais, por inteligentes e completas que sejam, resolve muito pouco ou quase nada. Nem o ritual reprodutivo dos machos da espécie esgana-gata nem o súbito apelo à estratégia de vida de Don Giovanni (terminar tudo rapidinho e recomeçar do zero) podem ser lançados às costas dos educadores, culpando-os exclusivamente por erros ou negligência. É o mundo de *fora* dos prédios escolares que se tornou muito diferente do tipo de ambiente para o qual as escolas clássicas, descritas por Jaeger, por exemplo, preparavam seus alunos.

Nesse novo mundo, espera-se que os seres humanos busquem soluções privadas para os problemas gerados pela sociedade, e não soluções coletivas para problemas privados. Durante a fase sólida da história moderna,

permitam-me insistir, esperava-se e desejava-se que a estrutura definida ou impingida para as ações humanas imitasse tanto quanto possível o modelo do labirinto dos behavioristas, no qual havia uma diferença nítida e permanente entre itinerários certos e errados, e aqueles que erravam ou abandonavam a trilha correta eram invariavelmente punidos, enquanto os que obedeciam com meticulosidade o roteiro recebiam recompensas.

As fábricas fordistas e o serviço militar obrigatório, os dois braços mais longos do sólido poder pan-óptico da modernidade, eram as mais perfeitas representações da tendência à rígida rotinização de estímulos e respostas. A dominação consistia no direito de estabelecer regras invioláveis, supervisionar sua execução, submeter a vigilância permanente os que deviam segui-las, realinhar os desviantes ou excluí-los no caso de fracasso da tentativa de reformá-los. Esse modelo de dominação exigia um compromisso recíproco e constante por parte de administradores e administrados. Em cada estrutura do pan-óptico havia um Pavlov a determinar a sequência de movimentos e providenciar sua monótona repetição, a despeito de eventuais contrapressões presentes ou futuras.

Como planejadores e supervisores do pan-óptico garantiam a durabilidade das estruturas e a repetição de situações e escolhas, valia a pena decorar as regras e congelá-las em hábitos solidamente definidos, bem arraigados e, por conseguinte, seguidos de maneira inflexível. A modernidade “sólida” aplicou à risca essas estruturas duradouras, universais, rigidamente administradas e supervisionadas.

Na fase “líquida” da modernidade, contudo, a necessidade desse tipo de função gerencial ortodoxa vem diminuindo depressa. A dominação pode ser obtida e assegurada com um dispêndio muito menor de esforço,

tempo e dinheiro, com a iminência de os administradores se desobrigarem do compromisso, e não mais com a vigilância e o controle invasivo.

A ameaça de romper o compromisso desloca o ônus da prova, a geração e manutenção de um arranjo de convivência possível para o outro lado, o do dominado. Agora cabe aos subordinados se comportarem de modo a conquistar as boas graças dos chefes e motivá-los a "comprar-lhes" os serviços e seus "produtos" criados individualmente – assim como os produtores e negociantes de outros bens levam os potenciais consumidores a desejar as mercadorias que vendem. "Seguir a rotina" não basta para alcançar esse objetivo. Como escreveram Luc Boltanski e Eve Chiapello, quem quiser obter sucesso na organização que substituiu o tipo de estrutura de emprego "do labirinto do rato" deve demonstrar facilidade de convivência e comunicabilidade, abertura de espírito e curiosidade – isto é, "vender" a si mesmo, no conjunto de sua personalidade, como um valor único e insubstituível, capaz de aprimorar a qualidade da equipe.[1]

Agora cabe aos atuais e futuros empregados "se automonitorarem", serem seus próprios observadores a fim de assegurar que seu desempenho é convincente e aprovável pelos compradores – e que continuará a merecer a aprovação caso estes mudem de desejos, gostos e preferências. Já não compete aos chefes limar e polir as arestas afiadas ou ásperas da personalidade de seus subordinados, nem ocultar suas idiossincrasias, homogeneizar suas condutas ou encarcerar suas ações numa rígida estrutura de rotinas, transformando-os em mercadorias compráveis.

A receita do sucesso é "seja você mesmo", e não "seja igual ao resto". É a diferença, não a mesmice, que vende melhor. Não é mais suficiente possuir

conhecimentos e habilidades “próprios do cargo” e já demonstrados por outros que executaram o mesmo trabalho antes ou se candidatam a ele no momento. É bem provável que essa atitude seja vista e tratada como desvantagem. É preciso oferecer ideias incomuns, “diferentes das outras”, projetos excepcionais que ninguém mais sugeriu; e, acima de tudo, uma tendência silenciosa e dissimulada a andar com os próprios pés.

É este o tipo de conhecimento (melhor dito, inspiração) ambicionado por homens e mulheres em tempos de modernidade líquida. Eles querem orientadores para lhes mostrar como caminhar, e não professores que lhes façam seguir a única estrada possível – aliás, já cheia de gente, justamente por ser “a única”. Os orientadores que eles querem, e por cujos serviços se dispõem a pagar o que for preciso, devem ajudá-los a escavar as profundezas de seu caráter e personalidade, até o lugar onde se supõe que estejam os ricos depósitos de minérios preciosos a exigir escavação. Os orientadores sem dúvida reprovam a preguiça ou a negligência dos clientes, não a ignorância; eles lhes apresentarão um conhecimento prático do tipo “como fazer”, *savoir être* ou *savoir vivre*, e não o *savoir*, um conhecimento do tipo “saber que”, o mesmo que os educadores ortodoxos desejavam comunicar aos alunos – e o faziam muito bem.

O culto atual da “educação continuada” focaliza em parte a necessidade de atualizar informações profissionais a respeito do “estado da arte”. Todavia, uma parte equivalente e talvez maior dessa popularidade se deve à convicção de que a personalidade é uma mina jamais exaurida; que ainda existem mestres espirituais que sabem como atingir os depósitos inexplorados ou mesmo não descobertos, que outros guias não alcançaram ou lamentavelmente ignoraram – e que, com

algum esforço, é possível encontrar esses mestres. E, claro, com braços e pernas disponíveis em quantidades suficientes para pagar por seus serviços.

(*Continua*)

· 25 ·

O mundo é inóspito à educação? (3)

A marcha triunfal do conhecimento pelo mundo moderno progrediu em duas frentes.

Na primeira, novas partes ou aspectos ainda inexplorados foram invadidos, capturados, examinados e mapeados. O império que os avanços dessa primeira frente ajudaram a construir foi o da informação, cujo propósito era representar o mundo. No momento da representação, a parte representada do mundo “se fez inteligível”: conquistada e reivindicada para os seres humanos.

A segunda frente foi a da educação: progrediu pela expansão do cânone da educação e pelo aumento das capacidades perceptivas e retentivas dos educados.

Nas duas frentes, a “meta final” do avanço – o fim da guerra – foi claramente visualizada desde o início: todos os espaços vazios deviam ser eventualmente preenchidos, cabia criar um *mappa mundi* completo e, enfim, seriam oferecidas aos membros da espécie humana todas as informações necessárias e suficientes para se movimentarem livremente pelo mundo, com a provisão do número de canais de transmissão

educacional necessária. O problema era que quanto mais a guerra progredia e mais crescia a lista de batalhas vencidas, mais para longe parecia recuar a "meta final".

Somos tentados a crer que a guerra continua tão invencível quanto no início, e nas duas frentes. Para começo de conversa, o mapeamento de cada território recém-conquistado parece aumentar – e não diminuir – o tamanho e o número de espaços vazios, de modo que o momento de desenhar o *mappa mundi* completo não é mais iminente. Além disso, o mundo "que nos rodeia", o mundo que esperavam aprisionar e imobilizar num ato de representação, parece hoje escapulir ágil e rapidamente de qualquer forma consagrada; ele é um jogador (um jogador astuto, habilidoso e esperto, com certeza) que participa do jogo da verdade, e não a aposta e o prêmio que os jogadores humanos esperavam ganhar e dividir. Na síntese concisa e vívida de Paul Virilio, o mundo de hoje não tem mais estabilidade alguma; ele se move, vai de um lado para o outro, resvala o tempo todo.

Notícias ainda mais importantes chegam da segunda frente educacional: a distribuição do conhecimento. Para citar Paul Virilio novamente, o desconhecido mudou de posição: do mundo vasto, misterioso e selvagem demais para a galáxia nebulosa da imagem. São raros e esporádicos os exploradores que desejam examinar essa galáxia em sua totalidade, e aqueles capazes de fazê-lo são menos numerosos ainda. Cientistas, artistas e filósofos encontram-se numa espécie de nova aliança para a exploração da galáxia – um tipo de aliança da qual as pessoas comuns fariam melhor se abandonassem completamente a esperança de um dia participar. Essa galáxia especial é pura e simplesmente inassimilável.

Não só o mundo de que trata a informação, mas a própria informação se converteu no principal lugar do

“desconhecido”. É a informação que parece ser vasta, misteriosa e selvagem demais. Ela parece se reatualizar, de uma via livre para o conhecimento do mundo em importante barreira para esse mesmo conhecimento. Para o homem comum de hoje, o gigantesco volume de informações que disputam sua atenção é muito mais confuso, desnorteante e ameaçador que os últimos e poucos “mistérios do Universo”, e só um pequeno grupo de aficionados da ciência ou um punhado ainda menor de candidatos ao Prêmio Nobel se interessam por elas.

Tudo o que é desconhecido parece ameaçador, mas desencadeia reações distintas. Os espaços vazios no mapa do Universo despertam curiosidade, incitam à ação e imprimem determinação, coragem e confiança aos espíritos aventureiros. Prometem uma vida cheia de descobertas interessantes e aventurosas; profetizam um futuro melhor, que se libertará aos poucos das chateações que envenenam a existência.

Mas, no caso da massa de informações impenetráveis e impermeáveis, a situação é diferente: ela está toda ali, disponível e ao alcance da mão, embora se esquive de maneira irritante diante dos esforços mais ousados de penetrá-la, digeri-la e assimilá-la.

A massa de conhecimento acumulado se tornou o epítome da desordem e do caos. Todos os recursos ortodoxos de organização utilizáveis – classificação por relevância temática, atribuição de importância, necessidades que determinam a utilidade e autoridades que determinam o valor – sucumbiram, foram tragados e diluídos no acúmulo de informações, como se atraídos por misterioso buraco negro cósmico. A massa torna todos os conteúdos uniformes e igualmente entediantes. Nessa massa, pode-se dizer que todas as peças de informação fluem com o mesmo peso específico; e, para as pessoas a quem se recusou o direito de reivindicar

uma expertise segundo seu próprio juízo, mas que são agredidas pelo fluxo de expertises contraditórias, não há um meio óbvio, para não dizer infalível, de separar o joio do trigo. Na massa, frações de conhecimento talhadas para o consumo e o uso pessoal só podem ser avaliadas pela quantidade; não há como comparar sua qualidade com a de outras parcelas da massa. Uma informação equivale a outra.

Programas de televisão com testes de conhecimento são um fiel reflexo da nova situação do conhecimento humano: cada resposta certa dá o mesmo número de pontos ao concorrente, não importa o tema da pergunta e seu “peso específico” (aliás, como se poderia medir esse peso, não é mesmo?)

Classificar informações segundo o nível de importância talvez seja a decisão mais difícil a se tomar, aquela que causa maior perplexidade. A regra prática é a relevância momentânea do assunto. Só que essa relevância muda no momento seguinte, e os itens assimilados perdem significação tão logo sejam dominados. Tal como os demais produtos de consumo no mercado, são de uso instantâneo, imediato, do tipo “use e jogue fora”.

Já é hora de concluir.

A educação assumiu muitas formas no passado e se demonstrou capaz de adaptar-se à mudança das circunstâncias, de definir novos objetivos e elaborar novas estratégias. Mas, permitam-me repetir: a mudança atual não é igual às que se verificaram no passado. Em nenhum momento crucial da história da humanidade os educadores enfrentaram desafio comparável ao divisor de águas que hoje nos é apresentado. A verdade é que nós nunca estivemos antes nessa situação. Ainda é preciso aprender a arte de viver num mundo saturado de

informações. E também a arte mais difícil e fascinante de preparar seres humanos para essa vida.

· 26 ·

Fantasmas de Ano-Novo: do que passou e dos que virão

Ano-Novo? O que celebramos na véspera do Ano-Novo, no primeiro dia do ano e, principalmente, naquele momento mágico separando as duas datas, aquela meia-noite diferente de todas as outras do ano que acaba (a memória ainda está fresca) e diferente das que estão por vir (assim esperamos) no ano que chega? Pergunta difícil se você parar para pensar: afinal, aqueles dois dias, 31 de dezembro e 1º de janeiro, são incrivelmente semelhantes, quase indistinguíveis – 24 horas ou 1.440 minutos cada um, separados por uma distância que não é nem um segundo maior que a que desune quaisquer outros dias consecutivos. Tampouco são datas como o solstício de inverno, quando a noite começa o seu recuo anual e os dias prometem ser mais compridos.

O que existe de fato para celebrar nesse dia especial? Nada demais, exceto a sensação de ter cumprido alguma coisa que sentimos necessidade de cumprir, uma impressão que conferimos a esse dia ao acaso, mais que a qualquer outro: a sensação de fechar um capítulo e abrir outro, talvez completamente

diferente do anterior; a sensação de virar a página de velhos problemas e preocupações, coisas que já são parte do passado, consolidadas demais para se mexer nelas agora, melhor enterrá-las ou esquecê-las; e também um sentimento de começar um novo tempo diferente do que passou – um futuro ainda tenro, flexível, dócil e obediente à nossa vontade, um tempo no qual nada ainda se perdeu e tudo ainda está por conquistar. Quem sabe um tempo imune aos problemas que já enfrentamos e às preocupações pelas quais já passamos. Em suma, é o começo de "algo completamente diferente".

No momento mágico que separa o último segundo do "ano velho" e o primeiro do "ano-novo", celebramos a *possibilidade de minimizar perdas* e *começar de novo*, desde o princípio, de uma forma que nos permita deixar para trás, para sempre, o lastro indesejado; a possibilidade de fazer do passado (que não podemos mudar) algo real e verdadeiramente *passado*; e do futuro um tempo que real e verdadeiramente seja *futuro* (no qual tudo é possível).

No Ano-Novo celebramos nossas esperanças. Mais do que as muitas esperanças que nos animam, a "metaesperança", a "mãe de todas as esperanças": que, desta vez pelo menos, ao contrário das provações e atribulações que sofremos, nossas esperanças não sejam frustradas e destruídas, e nossa determinação de realizá-las não esmoreça e definhe como no passado. O Ano-Novo é a festa anual da *ressurreição das esperanças*. Dançamos, cantamos e bebemos para saudar a chegada da esperança renascida, ainda firme e intransigente; um novo tipo de esperança – é o que esperamos – imune ao descrédito e ao menosprezo.

Na Inglaterra, desde pequenas as pessoas são educadas para fazer "promessas de Ano-Novo",

religiosamente, todos os anos. A maioria de nós, na Inglaterra, continua a fazê-las, entra ano, sai ano, a vida inteira, às vezes até os últimos dias de existência. Há promessas de todo tipo, mas a maioria tem a ver com deixar de fazer algo ruim e desagradável e substituí-lo por algo melhor e mais estimulante. Pode ser a resolução de parar de fumar, começar a fazer exercícios; melhorar ou acabar de vez com uma relação pessoal; começar a economizar dinheiro em vez de gastar a rodo; visitar com mais frequência os pais idosos, em vez de encerrar a conversa depressa quando eles telefonam; levar mais a sério a carreira ou estudar e trabalhar com mais afinco, em vez de deixar tudo em banho-maria; mandar pintar o teto da cozinha, ser mais gentil, mais compreensivo e carinhoso com o(a) parceiro(a), os amigos, os filhos. Em geral as promessas de Ano-Novo dizem respeito a *ser uma pessoa melhor*; melhor para os outros e melhor para si mesmo, conquistar (e merecer) mais respeito.

Seria bom e profundamente gratificante se persistíssemos nessas resoluções por tempo suficiente para realizar os desejos/intenções/planos ou promessas que elas implicam, ou para que os aperfeiçoamentos pessoais que nos prometemos durassem além dos primeiros dias de janeiro. Infelizmente, com demasiada frequência, nossas maravilhosas intenções não encontram apoio numa firmeza de vontade.

A repetição do hábito de fazer promessas *anualmente* (em vez de praticar a arte de tomar decisões duras e persistir nelas todos os dias) não ajuda em nada. Se eu não cumprir a promessa que fiz a mim mesmo no Ano-Novo, não faz mal, nem tudo está perdido, a falha pode ser e será apagada: outro Ano-Novo virá, outra chance, outra ocasião de eliminar o erro e começar de novo, e ainda há tempo suficiente até lá para reunir forças, concentrar energias e assegurar o êxito da

próxima tentativa. Um novo começo significa novos desafios, mas as dificuldades podem esperar (ser ignoradas ou adiadas) até que chegue a nova ocasião de confrontá-las diretamente – isto é, o dia de Ano-Novo.

Tranquilizar nossas consciências dessa maneira pode ser uma faca de dois gumes: tetos descascados sem dúvida podem esperar mais um ano para receber nova camada de tinta; os pais certamente perdoarão mais uma vez a nossa falta de atenção; até fumar mais um ano não vai necessariamente nos matar assim de repente. Porém, há coisas que exigem uma ação decidida e não podem esperar muito tempo; certas ações, se adiadas, podem nos colocar em perigo; há tarefas que, se não forem realizadas de imediato, irão se avolumar a ponto de ficar incontroláveis.

Creio que você, leitor, sabe do que estou falando; é impossível *não saber*, à medida que nos aproximamos do final da primeira década de um século no qual o destino da humanidade, hoje estreitamente vinculado à sorte de todas as criaturas vivas (inocentes “vítimas colaterais” de nossa imoderação coletiva, da exorbitante autoconfiança e do subdesenvolvido sentido de responsabilidade), está em jogo. Nós – todos nós, a humanidade inteira –, a cada ano, nos aproximamos depressa da beira de um abismo. Uma catástrofe tão grandiosa e tão pavorosa como o superaquecimento do planeta, que ocorreu cerca de 250 milhões de anos atrás, destruiu 95% das espécies vivas e deixou o futuro das que restaram pendurado por um fio muito fino pelos duzentos anos seguintes.

Essa catástrofe do passado – ao contrário da que agora observamos, sem nada fazer para impedi-la ou pelo menos desacelerar um pouco o processo – foi desencadeada por uma explosão vulcânica que despejou trilhões de toneladas de dióxido de carbono e elevou a

temperatura da Terra em cinco graus; isso levou, por sua vez, ao deslocamento de grandes volumes de metano (gás 25 vezes mais poderoso que o dióxido de carbono), de depósitos instáveis que cobriam o fundo dos oceanos, para a atmosfera, aumentando a temperatura do planeta em mais cinco graus. Foi uma reação em cadeia: uma vez iniciada, e alcançado um ponto crítico, ela não pôde parar.

A questão é que, para o reaparecimento de uma catástrofe dessa ordem nos próximos anos, nós (isto é, se sobrar algum "nós" para dividir a culpa) não poderemos responsabilizar os caprichos da natureza ou as contingências que, apesar de todos os nossos conhecimentos e inventividade, nós, seres humanos, não pudemos evitar. A nova encenação do drama pode muito bem ser fruto de nosso próprio modo desastroso e, afinal, suicida de usar e abusar do planeta que habitamos. E nós (isto é, se sobrar algum "nós" para pedir desculpas) não poderemos nem nos desculpar dizendo que o desfecho "não foi antecipado".

Ninguém pode dizer hoje que não conhece o tipo de futuro que está sendo gerado, nem por que razões. Ou, enfim, o que você e eu, todos nós, *deveríamos* fazer e *temos de* deixar de fazer imediatamente se quisermos ter uma modesta chance de prevenir o desastre. Todo mundo sabe o que nossas resoluções deveriam conter – e todos sabemos que esta é a última hora para tomá-las e sustentá-las em bons e maus momentos. Custe o que custar em termos de conforto, seja qual for o sacrifício exigido para manter firme nossa decisão.

Estes são meus votos de Ano-Novo para vocês, para os meus e os vossos filhos, para os meus e os vossos netos. E para mim mesmo.

· 27 ·

Prever o imprevisível

Certa terça-feira, semanas atrás, eu estava de viagem marcada para Roma a fim de dar uma conferência e procurei me informar sobre as condições climáticas de lá, para saber como me vestir na viagem. Consultei a previsão do tempo na sexta-feira anterior: falavam em chuvas fortes para Roma, com temperatura máxima de quinze graus. Por via das dúvidas, chequei de novo a previsão na segunda-feira. O quadro já tinha mudado bastante: céu claro, sem nuvens e temperatura caindo abaixo de doze graus. Qual foi realmente o tempo em Roma naquela terça-feira, não pude verificar pessoalmente, porque meu voo foi cancelado por uma súbita tempestade de neve que pegou o pessoal do aeroporto completamente desprevenido.

No começo da década de 1960, Edward Lorenz trabalhava num programa que devia permitir a previsão de mudanças climáticas com maior grau de certeza. Para a admiração da unanimidade de seus colegas e inveja de poucos, Lorenz estava cada vez mais perto de construir um modelo de previsão do tempo abrangente e quase à prova de erros incluindo todos os fatores.

Um dia, porém, ao retomar o trabalho no laboratório, ele descobriu, para seu espanto, que uma alteração ligeira numa das muitas variáveis iniciais (um arredondamento de milésimo) fizera com que o mesmíssimo programa gerasse previsão muito diferente. Uma diferença mínima, insignificante e negligenciável numa única variável, de um valor que às vezes enganava os instrumentos mais precisos de medição, e por isso costumava ser ignorada, teve importantes efeitos sobre o resultado de todo o sistema. A mais irrisória diferença podia assumir, com o passar do tempo, proporções gigantescas, inclusive catastróficas. O bater das asas de uma borboleta em Pequim, como disse o próprio Lorenz, podia influenciar a formação e a trajetória dos ciclones no golfo do México, muitos meses mais tarde e a milhares de quilômetros de distância.

A capacidade de minúsculas mudanças produzirem efeitos que se avolumam em taxa exponencial é hoje conhecida como "efeito borboleta". A regra do efeito borboleta diz simplesmente que o comportamento dos sistemas complexos com uma quantidade de variáveis mutuamente independentes, é e continuará a ser, para resumir, *imprevisível*. Não só imprevisível *para nós*, pela nossa ignorância, negligência ou estupidez, mas pela própria natureza dos sistemas.

Como o mundo em que vivemos é um sistema de complexidade além da imaginação, *seu futuro é um grande desconhecido*, e irá continuar fatalmente assim, o que quer que a gente faça. Previsões só podem ser adivinhações, e confiar nelas é assumir um enorme risco. O futuro é imprevisível porque, pura e simplesmente, ele é *indeterminado*. A qualquer momento, há mais de uma rota possível para o curso futuro dos acontecimentos.

E, no entanto, tentar desafiar esse obstáculo indomável e arrancar do futuro uma cópia antecipada de

como será, forçá-lo a revelar-se previamente quando ele ainda é uma mera possibilidade (na verdade, o futuro ainda nem nasceu) – em suma, obter um retrato de algo que ainda está em gestação –, é justamente isso que os homens têm tentado fazer desde o alvor de sua história: séculos antes da meteorologia, seguindo o exemplo da ciência moderna, atacando a séria questão de descobrir as leis que determinam as mudanças da natureza, da história e do destino humano, de modo a predizê-las e nos permitir saber como será o futuro, e sabê-lo *agora*, *antes* que ele vire outro presente.

Aeromancia, alectoromancia, aleuromancia, alfitomancia, antropomancia, antroposcopia, aritmancia, astrodiagnóstico, astrognose, astrologia, astromancia, austromacia, axinomancia – são estes os nomes dos antigos métodos de adivinhação do futuro, e somente os que começam com a letra "a" (são muitas as letras do alfabeto). Todas essas práticas eram usadas por sábios respeitados e contavam com a aceitação de muitas pessoas que admiravam a visível autoconfiança e as evidentes habilidades de oráculos e adivinhos. Hoje, todos esses métodos caíram em descrédito e foram rejeitados ou esquecidos. Resta saber se a meteorologia não vai acabar entrando nessa lista em futuro próximo…

A essa altura, já nos acostumamos às incertezas e aos caprichos dos climas; em geral, ninguém faz tragédia dessas inconveniências quase cotidianas. Mas há outras questões bem mais sérias e preocupantes no arriscado negócio de predizer o futuro; os acontecimentos mais importantes do século passado pegaram nossos pais e avós de surpresa e desprevenidos.

Ninguém previu a espetacular ascensão e difusão de regimes autoritários e ditatoriais, muito menos em sua versão "aperfeiçoada", que é o totalitarismo. Uma dezena de anos depois, a "ciência da sovietologia" –

ramo de estudos acadêmicos que hoje está morto e enterrado, mas que na época desfrutava da segurança de financiamentos generosos – desenvolvia-se em muitos institutos de pesquisa e alardeava contar com uma legião de renomados professores. Nas vésperas da queda do Muro de Berlim, ela ainda se dividia entre: os luminares que prediziam uma "convergência" lenta e gradual entre os sistemas capitalista e socialista, sob a forma do chamado "corporativismo" (conceito hoje esquecido e que não integra mais o vocabulário da pesquisa séria); e os "expertos", prevendo que o conflito entre os dois sistemas iria pegar fogo e provocar uma explosão devastadora (talvez nuclear), no estilo MAD (de *mutual assured destruction*, ou destruição mútua assegurada).

Nenhum encontro respeitável de sovietologia suscitou a questão da *implosão* do sistema soviético sob pressão de sua inanidade – assim como o atual terremoto na economia liderada pelo consumo e operada pelo crédito, seu caráter repentino, a profundidade, difusão e resistência às medidas corretivas em geral aplicadas, não foi antecipado por qualquer congresso mundial de economistas. Em ambos os casos, o número de previsões corretas caiu bem abaixo da proporção de respostas certas esperadas à luz das leis de probabilidade, num grande conjunto de adivinhações. Mesmo agora, que estamos mais informados sobre o fato, buscamos avidamente a "borboleta" fatal cujo bater de asas causou aquele efeito devastador com consequências que ainda desafiam todos os prognósticos!

Vaclav Havel, incansável dissidente, guerreiro da liberdade e, muitas batalhas depois, presidente da República Tcheca, homem que passou a vida na linha de frente da história tentando não só antecipar o futuro mas também assegurar que ela tomasse uma direção

humanitária e generosa, resumiu sua experiência dizendo que, para saber o rumo que o futuro vai tomar, é preciso saber que músicas as pessoas estão cantando; mas, acrescentou Havel, o problema é que não é possível saber que músicas as pessoas vão cantar no ano seguinte, e no outro, e no outro... No sistema complexo chamado "história", o comportamento humano é de longe o mais variável entre todas as variáveis, e o menos previsível dos previsíveis.

Nós, homens, temos em nosso vocabulário uma pequena palavra, "não", que nos permite questionar, negar ou rejeitar "a verdade dos fatos" ou o "estado das coisas" que o mundo em que vivemos apresenta. Em nossa gramática, temos o tempo futuro, que nos permite imaginar e visualizar um estado de coisas diferente do agora existente – uma "verdade" com "fatos" muito diferentes. Equipados dessas armas, somos com certeza subdeterminados, e por isso livres, mas fadados a fazer escolhas, expostos ao perigo constante de escolher errado e condenados à eterna incerteza. Insegurança no presente e incerteza quanto ao futuro são nossos companheiros constantes na jornada de viver.

Não surpreende que sonhemos com uma linha telefônica ou o endereço eletrônico de alguém que antigamente chamavam de profeta, "oráculo" ou "adivinho", e que hoje preferimos chamar de "especialista" – alguém que paire nas alturas das quais, na ausência de anjos, só os pássaros veem este mundo; e seja capaz de nos dizer de antemão o que ele ou ela vê na próxima virada do futuro inacessível aos nossos olhos sempre fixos no chão.

Mas eu gostaria de repetir: a verdade é que nenhum pássaro pode sondar o futuro porque o futuro, enquanto for o futuro, não existe. Por isso, nada há que os olhos mais penetrantes e mais bem situados possam ver. O

“futuro” não passa de uma forma abreviada de dizer “tudo pode acontecer, mas não é possível saber ou fazer nada com certeza”. Ironicamente, porém, somos nós, que temos o hábito arraigado de escolher, que fazemos o futuro acontecer. É da natureza humana perguntar que forma terá o futuro, enquanto formulamos questões (e não apenas críveis, mas incertas, imaginárias) impossíveis de dar conta da civilidade da nossa liberdade de escolha.

O grande italiano Antonio Gramsci afirmou que o único modo de “predizer” o futuro era juntar forças e reunir esforços para fazer com que os acontecimentos futuros se conformem aos nossos desejos e para nos manter longe de cenários indesejáveis. Nada garante que esses esforços irão trazer os resultados que desejamos. A *guerra* contra a incerteza jamais será completamente vencida. Mas esta é a única estratégia que nos dá alguma chance de ganhar *batalhas*. Não é a solução perfeita, mas é a única possível. É pegar ou largar.

· 28 ·

Calcular o incalculável

O risco, disse Ulrich Beck, sociólogo alemão pioneiro dos estudos contemporâneos sobre esse tema e ainda hoje um dos seus mais eficazes teóricos, “amalgamou o conhecimento com o não saber dentro do horizonte semântico da probabilidade”.[1] “A historia da ciência”, escreveu Beck, “data do nascimento do cálculo da probabilidade – desenvolvido na correspondência entre Pierre Fermat e Blaise Pascal –, a primeira tentativa de pôr sob controle o imprevisível em 1651.” Desde então, por meio da categoria “risco”, acrescentou, “o pressuposto arrogante da possibilidade de controle” pôde intensificar sua influência.

Da nossa perspectiva, situada na sequência claramente liquefeita da etapa compulsivamente liquescente, embora obcecada pela solidez, do começo da modernidade (nos beneficiamos, portanto, do olhar retrospectivo), podemos dizer que a categoria “risco” foi uma tentativa de conciliar dois pilares da consciência moderna: a consciência da contingência e da aleatoriedade do mundo, por um lado, e a autoconfiança do tipo “nós podemos” (Beck prefere chamá-la de

“arrogância”), por outro. Para ser mais exato, a categoria “risco” foi uma tentativa de salvar o segundo pilar da insistente e ubíqua, embora temida e incômoda, companhia do primeiro.

A categoria “risco” (e o consequente projeto de “calcular os riscos”) prometia que, mesmo que o mundo da natureza e os acréscimos e modificações feitos pelo homem ficassem aquém da regularidade incondicional, e portanto do ideal de genuinidade completa e previsibilidade confiável, o fato de reunir e armazenar conhecimento flexibiliza seu aspecto prático e tecnológico; além disso, poderia levar a humanidade para bem perto da condição de certeza, ou pelo menos da alta probabilidade de fazer prognósticos corretos – e, assim, “ter o controle”. A categoria “risco” não prometeu a segurança infalível contra perigos, mas *a capacidade de calcular a probabilidade do perigo e sua possível dimensão*; indiretamente, portanto, comprometeu-se com a possibilidade de calcular e aplicar a melhor distribuição dos recursos para assegurar uma eficiência máxima e o sucesso das atividades pretendidas.

Mesmo que não o faça de modo explícito, a semântica do “risco” precisava assumir de maneira axiomática “o segundo melhor” dos Universos, um ambiente “estruturado” (estruturante: manipulação, desvio ou distorção, e, por extensão, diferenciação de uma distribuição aleatória de probabilidades), ou, em outras palavras, essencialmente regulado por leis – um Universo predeterminado, senão pela *ocorrência* de eventos, ao menos pelas probabilidades de sua ocorrência, que pode ser examinado, conhecido e avaliado.

Por mais que o “cálculo de risco” se aproxime de uma certeza exata e infalível, e diante da perspectiva de predeterminar o futuro, a distância pode parecer

pequena e insignificante em comparação com o abismo que separa o "horizonte semântico da probabilidade" (e da facticidade do cálculo de risco) do território resgatado àquela inquietante e ameaçadora premonição de irreparável incerteza que assombra nossa consciência moderna.

John Gray assinalou, uma dezena de anos atrás, que "os governos de Estados soberanos não sabem de antemão como os mercados vão reagir. … Os governos nacionais da década de 1990 fazem voo cego". Gray não acha que o futuro nos traga uma situação muito diferente; como no passado, espera-se uma "sucessão de contingências, catástrofes e lapsos ocasionais de paz e civilização".[2] Tudo isso, permitam-me acrescentar, imprevisível e incalculável de antemão, quase sempre irá pegar de surpresa, despreparados e desprevenidos tanto as vítimas quanto os beneficiários.

É cada vez mais provável que a descoberta e o anúncio da centralidade do "horizonte de risco" no pensamento moderno partilhem o eterno hábito da coruja de Minerva, que só abre suas asas ao entardecer, logo antes do cair da noite; ou a tendência mais comum de passar objetos da situação de "ocultos sob a luz" (submersos na obscura condição de *zuhanden*, óbvios demais para serem notados; ou, para usar a descrição de José Saramago, em *Memorial do convento*, de 1982, objetos que são "tão comuns e demandam tão pouco que tendem a ser despercebidos") para a estonteante visibilidade de *vorhandem*, dos "problemas" a serem "enfrentados" e "resolvidos" agora, antes do fracasso, quebrando sua "naturalidade" ou frustrando as expectativas (em geral, tácitas) de seus habituais usuários.

Em outras palavras, as coisas "irrompem na consciência" e se tornam conhecidas graças a seu

desaparecimento ou a uma mudança chocante e sem precedentes. A verdade é que só nos tornamos conscientes dos papéis assustadores das categorias “risco”, “cálculo de risco” e “assumir riscos” na história moderna no momento em que o conceito de “risco” perdeu grande parte de sua utilidade; ele só pode ser usado (como Jacques Derrida indica) *sous rature*, isto é, “sob rasura”, e se tornou (para usar o vocabulário de Beck) um “conceito zumbi”, em outras palavras, quando chegou a hora de substituir o conceito de *Risikogesellschft* (sociedade de risco) pelo de *Unsicherheitglobalschaft* (incerteza global).

Os perigos que hoje nos afligem são muito diferentes daqueles que a categoria “risco” lutava para captar e trazer à luz, porque são *inominados* até que nos atinjam, *imprevisíveis* e *incalculáveis*. O cenário onde nascem esses perigos, a partir de onde eles vêm à tona, não é mais o da *Gesellschaft*, da sociedade; a não ser que o conceito de *Gesellschaft*, contrariando suas conotações ortodoxas, se estenda não à população de um Estado-nação territorial, mas à *população de todo o planeta*, à humanidade como um todo.

O poder que interessa (isto é, o poder que a palavra final, ou pelo menos a importância principal para o conjunto de opções abertas às escolhas dos agentes) vem crescendo em volume e já se tornou mundial; todavia, a política permanece uma questão local tanto quanto antes. Por isso, o poder agora mais relevante está além do alcance das instituições políticas, enquanto vem se restringindo o quadro de manobras existente para a política.

O “estado das coisas” no planeta é agora sacudido por alianças *ad hoc* ou assembleias de poderes em discórdia, fora do controle político, em razão da crescente impotência das instituições políticas atuais.

Estas são obrigadas a limitar de modo severo suas ambições e a “alienar” ou “terceirizar” para agências não políticas um número cada vez maior de funções tradicionalmente confiadas à administração de governos nacionais. A emancipação da esfera política (em seu sentido ortodoxo, institucionalizado) é autopropulsora, pois a perda de relevância de sucessivos setores da política nacional repercute na erosão do interesse dos cidadãos pela política institucionalizada e numa tendência geral a substituí-la pelo empenho em fazer experiências com uma política incipiente, rudimentar, quase de “livre flutuação”, mediada pela eletrônica; um tipo de política que se destaca pela rapidez e agilidade, mas também por ser *ad hoc*, imediatista, limitada a questões isoladas, frágil e resistente; ou talvez seja melhor dizer imune à institucionalização (atributos mutuamente dependentes e reforçadores).

Como a incerteza do mundo contemporâneo enraíza-se no mundo global, a tarefa de restabelecer o equilíbrio perdido entre poder e política só pode ser realizada no plano mundial e apenas por um processo de legiferação globalizado (que, infelizmente, ainda não existe), apoiado por instituições executivas e jurídicas. Esse problema traduz-se na exigência de complementar a globalização até aqui totalmente “negativa” (isto é, a globalização de forças intrinsecamente hostis à política institucionalizada, como capital, financiamento, comércio de produtos primários, informação, criminalidade, tráfico de drogas, de armas etc.) com uma globalização “positiva” (da representação política, do direito e da jurisdição, por exemplo) que ainda não começou de verdade.

Contudo, em nítido contraste com o tipo ideal de risco, os perigos que se avolumam no espaço vazio entre a vastidão da interdependência humana e a estreiteza dos instrumentos humanos de autogoverno não são

previsíveis nem calculáveis. Por isso mesmo também não são administráveis. Governá-los é uma tarefa grandiosa; lidar com essa tarefa propiciará à história do nosso século a maior parte do seu ímpeto e de seu conteúdo.

· 29 ·

As trajetórias tortuosas da fobia

A fobia (um sentimento intenso de medo) é uma condição semelhante ao horror e ao pavor, só que inclui uma sensibilidade aumentada, uma aversão ou alergia concentrada em sensações específicas: determinados tipos de imagens, sons, cheiros, sabores e, indiretamente, certos tipos de pessoas, animais, substâncias ou situações que julgamos responsáveis pela produção dessas impressões sensoriais desagradáveis, desconcertantes, iníquas e repulsivas.

Suspeitamos que entrar em contato com essas causas de fobia, portadoras dos efeitos temidos e/ou das entidades ou substâncias culpadas por perpetrá-las, poderia ter consequências mórbidas – ou é justamente isso que tememos; portanto, tentamos a todo custo não chegar perto delas, não ter contato visual, auditivo, olfativo e principalmente tátil com esses fatores. As fobias nos persuadem a manter distância e a erguer muros impenetráveis, tecer densos emaranhados de arame farpado ou cavar fossos intransponíveis, tudo que previna o vazamento, gotejamento ou infiltração de

coisas que machucam ou causam mal-estar em qualquer lugar próximo de onde vivemos.

Resumindo: desenvolvemos uma fobia quando sentimos medo, dirigimos nossos pânicos para coisas específicas que consideramos responsáveis pela aflição e tomamos medidas defensivas para mantê-las à distância. Isso é claro. Mas não é muito claro se essas coisas podem realmente nos provocar os danos que tememos. Menos clara ainda é a conexão causal entre elas e as dores que sofremos. Nossas queixas talvez sejam injustificadas, porque as verdadeiras causas talvez estejam em outro lugar. Manter longe os supostos fatores ofensivos não ajudará muito a aplacar e muito menos a eliminar nossa impressão de ameaça. De modo paradoxal, as ações que praticamos para nos salvar da tortura do medo podem ser a fonte mais eficaz e permanente de temores.

A probabilidade de que isso ocorra aumenta em paralelo à vagueza e ao caráter evanescente de nossas ansiedades atuais. Tudo na vida da gente pode parecer ir muito bem: bastante dinheiro no banco, o chefe deu um sorriso amistoso ao elogiar meu último projeto; o sócio declara e demonstra afeto e dedicação, gosta de me abraçar, e eu retribuo; meus filhos têm boas notas – por que me preocupar? Por que os dias parecem tristes, e não alegres? De onde vem essa sensação de desconforto? Por que não consigo dormir tranquilamente a noite inteira e acordo cheio de sinistras premonições? Por que não consigo ir em frente e manter o sorriso?

Pensando bem, esses “porquês” não são tão incompreensíveis assim. A conta bancária continuará no azul enquanto eu mantiver esse emprego, mas todo dia abro o jornal e leio sobre novos cortes de pessoal e novos desempregados. Não consigo me sentir seguro porque não sei quanto tempo essa situação bem-aventurada vai

durar, não posso ter certeza de que amanhã ainda terei um emprego. Meu chefe derramou-se em elogios ao meu último projeto, mas quanto dura a recordação de um sucesso, quanto posso usufruir essa glória? Será que ainda irão se lembrar do meu projeto quando chegar a próxima rodada de fusões, reengenharias, terceirizações e contratações externas, como decerto acontecerá? Meu sócio e eu parecemos satisfeitos com nossa parceria, mas, e se ele for o primeiro a decidir que a sociedade já se esgotou, que chegou a hora de partir para outra? As crianças têm passado ao largo de problemas até agora, mas quanto tempo vai demorar até que se metam em más companhias, cedam aos traficantes de drogas ou não consigam evitar os ardis dos molestadores de crianças? Tudo isso já seria bem tenebroso se estivesse no fim da lista de preocupações. Mas o rol está longe de chegar ao fim. Aliás, haverá um fim para essa lista?

Roberto Toscano, diplomata italiano e perspicaz analista do cenário mundial contemporâneo, afirma que "há poucas dúvidas sobre a gravidade da crise atual, que se caracteriza por uma combinação letal entre descenso econômico, instabilidade política generalizada, questionamentos acerca da vitalidade dos sistemas democráticos, terrorismo e radicalização das identidades comunitárias, que muitas vezes se tornam violentas, terríveis ameaças à sobrevivência do planeta". E depois aquele outro fator, talvez tão poderoso quanto os outros – um fator que o sociólogo italiano Ilvo Diamanti há pouco observou: "O medo que os italianos sentem tem pouco a ver com a realidade. Esse medo é acionado pelos programas de televisão." Na verdade, quando o nível de criminalidade na Itália estava caindo, antes das últimas eleições, os canais de TV de propriedade e administração da família Berlusconi passaram a reforçar diariamente o pavor de criminosos que rondavam a cada

esquina e até debaixo da cama. Isso aconteceu na Itália. Mas não só na Itália…

Faltam muitas coisas neste nosso mundo, mas as razões críveis para que esperemos a chegada de problemas não estão entre essas coisas. É perfeitamente natural que, numa ou outra extensão, a gente sofra de *fobofobia* (termo cunhado recentemente por Harmon Leon), ou fobia das fobias, medo do medo. É o medo de sentir medo que nos assombra, nós que somos cidadãos desse mundo moderno líquido sempre em mudança, confuso, desordenado e cheio de brumas, imprevisível, em que abundam armadilhas e ciladas.

O medo de estar com medo, e com razões absolutamente válidas para tal – aterrorizados por uma ameaça ainda obscura, imprecisa e difícil de localizar, mas que certamente revelará toda sua face de Górgona, seu semblante horrendo, sua força terrível e satânica quando sair das sombras em que agora se esconde –, esta é a fobia mais comum e mais angustiante do nosso século. O cerne dessa fobia é a perspectiva de estarmos abandonados e sozinhos no momento da desgraça. A medida preventiva mais ansiada e geral contra a possibilidade dessa ocorrência é a tentativa de buscar refúgio na companhia de outros potenciais sofredores da mesma fobia: dar as mãos e não soltá-las, *ficar em contato, manter contato e jamais deixar de entrar em contato* – esforço em que a maioria de nós investe mais zelo e energia, durante a maior parte do tempo, que em qualquer outra de nossas incontáveis atividades rotineiras.

Vocês se lembram do filme *A bruxa de Blair*, de 1999, que anunciava o advento do século do “mantenha contato ou morra”? O horror que abateu, paralisou e afinal acabou devorando os três jovens heróis daquela história assustadora reduzia-se – pelo que os

espectadores puderam ver – às baterias dos celulares descarregadas e ao fato de eles terem se desviado para uma região fora do alcance de cobertura da rede. É fácil imaginar o tipo de horror de uma situação dessas porque, vez ou outra, a maioria de nós já sentiu seu gosto amargo, pungente, mesmo que, graças a Deus, em versão diluída e atenuada. Por exemplo, quando deixamos o celular em casa, esquecemos de recarregar a bateria, perdemos o aparelho ou ele nos é roubado (tem gente que confessa que sair sem celular é como estar caminhando na rua despido e indefeso, duplamente humilhado, pela vergonha mortal e incapacidade de fazer qualquer coisa a respeito).

O que há em jogo não é tanto *estar em contato*, mas ter a certeza permanente de que podemos *entrar em contato* depressa sempre que necessário ou sempre que se deseje. É comum você resistir a interromper uma conversa face a face com um amigo para atender seu celular quando ele toca, de maneira brutal e invasora, ou quando vibra para chamar sua atenção? Não é verdade que o comprimento da lista de endereços do seu Facebook disponíveis para mensagens de voz ou de texto lhe parece mais satisfatória do que falar com seus donos e ouvi-los ao vivo? E a qualidade mais admirada e sedutora da última sensação, o Twitter, não é a oportunidade de sua presença ser notada por uma quantidade imensa de pessoas, em números que excedem sua capacidade ou disposição de travar uma conversa significativa?

Exclusão, expulsão, ser deixado sozinho, descobrir-se abandonado, jogado fora ou ser de alguma forma banido, ficar para trás ou ir longe demais, ter recusado seu pedido de admissão, fazerem com que você se sinta ignorado ou não convidado, deixarem-no esperando horas sem ser recebido – são estes os pesadelos mais

comuns neste nosso mundo, bem conhecidos por sua produção em massa de excedentes e redundâncias.

· 30 ·

Interregnum

Em algum momento, no final dos anos 1920 e começo dos 1930, Antonio Gramsci registrou num dos muitos cadernos que escreveu durante seu longo encarceramento na prisão de Tudi di Bari a seguinte anotação: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno, aparece uma grande variedade de sintomas mórbidos.”[1]

A palavra “interregno” foi originalmente usada para designar um hiato de tempo que separa a morte de um rei e a entronização do seu sucessor; nessas ocasiões, as gerações passadas podiam ter a experiência (que costumavam esperar) de uma ruptura na tediosa continuidade do governo, da lei e da ordem social. O direito romano apôs um carimbo especial nesse entendimento da palavra (e o seu referendo), fazendo acompanhar o *interregnum* da proclamação de *justitium* (como nos lembrou Giorgio Agamben em livro de 2003, *Lo stato di eccezione*), período de transição durante o qual as leis editadas pelo imperador morto são

suspensas (temporariamente), à espera da legislação a ser proclamada pelo novo soberano.

Gramsci ampliou o conceito de *interregnum*, dando-lhe novo significado e fazendo-o abarcar uma área mais geral da ordem política, social e jurídica. Ao mesmo tempo, ele aprofundou as realidades socioculturais que o estruturam. Ou antes (lembrando a memorável definição de Lênin de "situação revolucionária" como condição na qual os governantes já não têm mais poder, enquanto o Estado não mais deseja ser governado por eles), Gramsci libertou a ideia de "interregno" de sua habitual associação com um interlúdio na transmissão rotineira do poder eleito ou hereditário. Em vez disso, atrelou o conceito a situações *extraodinárias*: épocas em que a estrutura jurídica de uma ordem social perde sua aderência e não pode continuar a fazer florescer a ordem social; enquanto isso, uma estrutura sob medida para as novas condições responsáveis por tornar inútil o velho quadro jurídico ainda é elaborada, não foi completamente montada ou construída de maneira forte o bastante para ser aplicada e estabelecida.

Seguindo a recente sugestão de Keith Tester,[2] pode-se dizer que a atual situação do planeta traz muitas marcas de outro interregno. Como propôs Gramsci, "o velho está morrendo". A antiga ordem fundada na estreita associação, no entrelaçamento ou combinação (ou na virtual unidade) de território, Estado e nação, e no poder amarrado em aparência para sempre, à política do Estado-nação territorial como seu único organismo operacional – a ordem recentemente encarada e utilizada como princípio da distribuição planetária da soberania e sua imperturbável fundação – está à morte.

A soberania não se vê mais colada a qualquer elemento da tríade território-Estado-nação, nem a uma coordenação e união entre eles; no máximo, ela se

vincula de maneira frouxa e parcial a tais elementos, sendo essas partes muito reduzidas em tamanho, conteúdo e importância. A soberania não é completa em lugar algum, e é contestada e esvaziada, aberta ou sub-repticiamente, em toda parte, tendo de enfrentar sempre novos pretendentes e competidores. O casamento que se supunha inquebrantável entre poder e política (uma vez estabelecido em bases sólidas na construção dos Estados nacionais) está chegando ao fim por separação, com um prognóstico de divórcio.

A soberania hoje é subdefinida e contenciosa, porosa e pouco defensável, desancorada e flutuante. Os critérios de sua atribuição tendem a ser vigorosamente contestados, e a sequência costumeira do princípio de alocação de soberania e sua aplicação é muitas vezes invertido (isto é, o princípio tende a ser enunciado depois de tomada uma decisão atributiva, ou inferido a partir de uma situação já dada). Os Estados-nação dividem essa situação com a companhia conflituosa, pugnaz e agressiva de entidades quase soberanas, aspirantes ou pretendentes à soberania, sempre combativas e competitivas – entidades que conseguem escapar da aplicação do princípio até agora vinculante do *cuius regio, eius potestas, lex et religio* (aquele que governa tem o poder, faz as leis e escolhe a religião), as quais não raro o ignoram explicitamente ou solapam e prejudicam seus objetivos.

O crescente número de competidores à soberania já superou senão individualmente, pelo menos pela combinação de vários deles, a potência de um Estado nacional médio (de acordo com John Gray, as empresas financeiras, industriais e comerciais multinacionais são hoje responsáveis por um terço da produção mundial e dois terços do comércio internacional).[3] A soberania – o direito de proclamar as leis, de suspendê-las e

estabelecer exceções à sua aplicação segundo sua vontade e o poder de impor e efetivar essas decisões – é, para qualquer território dado e para qualquer aspecto da vida, fragmentado, disperso e disseminado numa multiplicidade de centros. Por essa razão, ela é questionável e passível de contestação.

As multinacionais podem facilmente jogar uma agência estatal contra a outra, evitando assim a interferência ou o envolvimento delas e escapando à supervisão de qualquer uma. Nenhum órgão decisório é capaz de proclamar plena soberania (isto é, soberania ilimitada, indivisível e não compartilhada) e menos ainda de reivindicá-la de modo efetivo e verossímil.

Nos nossos dias, o planeta como um todo parece se encontrar em estado de interregno. Os organismos políticos subsistentes e herdados do período anterior à globalização são inadequados para lidar com as novas realidades da interdependência planetária; é evidente a ausência de instrumentos políticos poderosos o suficiente para corresponder às novas forças que crescem, embora elas sejam reconhecida e manifestamente não políticas. As forças que escapam de modo sistemático ao controle de instituições políticas estabelecidas e reconhecíveis como globais (capital produtivo e financeiro, mercados de commodities e de informação, máfias criminosas, tráfico de drogas, terrorismo e comércio de armas) são todas do mesmo tipo: por mais que variem em outros aspectos, elas ignoram ou transgridem de forma decidida, ladina e astuta – sem deparar com obstáculos eficazes, impermeáveis e intransponíveis – as restrições territoriais, as fronteiras rigorosamente vigiadas entre Estados e os códigos locais.

De onde poderão se originar os novos princípios de co-habitação humana a serem observados de modo universal (e essa palavra, pela primeira vez na história,

tem de ser sinônimo de *global*), princípios que poderão marcar o fim do *interregnum*?

Onde poderemos buscar agentes capazes de elaborá-los e lhes dar execução? Essas dúvidas provavelmente constituem alguns dos muitos desafios que nosso século terá de enfrentar sem evasivas, dedicando a ele a maior parte de suas energias criativas e habilidades pragmáticas, para buscar uma resposta adequada. Este é o que se poderia chamar de um “metadesafio”, porque, sem confrontá-lo, nenhum outro problema, grande ou pequeno, poderá ser enfrentado. Sejam quais forem os incontáveis perigos, riscos e crises a considerar, iminentes ou já manifestos, a busca de uma solução invariavelmente se desvia em direção a uma verdade que não podemos ignorar, sob pena de um perigo indivisível, comum, que diz respeito a todos nós: a verdade de que, para problemas globais, só pode haver (se houver) soluções globais.

· 31 ·

De onde virá a força sobre-humana, e para quê?

Nosso eterno estado de incerteza instila um anseio profundo e generalizado por uma *força*, qualquer tipo de força em que possamos confiar e que seja capaz de nos tranquilizar sobre as causas dessa profunda, vaga e difusa consciência ou suspeita de insegurança que atormenta as pessoas comuns, dia e noite, neste mundo líquido moderno. O desejo é que, conhecendo essas causas, a força possa nos ensinar a combatê-las, reduzir-lhes o poder e neutralizá-las de maneira eficaz; ou, melhor ainda, que essa força seja por si mesma poderosa para realizar as tarefas que as pessoas normais, penalizadas com a inadequação de seus conhecimentos, habilidades e recursos, só podem sonhar em fazer por conta própria.

Em suma, há um anseio intenso por uma força confiável e segura à qual se possa recorrer para investigar o invisível e confrontar diretamente o que é obscuro e se oculta de forma traiçoeira – uma força capaz de chamar a si o difícil desafio e derrotar um adversário quase invencível; e que faça tudo isso

imediata e integralmente. Para estar à altura dessas expectativas, a força tão sonhada e desejada, em certo sentido, deve ser “sobre-humana”, isto é, deve estar livre das fraquezas humanas comuns e irrecuperáveis, ser engenhosa o suficiente para combater, punir severamente e sufocar toda resistência às suas próprias decisões e projetos.

Essa força poderia ser, como tantas vezes na história antiga, um “deus vivo”. Em nossa época, é mais provável que se trate de alguém que, sem apelar para o status divino, declare lhe ter sido revelados uma conspiração clandestina e um ataque iminente de forças do mal que estão muito além do alcance e da compreensão dos simples mortais; alguém que se diga ungido ou predestinado para a missão de governar e guiar as futuras vítimas no caminho da salvação.

Ela pode ser uma pessoa que proclame merecer a confiança de todos, em virtude de algo semelhante a uma missão dos céus, dona de uma linha direta com o Todo-Poderoso (como, por exemplo, ter acesso a documentos sigilosos fora do alcance dos demais), e se diga possuidora de um caráter à prova de máculas e de uma inata aversão a mentir. Mas também pode se tratar de um organismo coletivo, uma igreja ou um partido que acene com uma procuração universal assinada por Deus e pela história. Seja qual for o tipo de força dotada de poderes sobre-humanos, ela deve se dizer capaz de salvar os perplexos da perplexidade e os impotentes da impotência; de anular as fraquezas humanas sofridas individual ou separadamente por graça da onipotência do eleito de Deus ou da história, e coletivamente, pela nação, classe ou raça de tementes a Deus e de obedientes à história.

Deus ou a história… Duas forças consideradas e assumidas como sobre-humanas associadas numa tarefa

sobre-humana. Quer estejam aliadas ou em posições opostas, organizações políticas e religiosas aspiram ao controle da capitalização dos mesmos recursos (a saber, o medo humano da ignorância e da impotência). Como acontece no mercado de produtos com marcas alternativas, as duas forças cooperam para aumentar a demanda de suas mercadorias ou competem entre si pelas boas graças da mesma faixa de consumidores, alegando satisfazer-lhes as necessidades, mas oferecer serviços melhores que os concorrentes.

Agitar abertamente a bandeira da natureza coercitiva da pretensa subjugação (como fizeram os governantes ou conquistadores de épocas passadas) não é uma opção razoável nem plausível na luta pela conquista dos espíritos entre a multiplicidade de ideias vendidas no mercado. Por isso, o apoio que os *conquistadores* contemporâneos buscam na submissão, credulidade, timidez ou covardia dos consumidores que desejam conquistar e "converter" para seus produtos ou marcas tende a ser laboriosamente encoberto.

Além da reduzida viabilidade e da crescente complexidade pragmática do exercício puro e simples da força coercitiva, há outra razão para desistir de usar a coerção e recorrer a argumentos e justificações: a capacidade que as ameaças explícitas têm de amedrontar tende a se cansar e a esgotar-se muita depressa. Populações largadas em condições de servidão e humilhante inferioridade (por obra de invasores estrangeiros, governantes autoritários locais ou interesses comerciais) cedo ou tarde recuperam seus brios e decidem opor resistência aos usurpadores, por mais opressivos que sejam o poder e a superioridade destes, passando a declarar abertamente sua discordância e recusando-se a colaborar. Essas populações sempre encontram meios de infernizar de tal

forma a vida dos conquistadores que um recuo imediato lhes parece incomparavelmente mais interessante que continuar se agarrando ao território invadido, mas não ocupado.

Conquistadores e tiranos nativos preferem se apresentar como benfeitores a confessar suas reais intenções; propagar que trazem presentes (a liberdade, a perspectiva de abundância, os tesouros da vida civilizada) em vez de dizer que estão atrás dos despojos de guerra e de tributos extorsivos. Em geral, as organizações políticas e religiosas buscam implantar e cultivar o que Roberto Toscano e Ramin Jahanbegloo – inspirando-se num ensaio escrito por Étienne de la Boétie cerca de meio milênio atrás – chamaram de “servidão voluntária”.[1] La Boétie desconfiava que, além do medo do castigo, o fenômeno da rendição em massa de parcela substancial de sua liberdade por parte das populações escravizadas devia ser explicado por uma compulsão inata a preferir a ordem, *qualquer ordem* (até uma ordem que limite severamente a liberdade), a uma liberdade fadada a substituir a contingência e a incerteza, essas gêmeas malditas do mundo moderno, pelo tipo de conforto e paz espiritual que somente a rotina assistida pela força pode oferecer (ainda que seja uma rotina opressiva e limitadora).

Como as organizações que buscam poder político ou religioso atuam no mesmo território, têm em vista a mesma clientela e prometem atender a necessidades semelhantes, não surpreende que tendam a intercambiar técnicas e estratégias, e a adotar, com pequenos ajustes, métodos e argumentos uns dos outros. Os fundamentalismos religiosos recorrem pesadamente ao inventário de problemas sociais que se julga pertencer ao domínio e à propriedade da política; os fundamentalismos políticos (ostensivamente seculares)

em geral se valem da linguagem religiosa sobre o combate decisivo do bem contra o mal e usam a tendência monoteísta para detectar, anatematizar e exterminar qualquer sintoma, por minúsculo, inócuo e marginal que seja, de heresia ou heterodoxia, inclusive a atitude morna ou indiferente em relação à (una e única) doutrina verdadeira.

Hoje fala-se muito de “politização da religião”, mas pouca atenção se dá à tendência paralela de “religionarização da política”, demonstrada amplamente e sem pejo pelo último governo dos Estados Unidos, comuníssima no vocabulário político do nosso tempo sob forma um pouco mais atenuada, embora menos explicativa e sincera. Conflitos de interesses que recorrem à negociação e à conciliação (o pão de cada dia da política) são apresentados como um confronto decisivo entre o bem e o mal, uma ação que inviabiliza qualquer acordo negociado. As duas tendências parecem irmãs siamesas inseparáveis; além disso, cada uma tende a projetar na outra seus antigos demônios internos.

O saudoso filósofo Leszek Kolakowski interpretava o fenômeno religioso como manifestação e demonstração da insuficiência do ser humano. O sentimento de grupo cria problemas que não se pode compreender, não se pode enfrentar ou as duas coisas. Diante desses problemas, a lógica humana fica ameaçada de patinar ou soçobrar. Sem conseguir distorcer as irracionalidades que localizou no mundo para adequá-las ao rigoroso marco da razão humana, a lógica as elimina da esfera dos assuntos humanos e as transfere para regiões reconhecidamente inacessíveis do pensamento e da ação (sabendo-se que a definição de Deus é incomparável à capacidade de pensar e à inteligência do homem, e que o conceito de divino compõe-se de atributos que os

próprios homens anseiam possuir, mas não têm esperança alguma de alcançar).

Aliás, é por esse motivo que Kolakowski está no caminho certo quando frisa que os teólogos eruditos causaram mais mal do que bem à religião, e continuam a fazê-lo toda vez que se voltam para trás em busca da “prova lógica” da existência de Deus. Os homens contam com estudiosos e conselheiros autorizados para servir à lógica e louvá-la. Precisam de Deus para seus milagres, não para seguir as leis da lógica; para exercer sua capacidade de realizar o anormal, o fora do comum, o inconcebível, não para lançar mão de sua habilidade de preservar e reforçar a rotina, o inevitável, o predeterminado (para Ele, é romper com essas coisas ou ignorá-las, façanha com que os homens sonham, mas acham impossível realizar); apela-se para sua inescrutabilidade e incompreensibilidade, não para sua transparência ou previsibilidade; para sua capacidade de virar do avesso o rumo dos acontecimentos; para sua capacidade de desdenhar a ordem ostensivamente refratária e indomável das coisas, em vez de submeter-se com servilismo a ela, como os homens são pressionados a fazer e como a maioria deles, na maior parte do tempo, faz com resignação. Em suma: os seres humanos precisam de um deus onisciente e onipotente (ou seus autoproclamados representantes terrenos) a quem prestar contas para domar e domesticar todas essas forças terríveis, aparentemente cegas, surdas e mudas que não podem ser alcançadas pela compreensão e pela capacidade de agir dos homens.

O futuro dos dois pretendentes contemporâneos à condição de forças sobre-humanas – a religião politizada e a política religionarizada – é entrelaçado ao futuro da incerteza humana, com o futuro de um estado continuamente exacerbado pela realidade da

modernidade líquida em suas duas representações: de incerteza *coletiva* (relativa à segurança e à capacidade das espécies humanas como um todo, lançadas em e dependentes de um mundo natural que elas são incapazes de domesticar); e de incerteza *individual* (relativa à segurança das pessoas, sua posição social, sua identidade, num hábitat que, isolada, separada e coletivamente, elas são incapazes de domesticar). Nosso desamparo e a consequente solidão no Universo, a ausência de um tribunal de apelação dotado de poderes aos quais recorrer em caso de calamidades difíceis de lidar, são assustadores demais para a maioria dos homens. Nessa perspectiva, parece que Deus morrerá com a humanidade – e não um segundo antes dela.

· 32 ·

Homens, é hora de voltar para casa?

Ninguém sabe ao certo quantas demissões a atual crise financeira vai causar. No mundo inteiro, a economia está andando para trás; os dados estatísticos da atividade econômica e da produção de riquezas demonstram uma queda rápida ou a iminência da queda e o número de pessoas que recorrem ao seguro-desemprego só faz crescer num ritmo que a atual geração jamais presenciou.

As últimas estatísticas sobre os Estados Unidos (segundo o jornal *New York Times* de 7 de novembro de 2009) mostram que um quinto dos norte-americanos procurava emprego em vão ou desistira da busca depois de um ano de fracasso. (Os índices de desemprego alcançam 17,5% nesse momento e continuam a crescer. David Leonhardt avalia que "são os mais altos índices há décadas", provavelmente mais elevados que os da Grande Depressão dos anos 1930: "Quase dezesseis milhões de pessoas estão desempregadas e mais de sete milhões de empregos foram perdidos desde 2007".) As taxas de desemprego continuam a subir em todo o planeta.

É pouco, muito pouco o que os governos centrais podem fazer para segurar a onda, porque a dependência global e o entrelaçamento das economias os impede de chegar às raízes distantes dos problemas locais. A crise do crédito propagou-se com a rapidez de raio para os países mais remotos, revelando a densidade da interdependência da economia mundial. A súbita escassez de crédito nos Estados Unidos fez com que muitos americanos reduzissem drasticamente seu consumo (por um tempo, pelo menos); isto se refletiu no corte acentuado das importações americanas; a China, país que vem desenvolvendo rapidamente sua produção industrial e tem expandido em ritmo acelerado a exportação de bens de consumo, perdeu seu maior mercado; por conseguinte, os entrepostos chineses estão atulhados de mercadorias não vendidas, inúmeras empresas estão quebrando ou são obrigadas a suspender a produção; essas empresas se veem obrigadas a adiar seus projetos de expansão por tempo indeterminado. Até há pouco tempo, o crescimento da China absorvia grande parte do investimento tecnológico feito sobretudo pelo Japão e a Alemanha, de modo que esses dois gigantes industriais também estão em situação difícil, porque a demanda por seus serviços e produtos tende a diminuir.

Em termos gerais, as fileiras dos “demitidos” só fazem crescer em todo o mundo, fato que diminui ainda mais o consumo global; isso, por sua vez, acelera o aumento do número de desempregados, e por aí vai. É um círculo vicioso, uma cadeia retroalimentada de causas e efeitos que ninguém sabe como deter ou mesmo desacelerar. Medidas tomadas por vários governos no mundo inteiro têm produzido até agora resultados medíocres ou não mostraram efeito algum no que diz respeito ao emprego. De uma coisa podemos ter certeza: no futuro próximo (quem sabe por quanto

tempo?) haverá menos empregos disponíveis e mais pessoas correndo atrás deles.

Essas observações deprimentes já deixaram de ser novidade. Mas só agora estamos começando a refletir a respeito das prováveis consequências das novas condições econômicas, ainda não de todo exploradas, sobre importantes aspectos de nossa vida cotidiana, como, por exemplo, a forma e a divisão de tarefas no interior da família. Só podemos especular acerca da gravidade e extensão dessas possíveis consequências – como poderão mudar nossos relacionamentos e padrões de interação cotidianos, ou nossa maneira de pensar sobre isso e as formas que desejaríamos que essas mudanças assumissem?

Vejamos um exemplo. Há muitos indícios de que a perda de empregos em grande escala poderia atingir sobretudo os setores da economia (em especial as indústrias "pesadas") que tradicionalmente, até um tempo atrás, empregavam mais homens. Setores conhecidos por empregarem mão de obra feminina (como serviços e comércio) podem ser menos afetados pela depressão. Se isso de fato acontecer, a posição de marido e pai como principal provedor da família deverá receber um novo e sério golpe, e a habitual divisão do trabalho, assim como todo o padrão de vida típico das famílias, poderia ser devolvido ao "olho do furacão".

É verdade que, por vários motivos, tanto por necessidade quanto por escolha, trabalhar fora de casa e ter um emprego remunerado já deixou de ser uma prática exclusiva ou predominantemente masculina. Em grande número de famílias, marido e mulher trabalham fora do domicílio familiar. Mas, na maioria dos casos, a remuneração do marido compunha, até pouco tempo atrás, a maior parcela do orçamento familiar.

Apesar dos espetaculares avanços na libertação das mulheres, a situação de ficar em casa e cuidar dos afazeres domésticos enquanto o cônjuge vai trabalhar fora é um cenário menos atrativo e mais difícil de suportar para os maridos que para as esposas. Na eventualidade de haver uma colisão entre as duas carreiras e for impossível conciliá-las, a prioridade sempre foi dada (por consentimento mútuo, embora nem sempre de coração e mais raro ainda com alegria) às exigências do trabalho do marido. Com a chegada de novos membros na família, o impulso "natural" sempre foi para que a mãe deixasse o emprego e dedicasse todo seu tempo e energia ao cuidado dos filhos.

É possível que essa "lógica da família", aceita de maneira tácita, venha a entrar em conflito com a nova "lógica da economia" e depare com enormes desafios e pressões no sentido de ser repensada, renegociada e modernizada. A questão do direito das mulheres a uma carreira profissional, a uma renda pessoal e, em geral, ao acesso à esfera pública, com presença importante e influente, senão plenamente equitativa, que já parecia resolvida de uma vez por todas, pode vir a ressurgir com nova aparência e outra vez se tornar alvo de intenso e árduo debate.

Mesmo antes de tomarmos consciência de que a depressão econômica era uma realidade, alguns poucos sinais indicavam que o processo já havia começado. Nos Estados Unidos, há um inflamado debate em torno do livro de Megan Basham, *Beside Every Successful Man: A Woman's Guide to Having It All*, no qual a autora argumenta que ajudar o marido a subir na carreira é mais produtivo para o casal e para toda a família que a situação em que marido e mulher seguem suas carreiras individuais, e cada um contribui com uma parcela do orçamento comum. Em termos puramente financeiros, as

estatísticas parecem apoiar as conclusões de Megan Basham: homens cujas esposas ficam em casa ganham em média 31% a mais que os solteiros; mas, quando marido e mulher têm empregos de tempo integral, a vantagem cai para meros 3,4%.

A esses números, Megan Basham acrescenta sua experiência pessoal. Ela ajudou o marido a firmar-se num cargo na televisão, não só lhe oferecendo apoio moral, participando e absorvendo parte das tensões e frustrações geradas pela carreira dele, mas atuando na prática, trabalhando como redatora e sua empresária (de graça, claro). Ela se orgulha de sua contribuição e acha que a renda expressiva que o marido traz para casa é fruto do trabalho de ambos. Ela não ficou *atrás* do marido, mas, como sugere o título do livro, trabalhou *ao lado* dele (e não é a única, afinal, foi Michelle Obama quem apresentou Barack Obama ao círculo político de Chicago).

É assim que Megan Basham se sente. Mas nem todos os seus leitores entendem os sentimentos dela. Centenas de críticas, às vezes virulentas, acusaram-na de enganar a si própria, de desvirtuar a solidariedade feminina, de interromper a caminhada das mulheres rumo à verdadeira emancipação, e inclusive de tentar persuadi-las a recuar de uma guerra que ainda está longe de chegar ao fim. As críticas encaram o que Megan Basham interpreta como “estar ao lado” do homem como “ser lançada à sombra” dele, um exemplo de discriminação, negação da dignidade da pessoa – uma humilhação.

De um lado, críticas. De outro, aliados inesperados, talvez indesejados, de todo modo importunos. Pouco depois de Megan Basham publicar seu livro, a direita religiosa americana tornou público seu “Manifesto das mulheres de verdade”, que ressaltava o fato de que mulheres e homens foram criados para servir a Deus de

modo complementar e de maneiras diferentes. Dizia que o lugar das mulheres é no lar, assim como caberia aos homens o papel de força de trabalho; a confusão desses papéis, insiste o manifesto, leva à destruição da ordem das coisas como Deus as instituiu, uma ordem que não deve ser tratada de modo superficial e deve permanecer intacta para todo o sempre.

O debate está longe de acabar. Pelo contrário, vem ganhando força. Só que hoje um novo participante está prestes a chegar: o crescimento desigual do desemprego depois da depressão econômica. E o recém-chegado pode reclamar ou ganhar sem pedir o voto decisivo, a última palavra, pelo menos na rodada atual da polêmica. Preparem-se.

· 33 ·

Como escapar da crise?

Outro leitor de *La Repubblica*, David Bernardi, perguntou o que podemos fazer para escapar da situação alarmante em que nos encontramos depois da crise do crédito e como evitar suas consequências possivelmente catastróficas. Em outras palavras, ele perguntou como cada um de nós pode e deve se comportar e viver – e quais as possibilidades de que outras pessoas sigam o bom exemplo.

Estas são perguntas que nos fazemos todos os dias; afinal, não foi só o sistema bancário e a bolsa de valores que sofreram duros e sucessivos golpes – nossa confiança nas estratégias de vida, nos modos de agir, nos padrões de sucesso e no ideal de felicidade que, dia após dia, nos últimos anos, nos disseram que valia a pena seguir também foi abalado e perdeu parte considerável de sua autoridade e poder de atração. Nossos ídolos, versões líquido-modernas do bezerro de ouro bíblico, derreteram ao mesmo tempo que a confiança na economia! Como observou Mark Furlong, da La Trove University, Michigan: “Acabou, foi tudo ralo abaixo. … À vista de todo mundo, ‘os melhores e mais

brilhantes', os 'caras mais inteligentes da turma' fizeram tudo espetacularmente errado."[1]

Pensando em retrospecto, os anos anteriores à crise do crédito parecem ter sido tempos tranquilos e alegres do tipo "aproveite agora, pague depois"; uma época em que nós agíamos com a certeza de que haveria riqueza suficiente e até maior no dia seguinte, anulando qualquer preocupação com o crescimento das dívidas de hoje, desde que fizéssemos o que se exigia para aderir aos "caras mais inteligentes da turma" e seguir seu exemplo. Naqueles dias que ficaram para trás, o exercício de subir montanhas cada vez mais altas e ter acesso a paisagens cada vez mais arrebatadoras, eclipsar as grandiosas montanhas de ontem com o perfil das colinas de hoje e aplainar as colinas de ontem na gentil ondulação das planícies de hoje parecia durar para sempre. Como declarou a milhões de internautas um jovem e brilhante corretor de fundos de hedge, hoje falido: "Ninguém jamais perdeu de verdade – a viagem já estava difícil há muito tempo. De repente, pum!!"

O fato é que agora o tempo da orgia acabou. Chegaram os dias (meses, talvez anos) de fazer contas, de calcular. Dias de ressaca e de recobrar a sobriedade. Por sorte, dias também de reflexão, de repensar coisas que pareciam estabelecidas há muito tempo e para sempre; dias de voltar à prancheta; dias ameaçadores e promissores, de maus presságios e bons augúrios (dependendo de sua preferência!) acerca dos longos dias de *decroissance* (decrescimento), como os chama Serge Latouche (leiam o livro dele, *Farewell to Growth*).[2]

Latouche fala em apertar os cintos, de voltar aos anos anteriores à orgia. Menciona tempos nos quais (como nos faz lembrar David Bernardi) havia menos cosméticos e detergentes, menos automóveis nas estradas; em compensação, havia menos lixo e

desperdício, menos refugos e disparidades, mas muita energia e silêncio. Até é possível, sugere Bernardi, que haja dias de ar menos poluído, com menos edifícios e mais áreas verdes… Pode ser, quem sabe? Quem pode garantir que isso acontecerá? Haverá um caminho de volta ao passado (caminhos para percorrer na vida real, e não para contemplar com saudosismo nos filmes de Hollywood)? Ou será que os homens se parecem com sua época muito mais do que com seus pais, como diz a sabedoria árabe?

Deixando de lado o arriscado jogo de fazer prognósticos e adivinhações, a questão prática é se saberemos nos virar em qualquer paisagem que venha substituir a orgia. Como poderemos viver, entra dia, sai dia, num mundo meio esquecido pelos mais velhos e totalmente estranho e desconhecido para os jovens?

Alguns dos analistas mais perspicazes a formular respostas para esses desafios, como Lisa Appignanesi, preveem um aumento acelerado da frequência e propagação dos problemas mentais. A autora afirma que, no plano mundial, "a 'depressão' em breve estará no segundo lugar entre as doenças graves, perdendo apenas para doenças cardíacas; no mundo desenvolvido, estará em primeiro lugar".

Que depressão? A reação à perda de ilusões e à evaporação de belos sonhos, um sentimento de que o mundo ao redor "está indo para o brejo" e nos levando junto. A verdade é que não podemos fazer grande coisa para resistir ao fracasso ou mudar sua direção. Glenn Albrecht, da University of Newcastle, pesquisou tempos atrás os efeitos psicossociais que o fechamento das atividades de mineração teve sobre as comunidades mineiras adjacentes, descrevendo a "perda de bem-estar que se segue à consciência de que o ambiente onde se vive está sofrendo uma grave deterioração".[3] O

terremoto que afetou o crédito e sacudiu as torres financeiras que ficaram de pé após o ataque terrorista ao World Trade Center talvez venha a ter efeitos similares, e não só para os que trabalham nelas.

Outra possível reação à crise econômica atual é o que Mark Furlong denominou de “militarização do eu”. É o que vão fazer, sem dúvida, os produtores e comerciantes interessados em capitalizar a catástrofe transformando-a em lucro acionário, como de hábito. A indústria farmacêutica já está em plena atividade, tentando invadir, conquistar e colonizar a nova “terra virgem” da depressão pós-crise a fim de vender sua “nova geração” de *smart drugs*, começando por semear, cultivar e fazer crescer as novas ilusões que tendem a propulsionar a demanda. Já estamos ouvindo falar de drogas fantásticas que prometem “melhorar tudo”, memória, humor, potência sexual e a energia de quem as ingere com regularidade, proporcionando assim total controle sobre a construção do próprio ego e sua preponderância sobre o ego de outros. É possível mesmo que o mundo esteja indo ladeira abaixo, por isso, deixem que eu me salve do tranco com a ajuda de inovações farmacêuticas.

Contudo, há outra possibilidade. Existe a opção de tentar chegar às raízes do problema atual e (como sugeriu Furlong) “fazer o contrário do que estamos acostumados: inverter o padrão e organizar nosso pensamento não mais a partir daquele em que o ‘indivíduo’ está no centro, mas segundo uma ordem alternativa centrada em práticas éticas e estéticas que privilegiem a relação e o contexto”.

Trata-se, sem dúvida, de uma possibilidade remota (inverossímil ou pretensiosa, diriam alguns), que exige um período prolongado, tortuoso e muitas vezes doloroso de autocrítica e reajuste. Nascemos e crescemos numa

sociedade completamente “individualizada”, na qual a autonomia, a autossuficiência e o egocentrismo do indivíduo eram axiomas que não exigiam provas (nem as admitiam), e que dava pouco espaço, se é que dava, à discussão. Só que mudar nossa visão de mundo e assumir uma compreensão adequada do lugar e do papel que temos na sociedade não é fácil nem se faz de um dia para o outro. No entanto, essa mudança parece ser imperativa, na verdade, inevitável.

Ao contrário do que falam sobre as espetaculares “medidas de emergência” generosamente oferecidas pelos governos aos administradores de bancos (sempre tendo em vista os telespectadores), não há curas instantâneas para doenças prolongadas e crônicas. Há poucas chances de se sarar a doença sem a cooperação voluntária e dedicada, muitas vezes árdua e envolvendo sacrifício espontâneo do paciente. Todos nós somos pacientes no que diz respeito à doença sociocultural que nos afeta. Portanto, há necessidade de cooperação de todos e de cada um.

Creio que o “decrescimento” mencionado por Serge Latouche, por mais racional que seja e por mais aconselhável que pareça, está longe de ser um fato predeterminado. É apenas um dos cenários possíveis. Se ele vai ou não entrar no palco da história, isso dependerá do que nós, seus atores e em última análise seus dramaturgos involuntários, viermos a fazer.

· 34 ·

Essa depressão tem fim?

A depressão econômica já acabou? Se não, em quanto tempo acabará? Perguntas desse tipo são feitas todos os dias por homens e mulheres, idosos e jovens, em países ricos e em países pobres. Eles esperam obter respostas verdadeiras, mas em vão. O que não falta, sem dúvida, são respostas de economistas (se eles não sabem, quem saberá?), de políticos do governo ou da oposição e de toda sorte de outros profetas oficiais ou autonomeados. O problema é que eles dizem qualquer coisa entre jubilosos anúncios do fim da depressão, ou pelo menos de seus últimos sopros, e sombrias advertências de que ninguém ainda enxergou o fim do túnel.

No jornal *The Guardian* de 9 de setembro de 2009, encontramos a informação de que "economistas declaram o fim da recessão", matéria ilustrada pela opinião, entre outras, de Karen Ward (economista inglesa do banco HSBC): "As coisas que estavam nos levando à retração vão nos trazer de volta – haverá de novo um gasto positivo por parte dos consumidores." Devemos nos alegrar ou nos desesperar com a notícia? A "retração" não foi causada justamente pelo "gasto

positivo por parte do consumidor” e a consequente mudança de mãos de muito dinheiro (grande parcela do qual ainda não ganho)? “Trazer de volta” não significa pressagiar futuras “retrações”, ou pior, a ameaça de que elas reapareçam? O colapso da economia não ocorreu no auge do “gasto positivo” e de um crescimento sem precedentes do PNB, reconhecido universalmente (ou quase) como a taxa de prosperidade econômica e o atributo de uma “economia saudável”?

Alex Berenson afirmou, num artigo no *The New York Times* de 12 de setembro de 2009, com o sugestivo título de “A year after a cataclysm, little change on Wall St”: “Wall Street continua a viver. Um ano depois do colapso do Lehman Brothers, a surpresa não é quanto mudou no setor financeiro, mas quão pouco mudou.”

Enquanto a memória do choque (que alguns observadores, com pressa um tanto exagerada, chamaram de “amargo despertar”) permanecer fresca, nós sabemos que a probabilidade de as previsões se realizarem não é maior que a probabilidade de elas serem refutadas; e que a linha que separa confiança e credulidade é tênue; além disso, não há como saber de antemão por onde tal linha deve passar.

Não surpreende que sejamos cautelosos. Temos todo direito de sê-lo. Os jornais continuavam a repetir até pouco tempo atrás, e o *New York Times* era o mais insistente de todos, que “os consumidores estão relutantes em gastar”. Isso era visto como uma notícia péssima, assustadora – sobretudo para nós que temos o privilégio de viver em países de riqueza abundante, privilégio pelo qual somos agora obrigados a pagar. Quanto mais alto o coqueiro maior é o tombo.

Nos Estados Unidos, por exemplo, antes do colapso do crédito, os gastos em consumo representavam 70% de toda a atividade econômica do país (relembro que a

atividade econômica é medida pela quantidade de dinheiro que muda de mãos); como 70% do dinheiro costumava sair das mãos dos consumidores para as mãos dos vendedores de bens de consumo, até uma fração relativamente diminuta e quase desprezível de compradores que resolvam não gastar seu dinheiro (seja o já ganho, seja o que esperavam ganhar) se refletirá de imediato nas estatísticas sobre o "estado da economia", provocando novo ataque de pânico que certamente fará parecer mais suave o ataque anterior.

O que os vendedores mais lamentam é que a maioria dos consumidores perca o hábito de "comprar por impulso". Teóricos e praticantes do marketing costumavam confiar nesse hábito arraigado. Um após outro, os shoppings, que antes eram considerados templos do pensamento, do saber e dos potenciais consumidores oniscientes, foram redesenhados para seduzir compradores "acidentais", "compradores por impulso": pessoas que iam comprar um bule ou uma lâmpada, por exemplo; mas que – deslumbradas, inebriadas e desarmadas pela enorme quantidade de cores, sons e fragrâncias embriagantes –, propensas à euforia e ao êxtase, passíveis de subitamente entrar em estado de entorpecimento e transe diante da visão de algo que jamais viram e de que nunca precisaram, eram incapazes de resistir à urgência de possuir esses objetos.

Pat Bennett, vendedor da cadeia de lojas Macy's, há pouco tempo se queixou (como inúmeros outros encarregados da sedução dos consumidores) de que as pessoas hoje tendem "a chegar dizendo, 'preciso de um par de cuecas', pegam o que querem e vão embora. Você não os ouve dizer, 'ah, eu adorei o corte dessa camisa, vou levá-la agora'".

Substituir o antigo hábito arraigado nos fregueses de comprar a fim de satisfazer uma necessidade ou aplacar

um desejo longamente plantado e acarinhado pelo hábito de comprar por impulso, por compulsão, na euforia do momento, foi na verdade o grande feito e o motor da expansão da economia baseada no consumismo. O desaparecimento desse hábito seria um desastre absoluto para tal tipo de economia. Comprar por necessidade tem limites naturais; comprar motivado por desejos requer longo, enfadonho e custoso aprimoramento, treino e prática dos desejos; mas comprar num rompante ou num capricho não exige grande investimento para fomentar o comércio, nem demorados e complicados aperfeiçoamentos nem preparação, porque o céu é o limite – o céu é o limite de uma economia consumista que se baseia nessa tendência dos fregueses.

Ao menos é isso que parecia, pois vivíamos num mundo de faz de conta, onde não havia limite para o crédito pessoal nem para sua renovação, no qual os índices da bolsa de valores eram em geral inflados, e os preços das casas sujeitos a irreversível e incessante inflação. Era o que parecia, pois nos sentíamos mais ricos do que indicavam nossos rendimentos reais, e estávamos crentes de que esse maravilhoso sentimento ia durar para sempre. Desde que pudéssemos continuar a fazer empréstimos hipotecários jogados para um futuro ainda desconhecido – mas que prometia manter “mais da mesma felicidade”; desde que pudéssemos adiar o momento de fazer as contas; desde que pudéssemos sustentar com alegria a estratégia do “aproveite agora, pague depois”, sem muitas preocupações posteriores, e evitar a hora da verdade, a hora de encarar e calcular com seriedade os riscos embutidos nessa estratégia impulsiva. O dia daquele “pague depois” chegou: é agora.

A chegada desse dia foi um choque para todos nós; sabe-se que os choques tendem a provocar traumas, e os traumas tendem a durar muito mais que suas causas imediatas. No entanto, a profundidade e a longevidade dos traumas não são iguais para todo mundo. A maioria de nós hesita em repetir hoje o comportamento impulsivo de ontem: gastar um dinheiro que não ganhamos e ficarmos reféns de um destino que não podemos controlar nem somos capazes de prever. Quanto à resposta sobre quanto tempo ainda vão durar as indesejáveis limitações impostas por um destino adverso à nossa festa (não será melhor chamar de orgia?) consumista, as opiniões se dividem.

Na Inglaterra, por exemplo, os londrinos são três vezes mais propensos que os habitantes da área industrial de Midlands a crer que “a economia está se recuperando” e vai melhorar no ano que vem. A diferença não surpreende se considerarmos que leva tempo para que a recessão transborde dos bancos da City de Londres para o interior das fábricas de Midlands; e deve levar tempo semelhante, senão maior, para expulsá-la da casa dos operários desempregados, mas muito menos para bani-la dos lares dos beneficiários de dividendos pagos pelos bancos, generosamente subsidiados pelo Estado, e dos lucros das empresas que prestam serviços aos ricos. Esta não é uma peculiaridade britânica. O *New York Times* de 7 de setembro de 2009, por exemplo, informou sobre a existência de

> milhões de vítimas ocultas da Grande Recessão, não contabilizadas na taxa [oficial de desemprego] porque pararam de procurar trabalho. Mas isso não significa que esses americanos desalentados não queiram trabalhar. Como demonstram entrevistas feitas com vários deles, muitos anseiam

desesperadamente por um emprego; mas a dificuldade de encontrá-lo fez com que eles se tornassem a mais completa encarnação do pessimismo.

Outra distância evidente separa as percepções das gerações mais velhas das mais jovens. Entre as pessoas acima de 65 anos, uma em cada quatro confia na melhora da economia no próximo ano; entre as pessoas com pelo menos trinta anos menos que estas, só uma em vinte concorda com os idosos. Novamente o resultado não surpreende. Idosos com mais de 65 anos estão quase fora do mercado de trabalho, enquanto os que estão dentro de um mercado repleto de sombrias premonições ainda esperam que a bomba caia sobre suas cabeças depois da nova onda de falências, tentativas de enxugamento e demissões em massa.

Os que se encontram numa faixa etária ainda mais jovem encaram um futuro marcado por atos de humilhação e situações de privação causadas pela exclusão social e pela vergonhosa falta de trabalho; pelas provações materiais do desemprego a longo prazo, as extensas filas do seguro-desemprego e das agências de emprego; pelas esperanças vãs numa virada rápida da sorte que os traga de volta às fileiras dos empregados. Ante a frustração das recentes expectativas, quem pode jurar, após uma virada favorável (por improvável que seja), que a roda da fortuna interrompeu seu girar desenfreado?

Na edição de 5 de setembro de 2009, o *New York Times* declarou que “a perda de 216 mil empregos em agosto, que elevou a taxa de desemprego nos Estados Unidos para 9,7%, indicou que as empresas não estão contratando vigorosamente, apesar dos sinais de recuperação”. Os dedos chamuscados das empresas

pressagiam o destroçar dos meios de vida de seus empregados.

Os mais jovens entre os jovens, além disso, enfrentam pela primeira vez as agruras do mercado de trabalho. Nada em sua juventude relativamente desanuviada, passada num país de crescente (um pouco mais rápida, um pouco mais lenta, mas aparentemente infinita) prosperidade, ensinou-lhes a esperar que os mercados fossem tão hostis e traiçoeiros quanto hoje. Seus amigos com apenas dois ou três anos a mais que eles lembram que o mercado ainda era amistoso, abarrotado de boas oportunidades de trabalho que eles podiam escolher a gosto; não o mercado que têm de encarar hoje, avarento nas ofertas e generoso nas recusas, um mercado que dita seus termos como bem quer, avaro nas bênçãos e pródigo nas crueldades, notório pela equanimidade diante das tragédias humanas e pela destruição perpetrada por seus caprichos sobre as vidas humanas.

Este artigo devia se chamar “Informe sobre a vida ocupacional”, na mesma linha dos balanços de vantagens e desvantagens que a maioria de nós tenta fazer nesses dias. Mas as cartas ainda estão sendo embaralhadas. Só Deus sabe se as cartas que temos nas mãos irão se revelar fortes ou fracas na próxima jogada. Nada sabemos sobre as surpresas que nos esperam, sobre uma virada imprevista da sorte. Bom seria se pudéssemos extrair dessas experiências uma lição que se estenda além da próxima incursão ao shopping. Uma lição que vá mais fundo, que alcance os modos de evitar que esse tipo de experiência volte a assombrar a nós e a nossos filhos.

· 35 ·

Quem disse que temos de viver seguindo as regras?

Essa pergunta está formatada em corpo grande e negrito no alto da página www.locationindependent.com Logo abaixo da pergunta sugere-se uma resposta:

> Você já cansou de ter de viver seguindo as regras? As regras que dizem que você tem de trabalhar duro, ganhar muito dinheiro para comprar uma casa com uma hipoteca gigantesca. E depois trabalhar ainda mais duro para pagar a hipoteca até se aposentar com um pequeno pé-de-meia … e finalmente começar a gozar a vida? Isso não nos parece uma boa ideia – se não lhe parece boa também, você está no lugar certo.

Depois de ler essas palavras, não pude deixar de me lembrar de uma velha anedota muito popular na época do colonialismo europeu: ao passear despreocupadamente pela savana, um inglês vestido com os indispensáveis paramentos de um colonialista,

trazendo na cabeça o obrigatório capacete tropical, depara com um nativo roncando docemente à sombra de uma árvore. O inglês é tomado de grande indignação, moderada apenas pelo senso da missão iluminista que o trouxera aos trópicos. Ele acorda o dorminhoco e grita: “Por que você está perdendo tempo, seu vagabundo, imprestável, preguiçoso?” “Que mais eu posso fazer, senhor?”, responde o nativo recém-desperto, obviamente espantado. “É dia, você deve ir para o trabalho!”, exclama o inglês. “Para quê?”, indaga o nativo ainda mais estupefato. “Para ganhar dinheiro!” “Para quê? – e o assombro do nativo chega ao auge. “Para descansar, relaxar, desfrutar o ócio!” “Mas é isso justamente que estou fazendo agora!” Aí é o nativo que parece ofendido e indignado.

Será que completamos o ciclo, estamos no fim de um longo desvio e voltamos ao ponto de partida? Lea e Jonathan Woodward, organizadores do site “location-independent”, casal muito culto e altamente qualificado de profissionais europeus, não estariam reconhecendo de modo explícito e direto – em vez de tergiversar e usar de rodeios – uma compreensão inata, intuitiva e pré-moderna, que os apóstolos e praticantes pioneiros da modernidade desprezavam, ridicularizavam e se esforçavam por erradicar, exigindo que as pessoas trabalhassem arduamente a vida inteira só para, no fim da interminável labuta, “começarem a gozar a vida?” Para eles, assim como para o nativo da anedota, é uma verdade cristalina que colocar o trabalho antes do lazer e adiar uma satisfação instantânea – a norma sacrossanta que o colonialista da anedota e seus contemporâneos obedeciam piamente – não é mais sábio nem mais útil que pôr o carro adiante dos bois.

Para que o casal Woodward pudesse conquistar tamanha segurança e enunciar com tanta confiança

opiniões que uma geração ou duas antes da deles ainda eram consideradas uma abominável heresia foi necessária uma importante "revolução cultural"; uma revolução não só na visão de mundo das "classes detentoras do conhecimento", mas no mundo em que nasceram, cresceram, estudaram e sobreviveram. Para soar óbvia, a filosofia de vida dessa classe tinha de se apoiar em aspectos da realidade da época e em sólidos fundamentos que nenhuma autoridade constituída parecia disposta a enfraquecer.

Os fundamentos da nova/velha filosofia de vida por ora parecem inabaláveis. A profundidade e a irreversibilidade da mudança por que passou o mundo na transição para a fase "líquida" da modernidade manifestou-se na timidez das reações governamentais à maior catástrofe econômica desde o fim da fase "sólida"; ministros e políticos trataram, quase de modo instintivo, de *salvar* o setor financeiro com vantagens, bônus, fortunas ganhas na bolsa de valores e milionários acordos rescisórios de indenização que mantiveram o setor no rumo certo: aquela poderosa força causal e operacional por trás da desregulamentação, a mais importante patrocinadora e adepta da filosofia do "começaremos a nos preocupar em atravessar a ponte quando chegarmos a ela"; das ações fragmentadas em episódios vacinados contra assumir a responsabilidade pelas consequências; de uma vida baseada no crédito e no tempo tomado de empréstimo; de um padrão de vida do tipo "aproveite agora, pague depois". Em outras palavras, os mesmíssimos hábitos de usar o socorro do poder que em última análise podem e devem ser considerados causas do terremoto econômico em questão.

Em vez de tentar identificar as causas do problema, a intervenção do governo respaldou enfaticamente os réus,

assinando em público a demonstração da legitimidade e da indispensabilidade deles, decretando sua preservação e seu fortalecimento como se fossem de “interesse nacional”. Como informaram os correspondentes do *New York Times* em 13 de setembro de 2009, “se você faz um empréstimo para comprar um carro ou acumula dívidas no cartão de crédito, são boas as chances de que o governo esteja financiando tanto sua dívida quanto a de seu banco”. Mas, “longe de estabelecer um microgerenciamento das empresas que o governo controla, Obama e sua equipe econômica trabalharam com unhas e dentes para evitar controlá-las, mesmo quando o dinheiro do governo era a única coisa que as mantinha de pé”.

O governo americano tentou acabar com a aversão à tática do “cara, eu ganho, coroa, você perde” dos agiotas, convertendo o estigma da indiferença e da despreocupação em insígnias de prudência e compreensão do interesse nacional, quando não de supremo patriotismo. O resultado foi alcançado brandindo-se um complemento e um adito ao mencionado preceito tático dos agiotas: “Cara, você ganha, coroa, você recebe socorro financeiro.”

Há muito mais em jogo no apelo dos Woodward que a questão de saber se um local de trabalho é fixo ou móvel, confinado a um único escritório ou viaja por uma série de países, incluindo Tailândia, África do Sul e Caribe; é mais do que estar “cansado da instabilidade da competição destrutiva e de trabalhar para os outros (a experiência que, como sugerem, os incentivou a inventar a ideia, desenvolver o estilo de vida e construir “a atitude mental de independência em relação a uma localidade física”). O que de fato está em discussão, como eles mesmos admitem, “é a liberdade para escolher o que é certo para você”. Para *você* – não para

os *outros*, ou, aliás, nem sequer como o lugar ou o planeta que deveriam ser compartilhados com esses outros. Mas, ao fazer desse princípio o parâmetro pelo qual se medem a correção e os méritos das atitudes perante a vida, os Woodward se põem de acordo com as pessoas contra as quais se rebelam (uma acusação que eles sem dúvida rejeitariam, indignados): patrões como a diretoria e gerência do Lehman Brothers e seus inúmeros imitadores; como os incontáveis praticantes do que Alex Berenson, do *New York Times*, chama de "*eight-figure paydays"*, isto é, um cheque de oito dígitos no dia do pagamento.

Todos eles são a favor de que a "ordem do egoísmo" tenha precedência sobre a "ordem da solidariedade", cujo solo mais fértil e principal cidadela costumavam ser a permanente (talvez infinita) ocupação coletiva do local de trabalho, de escritórios ou do chão da fábrica. As diretorias e gerências de grandes empresas multinacionais, com apoio e estímulo explícito ou tácito do governo, assumiram a tarefa de dinamitar as bases da solidariedade dos seus empregados com: a revogação do sistema de negociação coletiva; a desarticulação das associações de defesa dos funcionários, obrigando-os a deixar o campo de batalha; a manipulação dos termos do emprego, com a terceirização ou subcontratação de funções gerenciais e responsabilidades dos empregados; a desregulamentação ou "flexibilização" das jornadas de trabalho; o encurtamento dos contratos de trabalho simultâneo à intensificação do rodízio de equipes; e o condicionamento da renovação de contratos ao controle estrito e permanente do desempenho individual. Em resumo, elas fizeram todo o possível para minar a racionalidade da defesa coletiva e aumentar os atrativos da feroz competição individual pelos favores da gerência.

O passo final para dar cabo de qualquer possibilidade organizativa da solidariedade entre empregados – para a grande maioria deles era a única forma confiável de ter “liberdade para escolher o que é certo para você” – exigia, porém, a extinção do “local fixo de trabalho”, isto é, a ocupação coletiva e compartilhada de escritórios ou do chão da fábrica. Foi o que fizeram Lea e Jonathan Woodward. Com suas credenciais e conhecimentos, puderam bancar esse passo decisivo.

Nem todo mundo, porém, está em condições de buscar resolver sua falta de liberdade na Tailândia, na África do Sul ou no Caribe, nessa ou em qualquer outra ordem. Para a maioria que não tem essas condições, o novo conceito, estilo ou atitude dos Woodward sela a irreversibilidade das perdas, já que restariam poucas pessoas para juntar forças na defesa coletiva de suas liberdades individuais; além disso, a ausência mais evidente seria a dos membros das “classes detentoras de conhecimento”, que em épocas anteriores tiveram a missão de arrancar da pobreza os oprimidos e os deixados para trás.

O que os Woodward ganham com isso? Resta saber se é realmente possível encontrar soluções individuais para problemas socialmente produzidos. Há uma notícia de última hora no site do “location-independent”: “Lea & Jonathan tiveram uma menina (não planejada e totalmente inesperada!) – nascida muito oportunamente em 4 de julho. Tencionam retomar as viagens no final de 2009, carregando o bebê com eles.” Desejamos aos três toda a sorte do mundo para enfrentar a nova realidade. Haverá fatos novos (como eles dizem: “não planejados e totalmente inesperados”) a encarar nos próximos anos. E então eles só terão um ao outro para ajudar a enfrentar a nova realidade e seus desafios.

· 36 ·

O fenômeno Barack Obama

Numa entrevista realizada alguns meses antes das últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos, Giuliano Battison me fez a seguinte pergunta:

> Durante a campanha eleitoral, Barack Obama jamais afirmou ter uma identidade étnica exclusiva (ao contrário, ele se declarou "mestiço"). Também jamais tentou usar a política da identidade pessoal, preferindo adotar a chamada versão culturalista da identidade, a ponto de alguns observadores o definirem como o primeiro presidente americano "pós-essencialista". Pode-se interpretar a eleição dele como um sinal de que o sistema político norte-americano rompeu definitivamente o laço entre *demos* e *ethnos*, e que os Estados Unidos estão se tornando uma sociedade pós-étnica mais consciente?

Minha resposta foi a seguinte:

Tentemos reformular o problema. Obama teve o cuidado de *não* se candidatar ao governo em nome das massas “oprimidas e subjugadas”, que, exatamente por essa razão, são consideradas inferiores, e cuja inépcia, indignidade e infâmia, forçada e estereotipada, se transmitiria ao candidato graças à sua herança étnica ou racial. Tampouco Obama chegou ao poder impulsionado por uma onda de rebeliões lideradas pelos “oprimidos e subjugados”, ou por um “movimento político ou social” do qual fosse porta-voz, representante e vingador.

A intenção de seu êxito e ascensão foi provar que indivíduos seletos podem desfazer um estigma coletivo; em outras palavras, que alguns *indivíduos* provenientes de categorias oprimidas e discriminadas possuem qualidades que “sobrepujam” sua participação numa categoria coletiva de inferioridade; e essas qualidades podem igualar ou mesmo superar os atributos ostentados pelos competidores que não carregam o ônus do estigma. Esse fenômeno não invalida necessariamente o pressuposto da inferioridade categórica.

Na realidade, o fenômeno pode ser entendido (e o é por muitas pessoas) como uma reafirmação aberrante desse pressuposto: eis aqui um indivíduo que, quase no estilo do Barão de Münchausen, subiu por seus próprios esforços, com seus talentos e forças individuais, e não *graças* à participação num grupo étnico ou racial; mas, apesar disso, ele prova não tanto as virtudes exageradamente subestimadas do “seu povo”, mas a tolerância e generosidade dos que se dispõem a fazer exceções fechando os olhos aos defeitos coletivos – desde que o indivíduo em

questão lute de maneira corajosa e bem-sucedida para apagar tais defeitos. Trata-se, portanto, de uma reafirmação por vias sinuosas da infalibilidade do pressuposto subjacente e da justeza da ordem das coisas a que se refere: isto é, que certos indivíduos têm êxito porque o esforço sério demonstra e comprova que os demais, a grande maioria que não "fez sucesso", têm de submergir na miséria por sua indolência e inépcia natural. (Correm notícias surpreendentes – embora à luz das considerações acima, nem tão surpreendentes assim – de que a extrema direita dos Estados Unidos estaria vibrando e comemorando a ascensão de Obama.)

Claro que a façanha de Obama será um incentivo, para pessoas mais ambiciosas e talentosas oriundas da categoria social discriminada, a tentar seguir o exemplo dele; seu feito tenderá a suprimir muitas objeções e a atenuar as resistências à aceitação social dos que façam sucesso. Isso não quer dizer, porém, que o êxito desses indivíduos ajude a erguer a "categoria como tal" de sua condição social inferior e a abrir melhores perspectivas de vida para todos os que dela fazem parte.

O longo mandato quase ditatorial de Margaret Thatcher não levou à igualdade social das mulheres; simplesmente provou que *algumas* mulheres logram derrotar os homens em seu próprio campo machista. Muitos judeus que conseguiram emergir dos guetos no século XIX e se fizeram passar por alemães (ou assim acreditavam) realizaram muito pouco pelos irmãos supostos ou imputados que deixaram para trás, tirando-os da pobreza ou protegendo-os da discriminação legal e social.

Muitos dos mais ruidosos e devotados ideólogos e adeptos das variedades radicais do nacionalismo do

século XX provinham das “minorias étnicas” ou eram estrangeiros “naturalizados” (como Stálin e Hitler, entre outros). Um judeu, Benjamin Disraeli, consolidou e fortaleceu o Império Britânico. O grito de guerra de todos os “assimilados” era “tudo o que vocês podem fazer, eu faço melhor” – a promessa e a determinação de ser mais católico que o papa; mais alemão que os alemães; mais polonês que os poloneses; mais russo que os russos – para enriquecer a cultura *deles* e promover os “interesses nacionais” *deles* (fato que, por sinal, em inúmeros casos, foi usado contra os recém-chegados e tomado como prova de sua duplicidade e de suas intenções insidiosas).

Em todos esses casos, foi atribuído aos habitantes do mundo de destino o direito incontroverso de julgar o êxito ou fracasso dos esforços de assimilação segundo critérios que eles mesmos definiram. Entre todas as coisas que eles se esforçavam para “fazer melhor” que os naturais do lugar, muitos deles “assimilados”, havia também o desprezo e a reprovação dos nativos pelos recursos, verdadeiros ou putativos, da “comunidade de origem” dos “assimilados”.

É evidente que o raciocínio analógico, assim como o conhecimento das tendências estatísticas, nos faz pensar, mas não nos habilita a predizer o que vai acontecer em qualquer caso específico. Por mais que uma grande maioria nos permita falar de uma “tendência” ou de uma “regra”, sempre há amplo espaço para exceções. Peço-lhe que interprete minha resposta à sua pergunta como um apelo à cautela em fazer prognósticos e a saltar rapidamente para as conclusões.

Pouco mais de um ano depois, podemos comparar esses “cautelosos prognósticos” e advertências quanto a tirar conclusões prematuras com a história do primeiro capítulo do mandato de Obama. Naomi Klein resume a experiência deste último da seguinte maneira:

> Os negros e latinos não ligados à elite estão perdendo terreno significativamente, à medida que suas casas e seus empregos lhes escapam das mãos em taxa muito mais alta que no caso dos brancos. Até agora, Obama tem relutado em adotar políticas específicas orientadas para superar essa distância crescente. O resultado disso pode muito bem ser abandonar as minorias no pior dos mundos: a dor de uma violenta reação racista em grande escala sem os benefícios de políticas que aliviem as agruras cotidianas.[1]

· 37 ·

A cultura numa cidade globalizada

As cidades, principalmente as megacidades como Londres, são as lixeiras nas quais nos desfazemos dos problemas gerados pela globalização. São também os laboratórios onde se realizam experiências com a arte de conviver com esses problemas (embora não com a arte de resolvê-los). Os impactos mais fundamentais da globalização (sobretudo o divórcio entre o poder e a política, e o deslocamento das funções antes exercidas pelas autoridades políticas para o âmbito do mercado, de um lado, e para a esfera da vida política individual, de outro) já foram investigados a fundo e descritos em grande detalhe.

Nesta carta, vou me limitar, portanto, a um aspecto do processo de globalização raras vezes analisado em suas conexões com a mudança de paradigmas na teoria e na pesquisa da cultura: os novos padrões de migração mundial.

Há três fases diferentes na história da migração na Idade Moderna.

A primeira onda migratória seguiu a lógica de uma síndrome tripartite: *territorialidade* da soberania,

identidade de “*raízes”* e uma postura de *jardinagem* (as três formas serão daqui por diante referidas, por concisão, como TRJ). esta foi a fase da emigração de um centro “modernizado” (leia-se: um lugar de intensa construção da ordem e do progresso econômico, as duas principais atividades que produziram e repeliram números crescentes de “refugo humano”), em parte por exportação, em parte por expulsão de quase sessenta milhões de pessoas (número elevadíssimo para o século XIX) para “terras vazias” (leia-se: terras cujas populações nativas podiam ser riscadas dos cálculos “modernizados”, literalmente não serem contabilizadas e explicadas, presumindo-se que fossem inexistentes ou irrelevantes, nada a se levar em conta). Qualquer nativo residente que ainda estivesse vivo após os assassinatos em massa e as epidemias também em massa era considerado pelos colonizadores – e por aqueles que os haviam enviado e continuavam a se multiplicar – objetos da “missão civilizadora do homem branco”.

A melhor maneira de descrever a segunda onda de migração é tratá-la como um caso de “império emigra para a metrópole”. Com o desmantelamento dos impérios coloniais, muitos povos indígenas em diversos estágios de “avanço cultural” seguiram seus superiores coloniais de volta às metrópoles. Ao chegarem, foram distribuídos de acordo com a única visão de mundo, o único modelo estratégico disponível a partir da experiência passada, planejada, formada e usada na era da construção do Estado-nação para lidar com minorias destinadas à “assimilação” na comunidade nacional emergente. Um processo politicamente assistido que visava a anular e destruir as desigualdades culturais, colocando as “minorias” como receptoras de cruzadas, missões de proselitismo, de *Kulturkampf* (termos

atualmente rebatizados, em nome do “politicamente correto”, de “educação cívica para integração”).

Mas essa história ainda não acabou: como a coruja de Minerva, que só abre as asas ao entardecer, seus ecos repercutem muitas vezes nas declarações de intenção proferidas em público pelos políticos. Tal como na primeira fase da migração, o drama do “império migrando para a metrópole” tentou atuar no marco da hoje ultrapassada síndrome TRJ, mas com pouco sucesso.

A terceira onda de migração moderna, que está em pleno vigor e se acelera, levou à era das *diásporas*: arquipélagos de assentamentos de base étnica, religiosa e linguística entrelaçando o mundo – alheios às trilhas incendiadas e pavimentadas pelo colonialismo imperialista e seguindo, ao contrário, a lógica globalizante da redistribuição planetária dos recursos de sobrevivência. Os arquipélagos tendem a se espalhar e disseminar. Cada qual se estende por muitos territórios separados e apenas formalmente soberanos, ignorando as pretensões territoriais locais e os compromissos com a superioridade e a supremacia; a consequência é que ficam encerrados no duplo (ou múltiplo) vínculo de “dupla (ou múltipla) nacionalidade” e dupla (ou múltipla) lealdade.

Hoje, a migração se diferencia das duas fases anteriores em mais de um aspecto: ela ocorre em dupla direção (quase todos os países, inclusive a Grã-Bretanha, são ao mesmo tempo polos de imigração e de emigração), sem rotas privilegiadas, pois as rotas não são mais determinadas pelos laços imperiais-coloniais do passado. A migração contemporânea também difere por explodir a síndrome TRJ e substituí-la pela tríade EAC – *extraterritorialidade*, “â*ncoras”*, em lugar de “raízes”, como as principais ferramentas da identificação, e uma estratégia de *caçada*.

A nova migração põe um imenso ponto de interrogação no vínculo entre identidade e cidadania, indivíduo e lugar, vizinhança (ou proximidade física) e pertença. Jonathan Rutherford, arguto e sutil observador das aceleradas mudanças do espírito de grupo entre as pessoas, observou que os moradores da rua de Londres onde ele reside formam uma vizinhança composta de várias comunidades; algumas têm redes que chegam somente até a rua seguinte, outras se estendem pelo mundo todo.[1] É um bairro de fronteiras porosas, em que é difícil saber quem é de dentro e quem é de fora. Nessa localidade, estamos ligados a quê? O que é essa coisa que cada um chama de casa ou lar? Quando olhamos para trás e lembramos como chegamos aqui, que histórias temos em comum?

Viver *dentro* de uma diáspora (como tantos de nós fazemos; até onde ela se estende e em que direção?) e, como todos nós, *entre* diásporas (até onde elas se estendem e em que direções?) trouxe para nossas prioridades, pela primeira vez, a questão da "arte de conviver com as diferenças" – problema e tarefa que só podem aparecer em nossa lista de assuntos prioritários quando a diferença e a dessemelhança deixam de ser vistas como meros estorvos transitórios; assim, ao contrário do passado, elas impõem a urgente necessidade de desenvolver novas artes e habilidades, de ensiná-las e aprendê-las.

A ideia de "direitos humanos", lançada no cenário da tríade EAC para substituir ou complementar a instituição da tríade TRJ, da identidade determinada pela territorialidade, traduz-se hoje em "direito a ser diferente". Com grande dificuldade, a nova definição de direitos humanos sedimenta, no melhor dos casos, a *tolerância*; ainda é preciso consolidar a noção de *solidariedade*. Permanece a questão controversa de

saber se é possível conceber a solidariedade de grupo sob qualquer outra forma que não por meio das redes instáveis e desgastadas, sobretudo virtuais, impulsionadas e continuamente remodeladas pela interação de indivíduos conectados e desconectados, que fazem chamadas e se recusam a respondê-las.

A nova tradução da ideia de direitos humanos desmonta hierarquias e destroça a imagem de "evolução cultural progressiva". Formas de vida flutuam, se encontram, se chocam, se aferram umas às outras, fundem-se ou se afastam e se separam com igual gravidade específica (para usar uma imagem de Georg Simmel). Hierarquias firmes, imperturbáveis, e linhas evolucionárias são substituídas por verdadeiros campos de batalha de exigências e contraexigências, pedidos de reconhecimento e resistência a esses reconhecimentos. No melhor dos casos, as batalhas terminam com outra hierarquia social frágil, divisível e eminentemente renegociável, assim como a ordem que ela veio substituir (temporariamente).

Para imitar Arquimedes, conhecido por insistir em dizer (provavelmente com o tipo de ânsia dado somente pela absoluta nebulosidade do projeto) que poderia virar o mundo de cabeça para baixo se lhe dessem um ponto de apoio sólido o bastante, afirmamos que seríamos capazes de distinguir quem deve ser assimilado por quem, qual dessemelhança ou idiossincrasia deve ser eliminada e qual deverá vir à tona em seu lugar, caso nos dessem uma hierarquia de culturas. A verdade é que não nos deram, e é muito pouco provável que a tenhamos tão cedo.

· 38 ·

A voz do silêncio de Lorna

Numa das primeiras cenas do filme de Jean-Pierre e Luc Dardennes, *O silêncio de Lorna*, a heroína, em primorosa interpretação de Artya Dobroshi, abre a caixa de correio e, para sua frustração, descobre mais uma vez que a carta há tanto tempo esperada não chegou. Com o desenrolar do enredo, percebi que aquilo a que eu assistia prendendo a respiração era na verdade uma carta: uma carta do mundo líquido moderno que eu adoraria ter escrito, mas jamais conseguiria, porque me falta a visão cinematográfica e o talento narrativo dos diretores e do roteirista.

Já que meu desejo infelizmente nunca se realizará, só me resta explicar por que penso que o filme de Jean-Pierre e Luc Dardennes é uma das melhores cartas já escritas do mundo líquido moderno. No mínimo, é uma das melhores que tive a oportunidade de ler ou de imaginar.

O filme não começa imediatamente com a busca da carta; começa (e termina) como a maior parte das peças de teatro, tragédias ou comédias representadas neste mundo líquido: com uma soma de dinheiro que troca de

mãos. No início, Lorna, imigrante com visto temporário de residência que se candidatou à cidadania belga, está fazendo um depósito em sua conta bancária. No fim, ela tira todo o dinheiro do banco, fecha a conta, perde a carteira de identidade belga, o telefone celular (ou seja, a rede de contatos, as pessoas que ela poderia procurar, sua âncora em meio a ondas violentas) e tem de escolher entre a morte física e a morte social. Os créditos finais surgem na tela logo depois, enquanto Lorna – que foi abandonada pelos amigos e escapou dos perseguidores – aparece deitada, despojada de todos os seus pertences e identidades, em cima de uma mesa, numa cabana de madeira abandonada, no meio de uma floresta, num lugar qualquer do mundo.

Lorna era casada com Claudy, viciado em drogas que se oferecera para casar com ela e ajudá-la a obter a cidadania belga em troca de uma bela soma de euros para alimentar o vício. Sabemos que Fabio, chefe de uma máfia que faz contrabando de passaportes, ouvindo falar do casamento por conveniência, percebeu que o vício de Claudy podia ser um trunfo: viciados morrem cedo; e, se ele não morresse logo, uma overdose (por erro do próprio rapaz ou com a ajuda da esperteza e da maldade dos outros) seria uma forma de apressar o desfecho, um acontecimento bastante crível e provável. Nesse caso, a jovem viúva, que já seria então cidadã belga de pleno direito, poderia oferecer sua mão em casamento a outra pessoa desejosa de obter cidadania, em troca de outra rodada de euros etc. Lorna e seu amante, Sokol (também imigrante de status “fluido”, digamos assim) planejam usar o dinheiro, complementado por um gordo empréstimo bancário, para abrir uma lanchonete e vender sanduíches, em vez de continuarem a vender seus próprios corpos e suas identidades.

Numa sociedade de consumidores – isto é, de pessoas que para consumir precisam antes vender a si mesmas como mercadorias – tudo isso deveria ser visto como uma proposta comercial impecável, perfeitamente afinada com a lógica e o espírito da sociedade na qual Lorna e Sokol batalham para entrar e onde pensavam encontrar segurança, a mesma lógica dos possíveis compradores de seus serviços e identidades legais. Mas o esquema logo começa a degringolar graças a certos fatores que a proposta comercial negligenciara, pela simples razão de não terem preço de mercado: compaixão, piedade, impulso para cuidar, recusa a infligir dor, aversão a contemplar o sofrimento humano não faziam parte do contrato de “matrimônio”.

Esses fatores podiam ter ficado fora do contrato, mas não por muito tempo da convivência e da interação humana, como logo se demonstra. Inspirado pelo exemplo de Lorna, uma moça digna, trabalhadora e sincera, Claudy procura sair da degradação em que se encontra, por conta própria, se necessário, e tenta abandonar o hábito destrutivo. Os pedidos de ajuda do rapaz e as ainda mais desoladoras cenas de sua luta para derrotar o vício humilhante na aflitiva síndrome de abstenção interferem de forma violenta nos termos da proposta comercial do matrimônio e acabam levando a melhor. Lorna é humana, Lorna se importa, Lorna tenta ajudá-lo – por quê? Não pelas obrigações contratuais, claro. Talvez, então, por sua qualidade humana? Pela dor e o extremo sofrimento que ela vê no rosto de outro ser humano?

Quando afinal chega a tão esperada carta trazendo a sentença de divórcio, e Claudy tem pela frente a perspectiva de perder Lorna, ele recorre outra vez ao traficante de drogas em busca do único remédio contra o desespero que conhece e já provou. Lorna expulsa o

traficante, tranca a porta da casa e joga a chave pela janela, para garantir que a mórbida tentação não volte. E então se despe e oferece seu corpo a Claudy como remédio alternativo, que parece funcionar…

Mas os procedimentos do divórcio continuam. Sabe-se em seguida que Claudy morreu de overdose. Suicídio, erro fatal, crime? Ninguém explica, nem Lorna sabe ao certo. *Ela* pode ignorar a verdade, mas não sua consciência, que não se deixa enganar. Lorna tratara Claudy como mercadoria, sussurra-lhe a consciência; ela o comprara como objeto potencialmente lucrativo, uma apólice de investimento, um degrau na escada que esperava usar para galgar a uma categoria superior de preço. Só que agora é tarde demais para recompensar Claudy pela dor que ele sofreu, para se arrepender e consertar o mal que ela fizera.

Tarde demais, verdade? Não para aqueles que se dispõem a (e desejam) pagar o preço para aliviar a consciência pesada. O preço é alto, poucos concordariam em pagá-lo. Lorna aceita o preço – decide sair do mercado. Afirma que está grávida de Claudy e recusa-se a fazer o aborto que Fabio e Sokol exigem incondicionalmente; grávida, Lorna perde valor no mercado da imigração, e seu “marido” em potencial exige que lhe devolvam o dinheiro que pagou. O valor da entrada de sua tão sonhada lanchonete está perdido. Fabio dá baixa na dívida de Lorna e marca o nome dela para rápido e discreto descarte. Sokol, embora profundamente decepcionado e desiludido, lava as mãos e vai procurar pastos melhores e ainda não chamuscados. Lorna já não conta mais na jogada do outros, não representa um troféu para mais ninguém. É pura e simplesmente inútil. Outro item na longa lista dos refugos humanos.

Lorna foge de tudo e vai para a cabana abandonada, refugo como ela mesma, do mesmo modo abandonada numa terra de ninguém, vazia, sem interesse, que lembra o outro mundo, a morada dos justos nos campos elísios – deixando para trás todos os seus pertence (ou seja, todos os sinais e remanescentes de sua vida passada). Daí em diante, ela dedicará seus dias a cuidar e proteger outra pessoa: o filho imaginário de Claudy, que, na ausência de outros seres humanos, ela está convencida de carregar na barriga, a despeito da opinião médica abalizada, treinada na localização e no tratamento de anormalidades do corpo, mas consideravelmente menos apta a fazer o mesmo com doenças do espírito.

Decidi contar o filme dos Dardennes por ser uma metáfora dramática das escolhas que enfrentamos e do preço que temos de pagar por elas. Não sei se você, leitor, concorda comigo; e, caso concorde, se chegou a isso seguindo caminho semelhante ao meu.

· 39 ·

Estrangeiros são perigosos. Será?

Aconteça o que acontecer na história das cidades, um aspecto permanece constante: elas são espaços onde os estrangeiros se hospedam e se movem em estreita proximidade entre si. A ubíqua presença de estrangeiros, sempre à vista e ao alcance de todos, introduz grande dose de incerteza na vida dos moradores das cidades, e sua presença é fonte de uma prolífica e incessante ansiedade, de uma agressividade em geral enrustida, que irrompe de tempos em tempos.

Os estrangeiros também propiciam uma válvula de escape, uma solução conveniente e cômoda para nossos temores inatos do desconhecido, do incerto, do imprevisível. Expulsando os estrangeiros de nossas casas e ruas, fazemos uma espécie de exorcismo dos fantasmas aterradores da insegurança que nasce da incerteza, ao menos por um instante: queimamos no fogo, pelo menos em efígie, o monstro fugidio que nos irrita e horroriza.

No entanto, esses exorcismos não deixam incólume nossa vida líquido-moderna, e com certeza não a reformam: ela continua a exalar insegurança, permanece

obstinadamente incerta, errática e caprichosa. Todo alívio tende a ser passageiro, e mesmo as esperanças associadas às medidas mais duras contra os supostos transmissores de incertezas são frustradas assim que surgem.

Mas essa consideração não ajuda em nada a sorte dos estrangeiros. Eles são, por definição, um agente movido por intenções que no máximo podemos imaginar, mas nunca afirmar em definitivo. Em todas as equações que compomos quando deliberamos sobre o que fazer e como pôr em prática nossas decisões, o estrangeiro é sempre uma variável desconhecida. Um estrangeiro é, afinal, um "estranho", um ser bizarro cujas intenções e reações podem ser completamente diferentes do comportamento das pessoas normais (comuns, familiares). E assim, mesmo quando eles não agem de modo agressivo ou explicitamente ofensivo, os estrangeiros (os estranhos) causam desconforto: sua simples presença torna exorbitante a já intimidadora tarefa de prever os efeitos dos nossos atos e nossas chances de sucesso. No entanto, dividir espaço com os estrangeiros, viver perto deles (em geral não convidados e não desejados), é uma situação difícil para os citadinos, situação da qual chega ser impossível escapar.

Dado que a proximidade com os estrangeiros é uma sina que os urbanos não podem negociar, *deve-se* pensar, tentar e testar um *modus vivendi* para tornar palatável a convivência e facilitar a vida. O modo como resolvemos essa necessidade é uma questão de *escolha*. Fazemos escolhas todos os dias: por obrigação ou omissão, de propósito ou por falta de opção; por uma decisão consciente ou por seguir cega e mecanicamente os costumes; por deliberação e demoradas discussões, ou apenas seguindo padrões confiáveis porque estão na moda. Desistir completamente da busca de um modo

melhor de convivência com o estranho e o estrangeiro é uma das escolhas possíveis. A “mixofobia”[a] é uma delas.

A mixofobia manifesta-se no impulso de construir ilhas de similaridade e identidade em meio a um oceano de diversidade e diferença. As razões da mixofobia são banais, fáceis de entender, mas não necessariamente fáceis de esquecer. Como sugeriu Richard Sennet, “o sentimento de ‘nós’, que exprime um desejo de ser semelhante, é uma forma de os homens evitarem a necessidade de olhar fundo dentro de si mesmos”. A mixofobia contém uma promessa de conforto espiritual: a perspectiva do sentimento de grupo que torna redundante todo esforço de compreender, negociar e conciliar.

> É inato ao processo de formar uma imagem coerente da comunidade o desejo de evitar a participação concreta e real. A percepção da existência de laços comuns sem uma experiência comum ocorre, em primeiro lugar, porque os homens temem a participação, temem os perigos e os desafios, temem a dor.[1]

O impulso em direção a uma “comunidade de similaridade” é um sinal de recuo não só da alteridade externa como também de um compromisso com a interação interna, cheia de vida, mas turbulenta, engajada, embora sem dúvida enfadonha.

Escolher a fuga pela mixofobia envolve uma consequência deletéria e insidiosa: quanto mais a estratégia se autoalimenta e autoperpetua, menos eficiente ela é. Quanto mais tempo as pessoas passam na companhia de “suas iguais” – interagindo de modo superficial e casual para evitar o risco da incompreensão e a necessidade ainda mais onerosa e incômoda de

traduzir diferentes universos de significado –, é mais provável que “desaprendam” a arte de negociar significados comuns e modos de convivência satisfatórios para todos. Já que se esqueceram das habilidades necessárias para conviver com a diferença, ou por negligência nunca as aprenderam, elas veem a perspectiva de enfrentar face a face os estrangeiros ou estranhos com crescente apreensão.

Quanto mais alheios, desconhecidos e incompreensíveis são os estrangeiros, mais eles parecem assustadores, pois a comunicação recíproca que eventualmente poderia acomodar e assimilar sua “alteridade” com relação ao nosso mundo-da-vida se esvai e falha. A tendência a escolher um ambiente homogêneo, territorialmente isolado, pode ser incentivada pela mixofobia; e a prática de uma separação territorial é a fonte que alimenta e preserva esse medo.

Tudo começou nos Estados Unidos, mas escapou para a Europa e agora se espalhou pela maioria dos países europeus: a tendência dos moradores urbanos com melhores condições financeiras a pagar para fugir das ruas apinhadas das cidades, onde tudo pode acontecer e muito pouco se pode prever, instalando-se em “comunidades muradas”, conjuntos habitacionais cercados, com a entrada rigorosamente controlada, cheios de guardas, circuitos internos de TV e alarmes contra invasores. Os poucos felizardos que compram moradias nesses condomínios rigorosamente guardados pagam fortunas pelos “serviços de segurança”, isto é, para banir de qualquer mistura. Condomínios fechados são pequenas coleções de casulos privados suspensos num vácuo espacial.

No interior dos condomínios fechados as ruas estão quase sempre vazias. Assim, se alguém que não

“pertence” ao lugar, se um *estranho* for visto na calçada, isso logo será detectado como evento fora do normal antes que ocorra um trote ou um dano. Na verdade, qualquer um que seja visto passando perto de sua janela ou de sua porta pode cair na categoria de estranho, essa gente assustadora, cujas intenções ou cujos próximos passos ninguém sabe prever ao certo. Qualquer um que você desconheça pode ser um ladrão ou um molestador, um intruso cheio de más intenções.

Afinal, vivemos na época dos telefones celulares (para não falar no MySpace, no Facebook e no Twitter): com os amigos a gente troca mensagens eletrônicas em vez de visitas, todas ou quase todas as pessoas que conhecemos podem ser contatadas “on-line” e são capazes de nos informar previamente se estão pensando em nos visitar; dessa forma, se alguém bater na porta de sua casa ou tocar a campainha sem ser anunciado, este é um evento fora do normal, um sinal de perigo em potencial. Dentro do “condomínio fechado”, as ruas são mantidas vazias para que um estranho, ou alguém que se comporte como um estranho, nem sequer se arrisque a entrar.

O efeito secundário ou o corolário de esvaziar as ruas é que a expressão “condomínio fechado” se converte, para todos os fins práticos, num nome equivocado. Uma pesquisa publicada em 2003 pela Universidade de Glasgow afirma que “não há um desejo evidente de fazer contato com ‘a comunidade’ na área cercada e murada. O sentido de ‘comunidade’ é mais baixo nas áreas cercadas”. Por mais que os moradores (e seus agentes imobiliários) justifiquem suas escolhas, eles não pagam alugueis exorbitantes ou preços de compra exagerados para fundar ou viver numa “comunidade” – essa “bisbilhotice coletiva”, notoriamente intrusiva e

obstrutiva que só abre os braços para nós a fim de nos manter pressionados como se fosse um fórceps de aço.

Ainda que digam e às vezes pensem de outra maneira, as pessoas pagam toda aquela soma de dinheiro com o intuito de *se libertarem* de qualquer companhia, salvo a que escolherem na hora que quiserem. No fundo, pagam pelo privilégio de *ser deixados em paz*. Dentro dos muros e dos portões dos condomínios vivem “lobos solitários”: gente que só tolera o tanto de “comunidade” que querem em determinado momento, e não mais que esse período de tempo que desejam.

A grande maioria dos pesquisadores concorda que o principal motivo de as pessoas se trancarem dentro de muros, sob o controle dos circuitos internos de TV de um condomínio fechado, é, consciente ou inconscientemente, de modo tácito ou explícito, o desejo de evitar a miséria e a fome, o que se traduz em manter afastados os estrangeiros. Os estranhos são perigosos, são portadores e presságios de risco. Pelo menos é nisso que as pessoas creem. E o que mais desejam é se sentirem a salvo do perigo. Mais exatamente, se sentirem a salvo do intimidador, angustiante, paralisante *medo da insegurança*. Sua esperança é que os muros as protejam desse medo.

O problema é que há mais de um motivo para se sentir inseguro. Verossímeis ou fantasiosos, os rumores sobre o aumento da criminalidade, de multidões de ladrões ou criminosos sexuais à espreita de uma oportunidade para atacar são apenas um deles. Afinal, nos sentimos inseguros porque nossos empregos e nossos salários, nossa posição e dignidade social estão sob risco. Não temos garantias contra a ameaça de demissão, de exclusão e despejo, de perder a posição

que amamos e cujo direito acreditávamos ter conquistado para sempre.

Nem as parcerias que amamos são garantidas e à toda prova: sentimos tremores subterrâneos e pressentimos terremotos. Nossa vizinhança conhecida e acolhedora pode estar ameaçada de demolição para dar lugar a um novo empreendimento imobiliário. É tolice esperar que todas essas ansiedades, bem ou mal-fundamentadas, possam ser aplacadas e adormecidas por nos cercamos de muros, guardas armados e câmeras de TV.

Mas o que dizer da razão principal e ostensiva para escolhermos um condomínio fechado – o medo do ataque físico, da violência, do roubo, do furto de carros, de mendigos importunos? Será que ao menos vamos pôr fim a *esse* tipo de ameaça? Infelizmente, mesmo nessa frente de batalha, os ganhos tampouco justificam as perdas. A maioria dos observadores atentos da vida urbana contemporânea afirma que a probabilidade de ser assaltado ou roubado diminui quando a pessoa recua para dentro de muros – embora uma pesquisa sobre “sentimentos de segurança” realizada na Califórnia, de longe o maior reduto da obsessão pelos condomínios fechados, não tenha detectado diferença entre espaços cercados e não cercados. Mas o medo persiste.

Anna Minton, autora de um estudo de fôlego intitulado *Ground Control: Fear and Happiness in the Twenty-First Century City*,[2] relata a história de Mônica, “que passou a noite inteira acordada e mais apavorada que nunca durante os vinte anos em que morou numa rua normal”, quando, “certa noite, os portões de controle eletrônico falharam e tiveram de ser deixados abertos”. Atrás dos muros, a *ansiedade* cresce em vez de se dissipar, e com ela a dependência do estado de espírito dos moradores com relação a “novas e melhores”

engenhocas high-tech, vendidas pela propaganda com a promessa de desmoralizar os perigos e o medo do perigo.

Quanto maior o número de equipamentos com que nos cercamos, maior é o receio de que eles "falhem". Quanto mais tempo gastamos preocupados com a ameaça de todo e qualquer estranho ou estrangeiro, menos tempo passamos na companhia deles, pondo à prova nossa preocupação. Quanto mais se perde a capacidade de "tolerância e valorização do inesperado", menos é possível enfrentar, lidar com, desfrutar de e apreciar a vitalidade, variedade e pujança da vida urbana. Viver trancados dentro de um condomínio fechado a fim afastar os medos é o mesmo que escoar a piscina para ter certeza de que as crianças vão aprender a nadar em completa segurança.

---

[a] Palavra derivado do grego mixis (mistura) e phobos (fobia, medo intenso). Refere-se ao medo incondicional da mistura e descreve a forma dominante do racismo associado ao nacionalismo. (N.T.)

· 40 ·

Tribos e céus

Já fiz a experiência de comentar cartas de outras pessoas enquanto escrevia as minhas, de modo que gostaria agora de aventurar-me em nova tentativa. Aliás, por uma razão idêntica: como da primeira vez, quando debati o filme *O silêncio de Lorna*, acho que a carta que recomendarei à sua atenção (e ao seu prazer) é um relato muito mais penetrante e comovente sobre nosso mundo líquido moderno que as cartas que eu mesmo escrevi. A história que ela narra demonstra uma capacidade imaginativa, uma habilidade literária e uma beleza estética que eu jamais conseguiria igualar. A carta é o pequeno conto alegórico de Ítalo Calvino, "A tribo com os olhos para o céu".[a]

Como sugere o título, a "tribo" de apanhadores de coco tem o hábito de "contemplar o céu". E o céu para o qual a tribo dirige os olhos de forma obsessiva e intensa exibe, de fato, uma paisagem fascinante, que merece ser contemplada: cheio de "novos corpos celestes", como aviões a jato, discos voadores, foguetes e mísseis atômicos teleguiados.

Enquanto a tribo observa, os bruxos se sentem na obrigação de explicar, com sua autoridade, o que os membros da tribo veem. Dizem que as coisas que acontecem no céu são sinais claros da proximidade do dia em que a servidão e a pobreza que há séculos atormentam a tribo irão finalmente terminar. Logo "a savana inculta dará sorgo e milho", de modo que a tribo não estará mais condenada a alimentar-se e a sobreviver todos os dias de apanhar cocos. Assim – eis o ponto decisivo –, "não fiquemos matutando sobre novos meios para sairmos de nossa situação; confiemos na Grande Profecia, unamo-nos em torno de seus únicos e justos intérpretes, sem pedir mais nada".

Enquanto isso, na Terra, no vale em que a tribo havia construído suas cabanas de palha e barro, de onde saía diariamente para procurar cocos e para aonde voltava diariamente, as coisas também estavam mudando. Antes, comerciantes vinham esporadicamente ao vale comprar cocos; às vezes trapaceavam no preço, mas os espertos homens da tribo também os passavam para trás, vingando-se da tramoia. Mas agora os comerciantes haviam parado de vir. Em lugar deles, abriu-se um posto avançado de uma nova empresa, a Nicer Nut Corporation, que compra toda a colheita, em bloco.

Ao contrário do velho estilo dos mercadores, a companhia não barganha e não trapaceia: os preços são fixados de antemão, é pegar ou largar. Mas claro, se você "largar", esqueça a possibilidade de sobreviver até que o próximo lote de cocos, produto de incursões de coleta, seja levado até o vale. Num aspecto, entretanto, os agentes da Nicer Nut Corporation concordam com os bruxos da tribo (e vice-versa). Eles falam sobre os mísseis no céu e sobre as notícias que pressagiam. Os agentes, como os bruxos, insistem em dizer que, sem

dúvida alguma, “é na potência dos bólidos celestiais que reside todo o nosso destino”.

O narrador do conto compartilha do destino e dos hábitos da tribo. Como os demais, ele passa as noites na soleira da cabana de palha e barro, contemplando fixamente o céu. Como os outros membros da tribo, ouve atentamente os bruxos e guarda de cor o que estes e os agentes da Nicer Nut Corporation dizem. Mas ele também pensa com a própria cabeça (mais exatamente, os pensamentos pensam por si mesmos na cabeça dele, sem pedir licença; uma ideia lhe ocorre, e ele confessa: “ninguém me tira da cabeça”). Ele pensa que “uma tribo que se confia apenas à vontade dos bólidos celestes, no melhor dos casos, continuará sempre a vender seus cocos abaixo do preço”.

Em outro conto, “A decapitação dos chefes”,[b] Ítalo Calvino afirma que a televisão (ele vai agora direto ao ponto, deixa de lado a alegoria de um céu cheio de bólidos celestes e trata a televisão como uma potente metáfora de tantos aspectos de nossa vida líquida-moderna) “mudou muitas coisas” – embora não necessariamente as coisas que nossos novos e aprimorados bruxos, expertos em sofisticadas tecnologias, agora rebatizados de *spin doctors* (“marqueteiros”), se orgulham de ter mudado, furtiva e maliciosamente, enquanto louvam a televisão exatamente por causa dessas mesmas mudanças.

Entre as coisas que a televisão realmente mudou, afirma Ítalo Calvino, está o modo como vemos nossos líderes (“nossos líderes”, aqui, designa uma grande coleção de pessoas que antigamente nos eram distantes e que costumávamos ouvir sem ver, muito menos observar: ídolos, astros, celebridades, toda essa gente que vemos todo dia, e agora mais de perto, à espera de entretenimento, diversão, toda a nossa luz e guia, a

quem a televisão oferece tratamento igual ao dos "nossos líderes"). Antes eram figuras distantes, que ficavam em cima de um palanque, ou nos retratos, "assumindo expressões de altivez convencional". Agora, com a televisão, "cada um de nós pode observar o menor movimento das feições, a vibração irritada das pálpebras sob a luz dos refletores, o nervoso lamber dos lábios entre uma palavra e outra".

Em suma, desde que chegaram tão próximos de nós, que invadiram nossas salas de estar e quartos de dormir, "nossos líderes" parecem incrivelmente comuns, como qualquer um de nós. E mortais, como qualquer um de nós – isto é, mal chegam e já vão embora de novo. Aparecem para desaparecer. Agarram-se ao poder somente para perdê-lo. A única vantagem que parecem ter sobre nós, pobres mortais, é que eles terão necessariamente uma morte *pública*, não uma morte *privada*, "a morte a que temos certeza de assistir, todos juntos".

Irônico, mas nem tanto, Calvino chega a sugerir que é a nossa percepção que explica por que, enquanto viver, um político "desfrutará de nossa consideração interessada, antecipadora".

No fim do conto, as palavras são tão pungentes que merecem ser citadas na íntegra:

> Para nós, a democracia só começa a partir do momento em que temos certeza de que, no dia estabelecido, as câmeras de televisão irão enquadrar a agonia de nossa classe dirigente até o último homem, e então, no fim do mesmo programa (mas nesse momento muitos telespectadores desligam o aparelho), haverá a posse da nova equipe, que ficará no cargo (e em vida) por um período equivalente.

Tudo isso, conclui Calvino, “será contemplado por milhões de espectadores com o sereno recolhimento de quem observa os movimentos dos corpos celestes em uma repetição cíclica, espetáculo que, quanto mais estranho, mais nos tranquiliza”.

Parece ser costume de mais de uma tribo, não necessariamente de tribos remotas no tempo e no espaço, manter os olhos fixos “nas estrelas que passam como bólidos no céu”. E as razões pelas quais os olhos se fixam nas estrelas não mudam muito de uma tribo para outra. Só muda o equipamento a serviço da atividade/passividade, assim como os nomes das tribos e o das estrelas que elas contemplam, e as histórias que os bruxos contam sobre o significado dos bólidos celestes nos quais aqueles olhos estão fixados. Não mudam a mensagem dessas histórias nem as intenções e objetivos de seus narradores.

---

[a] Este conto faz parte da coletânea *Um general na biblioteca*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p.105-7, usada aqui nas citações. (N.T.)

[b] Publicado na obra citada, p.125-38.

· 41 ·

Estabelecendo limites

Em seu primeiro livro, *As estruturas elementares do parentesco*,[1] publicado em 1949, o grande antropólogo francês Claude Lévi-Strauss definiu como ato fundador da cultura a proibição do incesto (mais exatamente a invenção da noção de "incesto", isto é, a ideia de uma relação sexual humana que *pode* ser praticada, mas não *deve*, que é factível e plausível, mas proibida para os seres humanos).

A cultura, o modo de ser especifica e exclusivamente humano em que o "deveria" é diferente do "é", e com frequência se opõe a ele, começou com a imposição de um limite onde antes não havia limite algum. Ao vetar a determinadas mulheres o acesso à relação sexual (cada uma delas, porém, como todas as demais de seu gênero, é perfeitamente apta do ponto de vista biológico, isto é, pela natureza, para o papel de parceira na cópula), dividiu-as, "com a cultura", entre aquelas com as quais era proibido copular e aquelas com as quais era permitido fazê-lo. Ou seja, em cima de diferenças e semelhanças dadas pela natureza, impuseram-se divisões e distinções artificiais imaginadas e

estabelecidas pelos seres humanos; determinados traços naturais foram impregnados de significados adicionais por meio da associação daqueles traços a normas peculiares de percepção, avaliação e escolha de padrões comportamentais.

Desde seu nascimento e através de toda a sua história, a cultura vem seguindo o mesmo padrão: usou, descobriu ou construiu, de modo proposital, significantes para dividir, distinguir, diferençar, classificar e separar objetos de percepção e avaliação, bem como modalidades preferidas, recomendadas ou impostas de responder a esses objetos. Desde o princípio, e cada vez mais, a cultura tem consistido em diferençar, "estruturar" e "submeter a regras ou normas" o que de outra forma seria uniforme, aleatório e volátil. Em outras palavras, a cultura se especializa na *administração das escolhas humanas*.

Limites são impostos para *criar diferenças*: diferenças entre um lugar e outro (por exemplo, a casa e o "fora"), entre uma extensão de tempo e o resto do tempo (por exemplo, infância e idade adulta), entre uma categoria de criaturas humanas e o resto da humanidade (por exemplo, as categorias de "nós" e "eles"). Pela criação de "diferenças que fazem diferença", diferenças que reclamam a aplicação de diversos padrões de comportamento, torna-se possível manipular probabilidades: deste ou daquele lado do limite ou fronteira, determinados eventos se tornam prováveis, enquanto outros são menos prováveis e inclusive impossíveis. A massa informe passa a ser "estruturada" – tende a ter uma *estrutura*. Assim, podemos saber agora onde estamos, o que esperar e o que fazer. *Fronteiras proporcionam confiança*. Elas nos permitem saber como, onde e quando agir. Capacitam-nos a atuar de modo *confiante*.

Para cumprir essa função, as fronteiras devem ser *demarcadas*. Há cercas ou sebes em torno de sua casa e da casa de outras pessoas que ao mesmo tempo criam e sinalizam a divisão entre o “dentro” e o “fora”. Nomes são apostos aos portões ou portas de entrada, dando sentido à oposição entre “os de dentro” e “os de fora”. A obediência às instruções explícitas ou implícitas contidas nesses sinais cria e recria, manifesta e “naturaliza” um “mundo ordenado”.

Ordem, como Mary Douglas explicou em seu memorável estudo *Pureza e perigo* (1966), significa: coisas certas nos lugares certos e em nenhum outro lugar. É o limite que determina quais coisas em quais lugares estão “certas” (isto é, têm o direito de estar) e quais coisas estão “fora do lugar” e onde. Coisas de banheiro devem ficar longe da cozinha, coisas do quarto de dormir longe da sala de jantar, coisas do lado de fora da casa não devem estar dentro de casa. Ovos fritos numa bandeja de café da manhã são desejáveis, mas nunca sobre o travesseiro. É bom ter sapatos sempre bem-lustrados e polidos, mas nunca sobre a mesa de jantar. Coisas que estão fora do lugar são *sujas*. Sendo sujeira, é preciso varrê-las, removê-las, destruí-las ou transferi-las para outro lugar que lhes seja “apropriado” – se é que existe um lugar apropriado, claro. Esse lugar nem sempre existe, como os refugiados sem pátria e os que vagueiam sem teto podem testemunhar. A eliminação ou remoção dos indesejáveis é o que denominamos de “limpeza”. Quando nos dedicamos a pôr travessas nas prateleiras ou em cima do bufê, a varrer o chão, a arrumar a mesa ou fazer a cama, estamos cuidando da *preservação ou restauração da ordem*.

Traçamos limites no espaço para criar e conservar uma *ordem espacial*: para reunir certas pessoas e coisas

em determinados lugares e manter outras pessoas longe desses espaços. A presença de guardas à entrada de centros comerciais, restaurantes, prédios da administração pública, condomínios fechados, teatros ou estádios busca dar passagem a certas pessoas e impedir o acesso de outras. Eles conferem ingressos, passes, passaportes e outros documentos que autorizem a entrada dos portadores, ou examinam a aparência das pessoas em busca de sinais e dicas sobre suas intenções e qualificações, sobre a probabilidade de que, uma vez admitidos, satisfaçam às exigências e expectativas a respeito da gente de boa-fé. Cada modelo de ordem espacial divide os seres humanos em “desejáveis” e “indesejáveis”, sob a designação codificada de “legítimos” (permitidos) e “ilegítimos” (não permitidos).

Assim, a principal função dos limites ou fronteiras é dividir. No entanto, a despeito dessa tarefa primordial e do seu propósito explícito, limites não são puras e simples barreiras – elas próprias e aqueles que as impõem não podem deixar de fazer das fronteiras *interfaces* que unem, conectam e confrontam os lugares que separam. Dessa forma, os limites estão subordinados a pressões opostas e contraditórias, o que os transforma em lugares de tensão e em objetos potenciais de disputa, antagonismo, permanente fervilhar de conflitos ou conflagração de hostilidades.

Raramente os muros são desprovidos de aberturas, portões ou portas. A princípio, os muros são transponíveis, embora os guardas colocados de cada lado tendam a ter objetivos contrários, cada qual tentando tornar assimétrica a osmose, a permeabilidade e a penetrabilidade do limite ou fronteira. A assimetria é completa ou quase completa no caso de penitenciárias, campos de concentração e guetos ou “áreas guetizadas” (cujos exemplos correntes mais espetaculares são Gaza e

a Cisjordânia); aí, um só grupo de guardas armados controla a passagem nas duas direções. Mas as notórias “zonas perigosas” de certas cidades tendem a aproximar-se do padrão extremo, porque justapõem a atitude de “não podemos entrar” dos que estão de fora à situação de “não podemos sair” dos que estão dentro.

Fora da atenção oficial e da intervenção governamental explícita, numa zona penumbrosa, hoje proliferam fronteiras não demarcadas de base popular. São efeitos secundários da natureza multicultural (decorrente da diáspora) da convivência humana. Fredrik Barth, eminente antropólogo norueguês, observou que, contrariando a usual explicação *ad hoc* de que as fronteiras se construíram e fortaleceram por causa das grandes e potencialmente perigosas diferenças entre populações vizinhas, a sequência verdadeira dos fatos tende a ser outra: características de povos vizinhos que em outras circunstâncias passariam despercebidas, porque são pequenas, insignificantes, inócuas e irrelevantes, ou puramente imaginárias e imputadas, são promovidas à categoria de “aspectos dramáticos” e adquirem relevância porque os limites já traçados clamam por uma justificativa ou um reforço emocional.

Gostaria de acrescentar, no entanto, que as fronteiras “de base popular”, “imateriais” e notáveis apenas do ponto de vista mental, não sensorial, formadas de preceitos para que se evite compartilhar objetos, refeições e camas, em lugar de trincheiras, casamatas, torres de vigilância, arame farpado ou concreto, desempenham uma dupla função: além da função de separação, instigada pelo medo do desconhecido e pelo desejo de segurança, elas têm uma destinação ou um papel de “interface” de encontro, de intercâmbio e de fusão de horizontes cognitivos e práticas cotidianas.

É aí, nesse plano “microssocial” de encontros face a face, que diferentes tradições, crenças, motivações culturais e estilos de vida – que as fronteiras no plano “macrossocial”, supervisionadas e administradas por governos, lutam nem sempre com sucesso para manter separados – se confrontam a pequena distância e à queima-roupa; elas compartilham o dia a dia e inevitavelmente dialogam entre si, numa conversa pacífica e benevolente, ou tormentosa e antagônica, mas que leva sempre à familiarização, e não ao estranhamento, contribuindo então para o respeito, a solidariedade e o entendimento mútuo.

Em nosso mundo líquido moderno, a complexa missão de construir condições para se chegar a um modo agradável e reciprocamente benéfico de coexistência de formas de vida diferentes (e determinadas a seguir diferentes) tem sido despejada em pequenas áreas localizadas (sobretudo urbanas), como se dá com muitos outros problemas gerados no plano mundial; isso transforma essas áreas em laboratórios (com ou sem o consentimento das localidades) para a descoberta ou invenção de meios e modos de convivência humana num planeta globalizado; ou para a realização de experiências, testes práticos e aprendizados.

Fronteiras (materiais ou mentais, feitas de tijolo e cimento ou simbólicas) intercomunitárias (interdiaspóricas) se tornam às vezes campos de batalha onde se despejam receios e frustrações comuns, de várias origens; mas também, de forma bem menos espetacular e muito mais consistente e original, constituem oficinas de criação para a arte da convivência; canteiros onde as sementes de formas futuras de humanidade (consciente ou inconscientemente) são cultivadas.

Na história nada é predeterminado; a história é um traço deixado no tempo por escolhas humanas múltiplas, dispersas e discrepantes, raramente coordenadas. Ainda é muito cedo para prever qual das duas funções interligadas das fronteiras prevalecerá. De uma coisa podemos estar certos, porém: nós e nossos filhos dormiremos nas camas que estamos construindo coletivamente para nós mesmos e para eles. Essas camas *são feitas* estabelecendo fronteiras e negociando normas de vida na zona fronteiriça. Quer saibamos disso ou não, de caso pensado ou por falta de opção, de propósito ou inadvertidamente. Quer a gente queira, quer não.

· 42 ·

Como pessoas boas se tornam más

O título desta carta é o subtítulo do livro de Philip Zimbardo, *The Lucifer Effect*,[1] um aterrador e angustiante estudo sobre um grupo de americanos, rapazes e moças comuns, gente boa e agradável, que se tornaram monstros quando transportados para o distante Iraque e foram incumbidos de controlar os prisioneiros acusados de intenções criminosas e suspeitos de pertencerem a uma raça inferior da espécie humana, ou de estar abaixo do que se considera humano.

Como este mundo seria seguro, tranquilo, confortável e amistoso se apenas os monstros perpetrassem atos monstruosos! Contra monstros estamos relativamente bem protegidos. Assim, podemos nos tranquilizar de que estamos seguros contra os atos malignos que os monstros são capazes de praticar e ameaçam perpetrar. Temos psicólogos para identificar psicopatas e sociopatas; temos sociólogos para nos dizer onde eles provavelmente surgem, se propagam e se congregam; temos juízes para condená-los à prisão e ao isolamento, além de policiais e psiquiatras para nos garantir que fiquem lá.

Desgraçadamente, os amáveis rapazes e moças americanos, gente boa e comum, não eram monstros. Se não tivessem sido designados para tratar com prepotência os prisioneiros de Abu Ghraib, jamais saberíamos (poderíamos conjeturar, adivinhar, imaginar, fantasiar) o que eles seriam capazes de fazer. A nenhum de nós ocorreria que aquela mocinha sorridente, indicada para uma missão além-mar, iria se destacar na invenção de formas engenhosas, extravagantes, perversas e cruéis, de ardis para fustigar, molestar, torturar e desumanizar os que estavam sob sua custódia. Na sua cidade natal e na de seus companheiros os vizinhos até hoje se recusam a acreditar que aqueles rapazes e moças, que conhecem desde crianças, são os mesmos monstros que aparecem nas fotografias das câmaras de tortura de Abu Ghraib. Mas a verdade é que são.

Na conclusão de seu longo e exaustivo estudo psicológico sobre Chip Frederick, suspeito de ter sido o líder e orientador do grupo de torturadores, Philip Zimbardo escreveu:

> Nada, absolutamente nada nos antecedentes de Chip Frederick que eu consegui levantar permitiria prever que ele fosse se engajar em qualquer forma de conduta abusiva e sádica. Pelo contrário, seus registros mostram que ele não foi obrigado a trabalhar e viver numa situação anormal; ele poderia ser o rosto do soldado americano típico nos cartazes de propaganda do recrutamento militar.[2]

De fato, Chip Frederick poderia ter passado com louvor em qualquer teste psicológico e no exame rigoroso de comportamento em geral aplicado na seleção de candidatos para os serviços mais responsáveis e

sigilosos, como, por exemplo, o de guardião oficial da lei e da ordem.

No caso de Chip Frederick e sua colega mais próxima e notória, Lynndie England, talvez fosse possível argumentar (ainda que sem respaldo nos fatos) que eles obedeciam ordens e teriam sido levados a praticar atrocidades que abominavam – mansos cordeirinhos, e não lobos predadores. A única acusação contra eles que se poderia admitir, portanto, seria a de covardia e obediência exagerada aos superiores; no máximo, a acusação de abandonarem com excessiva facilidade os princípios morais que os norteavam na vida "comum". Mas o que dizer dos que estavam no topo dos escalões burocráticos? Os que davam ordens, exigiam obediência e puniam os desobedientes? Essas pessoas sem dúvida deviam ser monstros, não?

O inquérito sobre as atrocidades cometidas na prisão de Abu Ghraib jamais resvalou os altos escalões do comando militar norte-americano; para que os graúdos fossem levados a julgamento por crimes de guerra era preciso que estivessem do lado derrotado da batalha. Mas Adolf Eichmann, o regente dos meios e métodos da "solução final" do "problema judaico", que dava ordens aos operadores das execuções, estava no campo perdedor. Fora capturado pelos vencedores e levado aos tribunais. Houve então uma oportunidade de submeter a "hipótese do monstro" ao atento e meticuloso escrutínio dos mais respeitáveis psicólogos e psiquiatras. A conclusão final de tão completa e confiável pesquisa foi tudo, menos ambígua. Assim relata Hannah Arendt:

> Meia dúzia de psiquiatras havia atestado sua "normalidade" – "pelo menos, mais normal que o meu estado depois de examiná-lo", teria exclamado um deles, enquanto outros consideraram seu perfil

> psicológico, sua atitude quanto a esposa, filhos, mãe, pai, irmãs, irmãos e amigos, "não apenas normal, mas inteiramente desejável". ...
>
> O problema de Eichmann estava no fato de que muitos eram como ele, e muitos não eram pervertidos nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade se tornava muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas.[3]

Isso deve ter sido realmente aterrador: se as pessoas normais (quase escrevi, "como você e eu"), e não os monstros, cometem atrocidades e são capazes de agir de modo perverso e sádico, então todos os crivos que inventamos para separar os portadores de desumanidade do resto da espécie humana estão errados ou foram mal concebidos, e com certeza são ineficazes. A verdade é que, para encurtar uma longa história, estamos desprotegidos (não resisto a acrescentar: "indefesos ante nossa própria morbidez"). Apesar de explorarem ao máximo sua criatividade e de tentarem tanto quanto possível "civilizar" os costumes e padrões de solidariedade humana, nossos ancestrais, e também aqueles de nós que seguem a linha de pensamento e ação dos antepassados, parecem ter se enganado.

Ataques de sadismo e paroxismos de bestialidade podem ocorrer com qualquer um. Se Eichmann era "normal", então ninguém está a priori isento de suspeita. Nenhum dos nossos amigos e conhecidos deslumbrantemente normais estão livres disso. Nem nós. Chip Frederick e Adolf Eichmann andam por nossas ruas ao vivo e em cores, fazem fila na caixa da loja, enchem os cinemas e os estádios de futebol, viajam de trem e de

ônibus. Podem até morar na casa vizinha à nossa e sentar em nossa mesa de jantar. Todos eles, em circunstâncias propícias, poderiam fazer o que Chip Frederick e Adolf Eichmann fizeram.

E quanto a mim? Se tantas pessoas podem cometer atos desumanos, não é difícil que eu me tornasse vítimas deles. Eles podem fazer essas coisas. Só que também não é difícil que eu acabe mostrando que sou um "deles", uma "outra pessoa normal" capaz de fazer aquelas coisas com outras pessoas.

John M. Steiner criou o termo *sleeper* para designar uma inclinação hipoteticamente presente no indivíduo a cometer atos de violência, mas que permanece invisível e pode vir à tona em certas condições propícias[4] – ou seja, quando os fatores que a mantinham reprimida de repente se fragilizam ou são eliminados. Ervin Staub deu um importante passo ao retirar as referências à "particularidade" da proposta de Steiner e ao construir a hipótese da presença de cruéis *sleepers* na maioria dos seres humanos, talvez em todos: "O mal ... perpetrado pelas pessoas comuns é a norma, não a exceção."[5] Será verdade? Não sabemos e jamais saberemos, pelo menos não com alguma certeza, porque não há qualquer método empírico para comprovar essa tese.

O que podemos afirmar com segurança? Segundo, Philip Zimbardo – que coordenou uma experiência pioneira na Stanford University com pessoas selecionadas ao acaso para fazer o papel de "guardas penitenciários" que lidavam com outras pessoas, também selecionadas ao acaso, interpretando o papel e a situação de prisioneiros –, o que se pode afirmar com segurança é "a facilidade com que se extraem comportamentos sádicos de pessoas que não eram 'tipos sádicos'".[6]

Ou, como descobriu Stanley Milgram em suas experiências em Harvard com pessoas escolhidas aleatoriamente, às quais se pedia que aplicassem em outras pessoas uma série do que acreditavam ser choques elétricos dolorosos de magnitude crescente: "a obediência à autoridade" – qualquer autoridade, seja qual for a natureza da ordem que essa autoridade formule, mesmo que peçam às pessoas para praticar atos que lhes pareçam repulsivos e revoltantes – é "uma tendência comportamental profundamente arraigada".[7] Se acrescentarmos a isso sedimentos quase universais da socialização, como lealdade, senso de dever e disciplina, "os seres humanos, com pouca dificuldade, são levados a matar".

Dito de outra forma, é fácil incitar pessoas que não têm índole má a perpetrar atos de maldade. Christopher R. Browning pesquisou o itinerário confuso e invariavelmente sangrento dos integrantes do 101º Batalhão de Reserva da Polícia Alemã, recrutados para a função policial entre adultos considerados inaptos para a frente de batalha e depois destacados para participar do assassinato em massa de judeus na Polônia. Os resultados foram publicados mais tarde no livro *Ordinary Men*.[8] Gente que nunca antes cometera atos de violência de que se ouvisse falar, muito menos assassinatos, gente de quem jamais se suspeitaria, estava disposta a obedecer a ordem de matar (nem todos, mas a considerável maioria): atirar em mulheres e homens, velhos e crianças, todos desarmados e obviamente inocentes, pois não tinham sido acusados de crime algum, e nenhum deles com a menor intenção de ferir os policiais.

Browning descobriu que cerca de 10% a 20% pediram para ser isentados de cumprir as ordens. Havia

um núcleo de matadores entusiasmados que se apresentaram como voluntários para integrar os pelotões de fuzilamento e a “caça aos judeus”; outro grupo mais numeroso era formado por policiais que atuaram como atiradores na “limpeza” dos guetos quando designados, mas que não procuravam a oportunidade de matar (e em alguns casos abstinham-se de fazê-lo); e um pequeno grupo (menos de 20%) dos que se negaram a cumprir as ordens e escaparam.

O que mais chama a atenção nesses resultados é que a distribuição estatística dos que obedeciam com zelo, dos que se negavam a obedecer e dos “nem sim nem não” era incrivelmente semelhante às reações aos comandos das autoridades por parte dos indivíduos pesquisados por Zimbardo e Milgram. Nesses casos, alguns estavam ultra-ansiosos para explorar a situação e dar vazão a seus impulsos perversos; outros, mais ou menos na mesma proporção, negavam-se a praticar atos violentos quaisquer que fossem as circunstâncias; e uma extensa parcela “intermediária” de pessoas que se mostravam indiferentes, mornas, pouco engajadas ou fortemente comprometidas com um dos lados do espectro de atitudes evitava tomar posição, preferia seguir a linha de menor resistência e fazer o que a prudência ditasse e a indiferença lhes permitisse na hora.

Em outras palavras, nos três casos (possivelmente em muitos outros na categoria em que esses três estudos foram aclamados como os mais convincentes), a distribuição da probabilidade de obedecer a ordem de fazer o mal seguiu a regra conhecida em estatística como “curva normal” (às vezes chamada curva de Gauss ou curva de sino), o gráfico mais comum ou “normal” de uma distribuição de probabilidades. A Wikipédia afirma

que a noção de curva de Gauss ou gaussiana indica a tendência dos resultados “a se aglomerarem em torno da média”. “O gráfico da função da densidade da probabilidade da distribuição normal tem a forma de um sino, com um pico na média.” Segundo a Wikipédia, “pela teoria do limite central, qualquer variável em que os termos da soma de fatores independentes sejam suficientemente grandes tende a uma distribuição normal”.

Levando em conta que as várias respostas comportamentais de pessoas expostas a pressões para fazer o mal revelam uma clara tendência a tomar a forma de uma curva de Gauss, podemos arriscar a suposição de que, também no caso delas, o resultado foi causado pela interferência mútua de *grande* número de fatores *independentes*. Ordens provenientes do alto comando, respeito instintivo ou profundamente arraigado (ou medo) da autoridade, lealdade reforçada pelo senso de dever ou pela disciplina – estes foram alguns desses fatores, mas não necessariamente os únicos.

Parece plausível dizer que, nas condições da modernidade líquida – caracterizada pelo afrouxamento ou dispersão das hierarquias burocráticas de autoridade e pela multiplicação de “lugares a partir dos quais as recomendações da autoridade se enunciam”, os dois fatores responsáveis por um relativo enfraquecimento e diminuição da audibilidade dessas enunciações –, outros fatores, mais individuais, idiossincráticos e pessoais (por exemplo, o caráter, a ser discutido na próxima carta) podem assumir um papel cada vez mais importante. A humanidade dos seres humanos certamente teria a ganhar se isso acontecesse.

· 43 ·

Destino e caráter

“Como podemos agir sem medo de cometer um erro e sem o inevitável risco de inconsequência presente em todo protesto?” Foi essa a pergunta que me fez Martina, uma de minhas leitoras do *La Reppublica delle Donne*. Minha resposta, a única resposta que pude lhe dar é que, infelizmente, não podemos.

Antes de agir, não há como ter certeza de que os erros não serão cometidos, assim como é impossível saber de antemão se, no fim do dia, teremos provado estar à altura das circunstâncias. O protesto não é a única atividade a que esta regra se aplica. Não há receitas para uma ação à prova de erros, totalmente confiável, “sucesso garantido ou seu dinheiro de volta”; quanto mais importantes forem as ações para nós e para os outros, mais incertos ou mais impossíveis de prever serão seus resultados. Ao contrário do que acontece quando você tenta abrir a embalagem da nova engenhoca da moda que acabou de comprar, as escolhas de vida não vêm com manual de instrução a seguir ponto a ponto. Viver é assumir riscos. Ou, para usar o

memorável veredicto do poeta romano Lucano sobre o amor: viver, como amar, é ser refém do destino.

A vida será difícil, inquietante, assustadora? Sim, pode ser – é provável que seja. O problema é que não temos outra vida. Como afirmou Michel Foucault, temos de *criar* nosso itinerário de vida e, nesse percurso, também criamos a nós mesmos, tal como *as obras de arte* são *criadas* pelos artistas. O curso da vida, sua "finalidade geral", seu "destino supremo", só pode ser, é e continuará sendo para sempre um trabalho do tipo "faça você mesmo". Em nossos dias, cada homem e cada mulher é um artista da vida, não tanto por escolha como por um *decreto de destino universal*. Isso quer dizer que a "não ação" é tão importante quanto a ação.

Aceitar placidamente o mundo e colaborar com a acumulação de injustiças que contestamos com palavras também é uma escolha, tal qual o protesto e a resistência ativa que dirigimos contra as iniquidades endêmicas que o mundo nos força a seguir de modo obediente. A vida só pode ser uma obra de arte se for uma vida *humana*, a vida de um ser humano, isto é, de um ser dotado de vontade e liberdade de escolha.

As mais poderosas inteligências da Idade Moderna e suas legiões de seguidores concordaram em apontar Sócrates, o antigo sábio de espírito inquieto, que jamais cedeu em sua busca da verdade, da nobreza e da beleza, como modelo para uma vida bem escolhida, uma vida significativa, nobre, meritória e digna de ser vivida. Além disso, todos o escolheram pela mesma razão: porque Sócrates, esse sábio antepassado do pensamento moderno, foi integral e verdadeiramente (e acima de tudo conscientemente) um *self-made man*, um mestre da invenção e da afirmação de si mesmo. No entanto, jamais apresentou o modo de ser que escolheu para si e que seguiu bravamente como o modelo universal do

ú*nico* modo de viver válido, isto é, como um modelo que todos deveriam imitar.

Para os grandes filósofos modernos que recomendaram a vida de Sócrates como padrão para a própria vida, "imitar Sócrates" significava construir e harmonizar conscientemente seu próprio self, *seu próprio eu*, sua personalidade e identidade; e fazer isso com liberdade e autonomia, em vez de copiar a personalidade que Sócrates criou para si – de resto, sem copiar qualquer outra personalidade, seja quem for seu criador. O que importava era a *auto*definição e a *auto*afirmação, a disposição de aceitar que a vida é e *deve ser* uma obra de arte por cujos méritos e falhas seu "autor-ator" é plenamente responsável.

Em outras palavras, "imitar Sócrates" significava *recusar-se* a imitar a pessoa "Sócrates" ou qualquer outra pessoa – rejeitar a heteronomia, a imitação, a duplicação, a cópia por si só. O modelo de vida que Sócrates escolheu para si, que construiu com esmero e cultivou, apesar de todas as dificuldades (chegando a pôr a morte por envenenamento acima da perspectiva de render-se), era perfeito para o tipo de pessoa que ele era, mas não servirá necessariamente para todos os que insistem em "ser *como* Sócrates". A emulação incondicional do modo de viver construído por Sócrates, ao qual ele permaneceu tenazmente fiel, seria uma *traição* de seu legado e um ato de *rejeição* a sua mensagem, que pregava antes de mais nada a *autonomia* e a *responsabilidade* do indivíduo. Imitação é boa para uma máquina de copiar, mas o resultado jamais corresponderá à criação artística *original* que (conforme sugeriu Sócrates) a vida humana deve lutar para ser.

Todos os artistas lutam contra a resistência do material no qual desejam imprimir suas visões. Todas as obras de arte trazem em si os rastros dessa luta, de suas

vitórias e derrotas, das conciliações que se impuseram, embora isso não as torne menos vergonhosas. Os artistas da vida e suas obras não são exceções a essa regra. Os cinzéis que eles usam (consciente ou inconscientemente, com maior ou menor perícia) para fazer suas gravuras são seus *caracteres*. Thomas Hardy falou nisso quando declarou que "o destino do homem é seu caráter". Destino e acasos, seus guerrilheiros, decidem o alcance das escolhas que os artistas da vida irão fazer.

Em seu importante estudo *When Light Pierced the Darkness*, a socióloga Nechama Tec expôs os resultados de sua investigação sobre os fatores que levaram algumas testemunhas do Holocausto a salvar a vida de vítimas mesmo arriscando a própria vida. Tec calculou com acurácia as correlações estatísticas entre a disposição para ajudar, a presteza para o sacrifício de si mesmo e todos os fatores em geral relacionados à determinação do comportamento humano: meio social, classe, nível de instrução, riqueza, credo religioso e partido político. Mas não encontrou correlação.

Aparentemente, não havia nenhum fator "estatisticamente significativo" que *determinasse* as escolhas morais. Do ponto de vista estatístico, as pessoas que ajudaram não eram diferentes do resto da população, ainda que o valor moral de seus comportamentos e a relevância humana de suas consequências diferissem muitíssimo das respostas mais comuns entre a maioria.

Por que as pessoas que ajudaram arriscaram-se a engrossar as fileiras das vítimas em vez de fechar as portas e baixar as cortinas para evitar a contemplação do sofrimento? A única resposta possível é que essas pessoas, ao contrário da maioria das outras de sua mesma classe social, instrução, religião e lealdade

política, *não puderam se comportar de maneira diferente*. Simplesmente não puderam agir de outra forma. Preservar o conforto e a segurança física não compensa a aflição espiritual de ver pessoas sofrendo nem as dores da consciência ferida. Provavelmente elas nunca se perdoariam por terem posto seu bem-estar pessoal acima do daqueles que poderiam ter salvado, mas se recusaram a fazê-lo.

Destino e acasos além do controle do ator social tornam algumas escolhas mais prováveis que outras. O caráter, no entanto, desafia as probabilidades estatísticas, despe o destino e os acidentes da vida da onipotência que lhes é atribuída ou que proclamam ter. Entre a aceitação resignada e a decisão arrojada de desafiar a força das circunstâncias está o caráter. É o caráter de um ator que submete as escolhas, aprovadas em testes de *probabilidade* ou *plausibilidade*, a outro teste, muito mais exigente e menos apto a transigir ou menos paciente com as escusas: o teste da *aceitabilidade moral*.

Foi o caráter de Martinho Lutero que o impeliu a declarar, em 31 de outubro de 1517, véspera do Dia de Todos os Santos: “Ich kann nicht anders”, não posso fazer de outra maneira, quando ousou afixar suas 95 teses heréticas na porta da igreja do castelo em Wittenberg.

· 44 ·

Albert Camus

Ou: *Eu* me revolto, logo, *nós* existimos…

Lá se foram mais de cinquenta anos sem os comentários ásperos, irritantes e ferinos, provocadores e revigorantes de Albert Camus. Durante todo esse tempo, a coleção de livros, estudos e ensaios dedicados ao autor de *O estrangeiro*, *A peste*, *A queda* e *O primeiro homem* não parou de crescer: em 1º de outubro de 2009, o site Questia, a "biblioteca on-line de livros e revistas" mais consultada pelos professores, relacionou 3.171 títulos, inclusive 2.528 livros, discutindo suas ideias e seu lugar na história do pensamento. O Google Books, página da Web com público ainda maior, contou 9.953 entradas. A maioria dos autores de livros e artigos se confronta em última análise com uma só pergunta: que posição Albert Camus teria tomado se tivesse sido testemunha do mundo que surgiu após sua morte prematura – como seriam os comentários, apelos e conselhos que ele não teve tempo de nos oferecer e que nos fazem muita falta.

Uma pergunta, muitas respostas, respostas *diferentes*… Isso não nos causa surpresa. A respeito de

Franz Kafka, Camus opinou da seguinte maneira: “Toda a arte de Kafka consiste em obrigar o leitor a reler.” Por quê? Porque “seus desenlaces, ou a falta de desenlace, sugerem explicações, mas elas não são reveladas com clareza e exigem, para que nos pareçam fundamentadas, que a história seja relida sob novo ângulo”. Em outras palavras, a arte de Kafka está em evitar a tentação de abarcar o que é impossível abarcar e em fechar questões fadadas a permanecer para sempre em aberto, a nos intrigar e enervar – portanto, nunca parar de questionar e provocar o leitor, ao mesmo tempo que estimula e aumenta seus esforços para repensar. Graças a essa peculiaridade, as criações de Kafka não morrem nunca. Gostaria até de sugerir que as controvérsias e polêmicas que essas criações continuam a provocar são o exemplo mais próximo que se pode conceber do sonho dos alquimistas com uma “pedra filosofal” da qual se poderia extrair o “elixir da vida”, para todo o sempre. Em seu retrato de Kafka, Camus esboçou o modelo de todos os pensamentos imortais: a marca registrada de todos os grandes pensadores, inclusive ele mesmo.

Não me atrevo a dizer que estudei (nem mesmo tentei seriamente) as milhares de interpretações que o legado de Camus já engendrou até esta data. Falta-me, portanto, a competência necessária para resumir, nem falo em avaliar, a situação atual do debate sobre o autor, e menos ainda para prever seus desenvolvimentos. Nos comentários a seguir, limito-me ao *meu* Camus: à minha leitura de Camus e ao som de sua voz ouvido novamente, cerca de cinquenta anos depois, agora através da comoção e do alvoroço de nosso mercado líquido moderno; em primeiro lugar, ao autor de *O mito de Sísifo* e *O homem revoltado*, dois livros que, como poucos outros que li na juventude, me ajudaram a acertar contas com as esquisitices e os absurdos do

mundo em que vivemos – e que continuam a fazê-lo, dia sim, dia não, conscientemente ou não, através de nosso modo de habitar o mundo.

Não me surpreenderia que outros ávidos leitores de Camus e de sua mensagem para a posteridade estranhem minha interpretação, considerem-na diferente ou inaceitável. Em sua busca incansável da verdadeira face do transe humano, Camus teve o cuidado de abrir o objeto de sua investigação a uma variedade de explicações e julgamentos; resistiu com firmeza a toda exclusão prematura do assunto (qualquer exclusão relativa ao impenetrável mistério da natureza e do potencial humanos é prematura), ao mesmo tempo que evitou a tentação de retirar do seu retrato da difícil condição humana – em benefício da lógica e da clareza da narrativa –, a ambiguidade e a ambivalência que são seus atributos irredutíveis, talvez mesmo definidores. Lembremos da definição de intelectual de Camus: “Alguém cujo espírito observa a si mesmo.”

Anos atrás, um entrevistador me pediu para sintetizar “minhas preocupações em um parágrafo”. Não consegui achar uma descrição mais sintética do propósito de um sociólogo de explorar e registrar os caminhos intrincados da experiência humana que uma frase que tomei emprestada de Camus: “Existe a beleza e existem os humilhados. Sejam quais forem as dificuldades da ação, não desejaria nunca ser infiel a uma nem aos outros.”

Muitos radicais escritores de receitas para a felicidade condenarão essa profissão de fé como um convite censurável a ficar em cima do muro. Contudo, Albert Camus demonstrou, a meu ver sem sombra de dúvida, que “tomar posição” e sacrificar uma das tarefas em benefício da aparente satisfação integral da outra acabaria por inviabilizar as duas. Camus postou-se, como

ele mesmo disse, “a meio caminho entre a miséria e o sol”: “A miséria impediu-me de acreditar que tudo vai bem sob o sol, e o sol ensinou-me que a história não é tudo.”

Confessou-se “pessimista quanto ao destino humano, otimista quanto ao homem”, porque “o homem é a única criatura que se recusa a ser o que é”. A liberdade do homem, assinalou Camus, “nada mais é que uma oportunidade de ser melhor”, e “o único modo de lidar com um mundo sem liberdade é tornar-se tão absolutamente livre que sua própria existência seja um ato de revolta”.

O retrato que Camus pinta do destino humano e de suas perspectivas localiza-se em algum lugar entre Sísifo e Prometeu, lutando em vão, mas obstinada e incansavelmente, para unir e fundir os dois. Prometeu, o herói de *O homem revoltado*, escolhe a vida *dos outros*, uma vida de rebelião contra a miséria *deles*, como a solução para o “absurdo da condição humana” que levou Sísifo, submerso e preocupado com *sua própria* miséria, ao suicídio como única resposta e fuga ao seu penar humano, demasiado humano (fiel à sabedoria antiga expressa por Plínio o Velho, provavelmente para uso de todos os adeptos do *amour-de-soi* complementado pelo *amour propre*: “Em meio às misérias de nossa vida na Terra, o suicídio é o melhor presente de Deus ao homem”).

Na justaposição de Sísifo e Prometeu, a recusa é feita em nome da afirmação: “Eu me revolto, logo nós existimos”, Camus poderia concluir. É como se o homem tivesse inventado lógica, harmonia, ordem e *Eindeutigkeit* (não ambiguidade) como ideais só para ser induzido, por sua condição e escolha, a desafiá-las com suas práticas. “Nós” não seremos exorcizados por um

solitário Sísifo, que tem por única companhia uma pedra, uma ladeira e uma tarefa que derrota a si mesma.

Contudo, mesmo na condição desesperada e sem perspectivas de Sísifo, ante o absurdo de sua própria existência, há lugar, um espaço terrivelmente pequeno, mas grande o bastante para entrar Prometeu. A sorte de Sísifo é trágica só porque ele tem consciência da completa falta de sentido do seu trabalho. Mas, como explica Camus, "a lucidez que devia produzir o seu tormento consome, com a mesma força, sua vitória. Não há destino que não se supere pelo desprezo."[1] Afastando a consciência mórbida e abrindo-se à visita de Prometeu, Sísifo ainda pode se converter, de uma figura trágica de escravo das coisas, em seu feliz *produtor*.

"A felicidade e o absurdo", observa Camus, "são dois filhos da mesma terra. São inseparáveis". E acrescenta: para Sísifo, esse universo "sem um senhor" não parece "nem estéril nem fútil. Cada um dos grãos dessa pedra, cada clarão mineral dessa montanha cheia de noite, só para ele forma um mundo. A própria luta em direção ao topo é suficiente para preencher um coração humano. É *preciso imaginar Sísifo feliz"*. Sísifo reconcilia-se com o mundo como ele é, e esse ato de aceitação prepara o caminho para a revolta; na verdade, faz com que a revolta seja a conclusão, senão inevitável, pelo menos a mais provável.

A combinação de aceitação e revolta, de preocupação e cuidado com a beleza, de preocupação e cuidado com o miserável, busca proteger o projeto de Camus nas duas frentes: contra a resignação prenhe de impulsos suicidas e contra a autoconfiança prenhe de indiferença com o custo humano da revolta. Camus nos diz que revolta, revolução e luta pela liberdade são aspectos inevitáveis da existência humana, mas temos

de criar e fiscalizar seus limites para evitar que esses objetivos admiráveis resultem em tirania.

É verdade que Camus morreu cinquenta anos atrás?

· Notas ·

3. Conversas de pais e filhos *(p.18-21)*

1. *Guardian Weekend*, 4 e 11 ago 2007.

4. On-line, off-line *(p.22-25)*

1. Ver "The thoughtful", *FO/futureorientation*, jan 2008, p.11.
2. Em www.wxii12.com/health/16172076/detail.html.

10. Pais e filhos *(p.48-52)*

1. Ver Michel Foucault, *The History of Sexuality*, vol.1, Penguin, 1978, p.42s [ed. bras., *História da sexualidade*, v.1, *A vontade de saber*, Rio de Janeiro, Graal, 2010].
2. Ver "Les victimes de violences sexuelles en parlent de plus en plus", *Le Monde*, 30 mai 2008.
3. Frank Furedi, "Thou shalt not hug", *New Statement*, 26 jun 2008.

14. O surgimento das meninas-mulheres *(p.67-71)*

1. Neal Lawson, *All Consuming*, Londres, Penguin, 2009.

16. A moda, ou o moto-contínuo *(p.77-82)*

1. Georg Simmel, "Zur Psychologie der Mode: Soziologische Studie", *Gesamtsausgabe*, v.5, Shurkamp, 1992.

2. Zygmunt Bauman, *The Art of Life*, Londres, Polity, 2008 [ed. bras., *A arte da vida*, Rio de Janeiro, Zahar, 2009].

18. O que aconteceu com a elite cultural? *(p.88-91)*

1. Andy McSmith, "Cultural elite does not exist, academics claim", www.independent.co.uk, 20 dez 2007.

2. Ver R.A. Petersen e A. Simkus, "How musical tastes mark occupational status groups", in M. Lamont e M. Fournier (orgs.), *Cultivating Differences: Symbolic Boundaries and the Making of Inequality*, Chicago, University of Chicago Press, 1992.

3. Veja o resumo e esclarecedora reflexão de Richard A. Petersen sobre duas décadas de pesquisas e estudos que realizou: "Changing arts audiences: Capitalizing on omnivorousness", trabalho apresentado em seminário, 14 out 2005, www.culturalpolicy.uchicago.edu.

4. Ver Philip French, "Ahootenanny New Year to all", *The Observer television supplement*, 30 dez 2007-5 jan 2008, p.6.

21. Saúde e desigualdade *(p.102-106)*

1. Richard Wilkinsom e Kate Pickett, *The Spirit Level*, Londres, Allen Lane, 2009.

22. Não digam que não foram avisados! *(p.107-111)*

1. Ver Göran Therborn, "The killing fields of inequality", *Soundings*, verão de 2009, p.20-32.

2. Richard Rorty, *Philosophy and Social Hope*, Londres, Penguin, 1999, p.203-4.

23. O mundo é inóspito à educação? (1) *(p.112-116)*

1. Ítalo Calvino, *Invisible Cities*, Secker and Warburg, 1974 [ed. bras., *Cidades invisíveis*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005].

24. O mundo é inóspito à educação? (2) *(p.117-121)*

1. Luc Boltanski e Eve Chiapello, *The New Spirit of Capitalism*, Londres, Verso, 2005.

28. Calcular o incalculável *(p.136-140)*

1. Ulrich Beck, *Weltrisikogesellshaft*, Shurkamp, 2007, aqui citado na tradução de Ciaran Cronin, *World at Risk*, Londres, Polity, 2009, p.4-6.

2. John Gray, *Gray's Anatomy: Selected Writings*, Londres, Allen Lane, 2009, p.223-6.

30. *Interregnum (p.146-149)*

1. *Quaderni del Cárcere*, in Antonio Gramsci, *Selections from the Prison Notebooks*, Nova York, Lawrence and Wishrat, 1971, p.276 [ed. bras., *Cadernos do cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999].

2. Ver Keith Tester, "Pleasure, reality, the novel and pathology", *Journal of Anthropological Psychology*, n.21, 2009, p.23-6.

3. Gray, op.cit., p.231.

31. De onde virá a força sobre-humana, e para quê? *(p.150-155)*

1. Roberto Toscano e Ramin Jahanbegloo, *Beyond Violence: Principles for an Open Century*, Londres, Har-Anad, 2009, p.78.

33. Como escapar da crise? *(p.161-165)*

1. Ver Mark Furlong, "Crying to be heard", *Overland*, n.194, 22 mar 2009.

2. Serge Latouche, *Farewell to Growth*, Londres, Polity, 2009.

3. In Frulong, op.cit.

36. O fenômeno Barack Obama *(p.177-180)*

1. Naomi Klein, "Obama's big silence", *Guardian Weekend*, 12 set 2009.

37. A cultura numa cidade globalizada *(p.181-185)*

1. Jonathan Rutherford, *After Identity*, Londres, Lawrence and Wishart, 2007, p.59-60.

39. Estrangeiros são um perigo. Será? *(p.190-196)*

1. Richard Sennet, *The Uses of Disorder: Personal Identity and City Life*, Londres, Faber, 1996, p.39 e 42.

2. Anna Minton, *Ground Control*, Londres, Penguin, 2009.

41. Estabelecendo limites *(p.201-206)*

1. Claude Lévi-Strauss, *The Elementary Structures of Kinship*, Londres, Beacon Press, 1969 [ed. bras., *As estruturas elementares do parentesco*, Petrópolis, Vozes, 2003].

42. Como pessoas boas se tornam más *(p.207-213)*

1. Philip Zimbardo, *The Lucifer Effect*, Londres, Rider, 2007.

2. Ibid., p.344.

3. Hannah Arendt, *Eichmann in Jerusalem* (Penguin, 1994), p.25-6, 276 [ed. bras., *Eichmann em Jerusalém*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009].

4. Ver John M. Steiner, “The SS yesterday and today: A sociopsychological view”, in Joel E. Dimsdale (org.), *Survivors, Victims, Perpetrators*, Nova York, Hemisphere, 1982

5. Ervin Staub, *The Roots of Evil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p.126.

6. Craig Haney, Curtis Banks e Philip Zimbardo, “Interpersonal dynamics in a simulated prison”, *International Journal of Criminology and Penology*, n.1, 1983, p.69-97.

7. Stanley Milgram, *Obedience to Authority: An Experimental View* (repr. Harper, 2009).

8. Christopher R. Browning, *Ordinary Men*, Londres, Penguin, 2001.

44. Albert Camus, ou: *Eu* me revolto, logo, *nós* existimos *(p.218-222)*

1. Ver Albert Camus, *The Myth of Sisyphus*, Londres, Penguin, 2005 [ed. bras., *O mito de Sísifo*, Rio de Janeiro, Record, 2004].